

**BASES PARA A
FORMULAÇÃO
DE UMA POLÍTICA
ESTADUAL DE
CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO CEARENSE**

**PACTO PELA CONVIVÊNCIA
COM O SEMIÁRIDO CEARENSE**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos

Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense

PACTO PELA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza / 2011

Copyright – © 2011 by INESP

Editor Responsável
Paulo Linhares

Coordenação Editorial
Denise de Castro

Jornalista Responsável
Uyara B. de Sena (MtB 01735J P)

Projeto Gráfico
André Cavalcanti e Norton Falcão

Diagramação
Mário Giffoni

Revisão Ortográfica
Samuel Átila Mota Messias

Fotos
Leomar - Assembleia Legislativa do Ceará;
Funceme - cedidas por Margareth Silvia Benicio de Souza Carvalho;
Paulo Roberto Gaudêncio Noronha;
Agência Nacional de Águas;
ONG Catavento Comunicação e Educação;
SRH - Secretaria de Recursos Hídricos;
Programa Água Doce - cedidas por Liduina Carvalho

Impressão da Capa
Gráfica Pouchain Ramos

Coordenação de Impressão
Ernandes do Carmo

Impressão e Acabamento i.Editora

Esta publicação faz parte do acervo do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Coordenação
Eudoro Walter Santana

EQUIPE TÉCNICA

Eudoro Walter de Santana
Secretário Executivo do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Coordenação Técnica
Antônio Martins da Costa

Consultor da versão final
José Otamar de Carvalho

Equipe Técnica
Carlos Magno Feijó Campelo (Calila)
Cláudio Magalhães Leitão
Francisco Carlos Bezerra e Silva (Cacá)
Francisco de Souza (Titico)
Francisco Luciano de Vasconcelos Carneiro
Rosana Garjulli Sales Costa

Apoio
Flávia Vasconcelos Diógenes
Patrícia Costa do Monte
Paulo Sérgio dos Santos Carlos
Tânia Maria Rodrigues Pinho

Coordenação de Comunicação Social da ALCE
Hermann Hesse
Executor do Convênio para Implementação do Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense
Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE

Permitida a divulgação dos textos contidos nesta publicação, desde que citados autor e fonte.

C387b Ceará. Assembleia Legislativa.

Bases para a formulação de uma política estadual de convivência com o semiárido cearense/ Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Eudoro Walter de Santana (Coordenador). – Fortaleza: INESP, 2011.

134p. : il.

ISBN: 978-85-7973-020-7

1. Recursos Hídricos – Ceará I. Santana, Eudoro Walter de.
II. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos. III. Título

CDD- 628.1

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	9
1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PCSC.....	19
3	AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS NO SEMIÁRIDO E SUAS LIÇÕES	25
4	CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO SEMIÁRIDO CEARENSE	31
5	FUNDAMENTOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES	39
5.1	Fundamentos.....	39
5.2	Objetivos.....	41
5.3	Diretrizes.....	42
6	PROPOSIÇÕES PARA AS POLÍTICAS ESPECÍFICAS.....	47
6.1	A ECONOMIA DO SEMIÁRIDO CEARENSE	47
6.1.1	Contextualização.....	47
6.1.2	Objetivos.....	49
6.1.3	Diretrizes.....	50
6.1.4	Proposições	52
6.1.4.1	Legais	52
6.1.4.2	Institucionais	53
6.1.4.3	Instrumentos de Implementação.....	54
6.2	SITUAÇÃO AMBIENTAL DO SEMIÁRIDO CEARENSE.....	54
6.2.1	A Desertificação, as Políticas Ambientais, os Programas e Projetos	55
6.2.1.1	Contextualização.....	55
6.2.1.2	Objetivos.....	57
6.2.1.3	Diretrizes	58
6.2.1.4	Proposições	59
6.2.1.4.1	Legais	59
6.2.1.4.2	Institucionais	59
6.2.1.4.3	Instrumentos de Implementação.....	60
6.2.2	Adequação do Arcabouço Legal e Normativo das Especificidades Ambientais .	61
6.2.2.1	Contextualização	61

6.2.2.2	Objetivos.....	63
6.2.2.3	Diretrizes.....	63
6.2.2.4	Proposições.....	64
6.2.2.4.1	Legais.....	64
6.2.2.4.2	Institucionais.....	64
6.2.2.4.3	Instrumentos de Implementação.....	65
6.3	CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE.....	65
6.3.1	Contextualização.....	65
6.3.2	Objetivos.....	68
6.3.3	Diretrizes.....	69
6.3.4	Proposições.....	69
6.3.4.1	Legais.....	69
6.3.4.2	Institucionais.....	70
6.3.4.3	Instrumentos de Implementação.....	70
6.4	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS À POPULAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS E PEQUENAS LOCALIDADES.....	71
6.4.1	Políticas Sociais.....	71
6.4.1.1	Contextualização.....	71
6.4.1.2	Objetivos.....	73
6.4.1.3	Diretrizes.....	73
6.4.1.4	Proposições.....	74
6.4.1.4.1	Legais.....	74
6.4.1.4.2	Institucionais.....	74
6.4.1.4.3	Instrumentos de Implementação.....	74
6.4.2	Política de Saúde.....	75
6.4.2.1	Contextualização.....	75
6.4.2.2	Objetivos.....	76
6.4.2.3	Diretrizes.....	76
6.4.2.4	Proposições.....	77
6.4.2.4.1	Legais.....	77
6.4.2.4.2	Institucionais.....	77
6.4.2.4.3	Instrumentos de implementação.....	78
6.4.3	Política de Educação.....	78
6.4.3.1	Contextualização.....	78
6.4.3.2	Objetivos.....	80
6.4.3.3	Diretrizes.....	80
6.4.3.4	Proposições.....	81
6.4.3.4.1	Legais.....	81
6.4.3.4.2	Institucionais.....	81

6.4.3.4.3	Instrumentos de Implementação.....	82
6.4.4	Política de Assistência Social.....	83
6.4.4.1	Contextualização.....	83
6.4.4.2	Objetivos.....	84
6.4.4.3	Diretrizes.....	84
6.4.4.4	Proposições.....	85
6.4.4.4.1	Legais.....	85
6.4.4.4.2	Institucionais.....	85
6.4.4.4.3	Instrumentos de Implementação.....	86
6.4.5	Política de Infância e Juventude.....	86
6.4.5.1	Contextualização.....	87
6.4.5.2	Objetivos.....	88
6.4.5	Diretrizes.....	89
6.4.5.4	Proposições.....	89
6.4.5.4.1	Legais.....	89
6.4.5.4.2	Institucionais.....	90
6.4.5.4.3	Instrumentos de Implementação.....	90
6.4.6	Política de Habitação.....	91
6.4.6.1	Contextualização.....	91
6.4.6.2	Objetivos.....	92
6.4.6.3	Diretrizes.....	93
6.4.6.4	Proposições.....	93
6.4.6.4.1	Institucionais.....	93
6.4.6.4.2	Instrumentos de Implementação.....	93
6.4.7	Política de Saneamento.....	94
6.4.7.1	Contextualização.....	94
6.4.7.2	Objetivos.....	95
6.4.7.3	Diretrizes.....	96
6.4.7.4	Proposições.....	96
6.4.7.4.1	Legais.....	96
6.4.7.4.2	Institucionais.....	97
6.4.7.4.3	Instrumentos de Implementação.....	97
6.5	DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE.....	98
6.5.1	Contextualização.....	98
6.5.2	Objetivos.....	100
6.5.3	Diretrizes.....	100
6.5.4	Proposições.....	101
6.5.4.1	Legais.....	101
6.5.4.2	Institucionais.....	101
6.5.4.3	Instrumentos de Implementação.....	103

7

PROVIDÊNCIAS PARA ELABORAÇÃO DO ARCABOUÇO LEGAL DA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE.....	107
---	-----

ANEXO 1 PROGRAMA DO MODELO DE GESTÃO DOS PEQUENOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA AS POPULAÇÕES RURAIS	111
Objetivo Geral	111
Princípios Norteadores	111
Estrutura Organizacional	111
Responsabilidade do Município	112
Responsabilidade do Sisar Regional	113
Responsabilidade do Estado	113
Composição dos Entes do sistema Sisar Estadual	114
Sisar Regional.....	115
SMSR Municipal.....	116
CONCLUSÃO	117

ANEXO 2 RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPRESENTANTES QUE PARTICIPARAM DO PACTO PELA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE	118
--	-----

APRESENTAÇÃO

Este documento condensa o esforço de dezenas de instituições que se comprometeram na elaboração de proposições para uma Política de Convivência com o Semiárido Cearense.

O Semiárido Cearense há tempos reclama uma política específica que promova a mudança no paradigma do combate às secas para um olhar de convivência harmoniosa entre seu povo e as peculiaridades da região

A região semiárida tem particularidades que não podem ser desconsideradas na formulação das políticas públicas, a exemplo do que já se fez no passado. Sua condicionante natural e sua história, ao longo dos últimos quatro séculos, apontam para a adoção de cuidados ambientais específicos, estratégias de desenvolvimento econômico adequadas, serviços e políticas sociais acessíveis aos habitantes das áreas menos desenvolvidas, bem como a produção, difusão e apropriação de conhecimentos que favoreçam uma cultura de convivência sustentável com tais particularidades. Indicam também a necessidade de articular e integrar as iniciativas a tal respeito com as praticadas em relação ao Nordeste Semiárido e ao Nordeste do Brasil.

Convocadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por intermédio do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, as instituições participantes da elaboração deste documento resgataram suas experiências e saberes, debateram sobre lições já aprendidas e contribuiram para que o Estado do Ceará possa dispor de uma proposta para o seu desenvolvimento que considere as peculiaridades de uma região onde a vida vem sendo pautada pela semiaridez e pela variabilidade climática desde os seus primórdios e onde reside mais da metade de sua população.

As instituições que participaram das proposições aqui apresentadas possuem missões e trajetórias identificadas com a construção de um modelo mais adequado ao desenvolvimento dessa região. Esse é o contexto mais geral sobre o qual se debruçou o Parlamento Cearense, sob a coordenação do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa-CAEAE, para construir a presente proposta de Política de Convivência com o Semiárido Cearense.

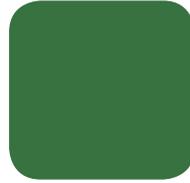
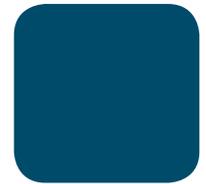
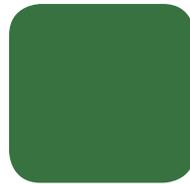
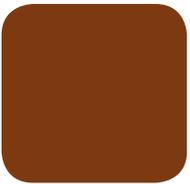
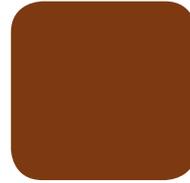
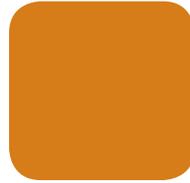
O documento aqui apresentado estabelece os conceitos, fundamentos, objetivos, diretrizes e outras orientações demandadas pela formulação da política pretendida. Seu maior mérito consiste em ter chegado a um consenso conceitual de que a convivência com a semiaridez envolve bem mais do que programas pontuais e novos aportes tecnológicos. Pensa-se, neste sentido, que a vida na região semiárida exige a inclusão de um olhar cultural diferenciado que permita equacionar o desenvolvimento socioeconômico com o uso sustentável dos recursos naturais.

Trata-se, portanto, de uma valiosa contribuição ao Estado do Ceará e à Nação Brasileira, diante da constatação de que o seu pleno desenvolvimento só será possível com o desenvolvimento de suas regiões semiáridas.

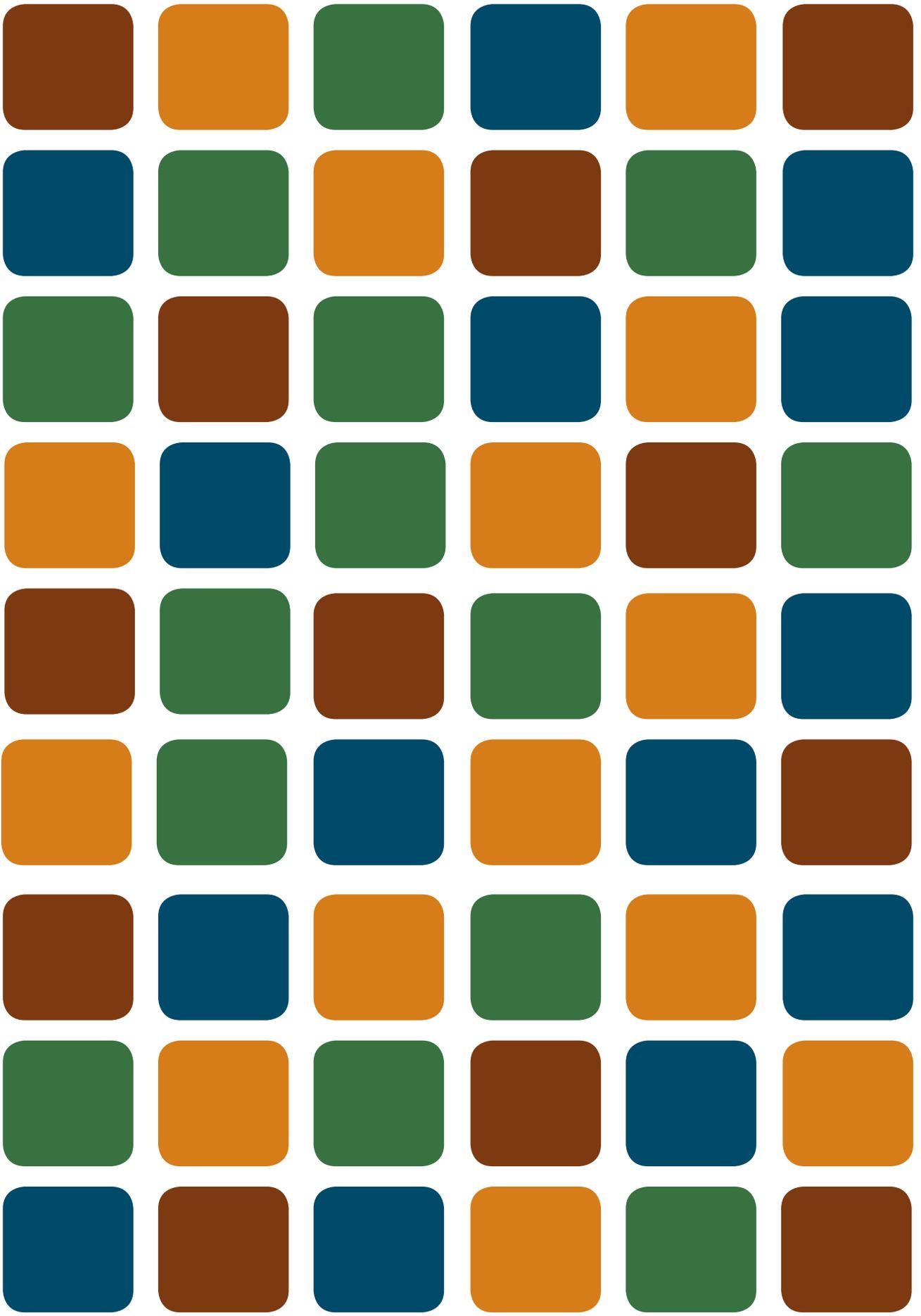
Dessa maneira, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará cumpre o seu papel de instância representativa e articuladora da sociedade cearense na definição de bases normativas e orientadoras para o seu desenvolvimento.

Vencida esta etapa de pactuação política sobre princípios e diretrizes, caberá ao Parlamento Cearense formular os instrumentos legais imprescindíveis à implementação das proposições estruturadas pelo presente Documento. Que o esforço aqui iniciado produza os resultados esperados.

Deputado Estadual Roberto Cláudio
Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará



INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

As propostas que integram este documento foram elaboradas a partir de uma recomendação do Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, produto do Pacto das Águas, conduzido pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O processo de elaboração do Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará garantiu uma estratégia multiparticipativa de discussão dos eixos componentes do Pacto das Águas, no qual o desempenho do “Eixo Convivência com o Semiárido” ganhou relevância, não só por fazer parte, transversalmente, de todos os demais, mas também por seu significado e expressão naquele Plano, por meio de ações próprias.

O referido Plano, ao tratar da Convivência com o Semiárido, na perspectiva do necessário e adequado uso dos recursos hídricos cearenses, constatou que, além de ações de gestão e regulação de usos dos recursos hídricos, o Estado do Ceará deveria avançar na formulação de outras políticas pautadas pelas especificidades de sua região semiárida.

A recomendação feita a este respeito pelo Pacto das Águas consistia na elaboração de um Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. Com o aprofundamento das discussões, alvitrou-se mais eficaz formular uma “Política Estadual de Convivência com o Semiárido”, destinada a orientar as políticas setoriais já existentes, incluindo as demandas e necessidades do semiárido em seus planos, programas e ações, sob o olhar do paradigma da convivência e da sustentabilidade.

O “Cenário Atual do Semiárido Cearense”, documento inicial do Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense, contém as bases utilizadas na definição dos fundamentos, objetivos e diretrizes, assim como na identificação de instrumentos de ação, requeridos para a formulação de uma “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense (PCSC)”. Em seus aspectos fundamentais, essa Política estabelece orientações para a integração das diversas políticas setoriais, tendo por base o arcabouço jurídico legal.

O Fórum de Ideias Inovadoras em Políticas Públicas-FIP, da Assembleia Legislativa do Ceará, em sua 3ª Edição (30 e 31/05/2011), buscou o debate de “como construir, no Semiárido Brasileiro, um processo de desenvolvimento mais harmonioso das pessoas em suas relações com o conjunto do mundo natural”. Nada, pois, mais essencial e oportuno do que a inserção do semiárido no Nordeste, no Brasil e no Mundo. Como vem sendo dito há algum tempo não há solução para o Brasil sem solução para o Nordeste, assim como não há solução para o Nordeste sem solução para o Semiárido. Dentre as cinco regiões que estruturam o Nordeste (Litoral, Agreste, Cerrado, Semiárido e Pré-Amazônia), mais de 40% vivem no Semiárido. Em relação ao Ceará, mais da metade de sua população reside em áreas semiáridas. É oportuno o desafio lançado por aquele Fórum, de que é essencial encontrar caminhos para uma reconciliação da economia com a ecologia, no Ceará como um todo e em suas faixas semiáridas em particular.

Para o “Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense”, importa desconcentrar a economia da Região Metropolitana de Fortaleza, para onde têm convergido os investimentos públicos e onde estão localizados os projetos estruturantes do Estado, e desenvolver a economia do semiárido. Importa também fortalecer a “ecologia do semiárido”, diante de situações especiais interpostas pelo uso racional dos recursos naturais dessa região.

O desenvolvimento do “Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense” foi baseado em metodologia consagrada por amplo processo de envolvimento e participação institucional, contemplando representações de órgãos públicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Em sucessivos eventos, foram debatidas questões relevantes do semiárido do Ceará, em torno de Eixos Temáticos como a economia, o meio ambiente, a comunicação, a cultura, a educação, os serviços básicos e o desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, como fatores determinantes de uma convivência sustentável com o Semiárido Cearense.

A abordagem desses temas no âmbito do documento básico – “Cenário Atual do Semiárido Cearense” – reflete a grande vulnerabilidade desse ecossistema, quando se avalia a fragilidade dos seus recursos naturais diante de processos de desenvolvimento insustentáveis, pautados pela prática de políticas públicas inadequadas (ou pouco expressivas), frente ao desafio da convivência humana em um espaço majoritário do território cearense de múltiplas faces e densamente populoso.

Nesse contexto, o diagnóstico representado pelo “Cenário Atual” revela particularidades que justificam e corroboram a construção de uma “Política de Convivência com o Semiárido Cearense. Destacam-se ali situações de criticidade que ilustram com propriedade as condições do Semiárido Cearense, reclamando ações efetivas, integradas e de mobilização institucional para o desenvolvimento em bases sustentáveis desse território.

O Estado do Ceará possui 86,8% do seu território localizado na região semiárida¹, abrindo 150 municípios e 56% de sua população. O Produto Interno Bruto-PIB do Estado, no ano de 2007, indicou que os 34 municípios situados fora do semiárido concentravam cerca de 70% do PIB cearense, cabendo aos demais 150 municípios os 30% restantes.

O Programa Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) inclui todo o Ceará nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), considerando as Áreas de Entorno às Áreas Semiáridas e às Áreas Subúmidas Secas. Por sua vez, o seu congêneres estadual (PAE-CE)² identificou dois outros Núcleos de Desertificação, além do de Irauçuba: o de Jaguaribe e o dos Inhamuns. Os três Núcleos abrangem um espaço territorial de quase 30 mil km², equivalentes a 23% da superfície do Estado.

Essa condição chama atenção dos órgãos de planejamento e execução de políticas públicas de combate à desertificação para a necessidade da concepção de ações nos vários estágios do processo de recuperação das áreas degradadas e prevenção nas áreas em diferentes graus de suscetibilidade à desertificação.

Os aspectos culturais que contribuem para a manutenção do modelo de desenvolvimento em curso apontam para a necessidade de fortalecer uma “Cultura de Convivência com o Semiárido”, caracterizada como aquela que expresse um modo de vida, no qual as relações entre os seres humanos e a natureza se deem de forma mutuamente vantajosa. Com essa “nova convivência” não basta explorar e dominar o meio físico, mas relacionar-se culturalmente com seus componentes de maneira equilibrada e respeitosa.

1 A delimitação do Semiárido aqui utilizada é a que foi estabelecida pela Portaria Interministerial nº 01/2005, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Embora oficial, essa delimitação tem sido contestada por aqueles que não viram incluídos no Semiárido Brasileiro alguns municípios do Ceará, assim como municipalidades de outras Unidades da Federação integrantes do Nordeste.

2 Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Ceará.

Assim, o fortalecimento de uma “Cultura de Convivência com o Semiárido” pressupõe um esforço coletivo das instituições voltadas para o desenvolvimento humano, dos meios de comunicação disponíveis e de ações confrontantes às investidas da indústria cultural a serviço da sociedade de consumo.

Estudos do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, sobre o Índice de Desenvolvimento Social, realizados no período de 2004-2007, constatam que os municípios cearenses apresentaram uma melhora significativa em termos de indicadores de saúde e educação. Entretanto, em relação ao índice de Emprego e Renda, 173 municípios do Estado continuam classificados na categoria “ruim”, o que demonstra a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente.

Um fator recorrente, em relação à realidade do semiárido, é a inadequação das Políticas Públicas, nacionalmente definidas. Isto se observa em praticamente todas as políticas, que, por não considerarem as especificidades físicas, sociais, econômicas e culturais da região, findam por não resultar em efetiva melhora das condições de vida de sua população e na indução do desenvolvimento sustentável.

Verifica-se ainda que os segmentos da ciência, da tecnologia e da inovação encontram-se desarticulados, havendo necessidade de maior equilíbrio entre os programas de educação, pesquisa e extensão tecnológica. Portanto, é importante que o segmento de Ciência e Tecnologia da região semiárida do Ceará inclua o debate sobre a necessidade de uma Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA), na matriz institucional do Estado.

Além de sua Apresentação, este documento está integrado por sete capítulos. O capítulo 1 corresponde à presente Introdução. O capítulo 2 descreve a metodologia de construção do Pacto. Ali, são reforçados os mecanismos de mobilização e participação dos atores envolvidos, as políticas públicas exercidas no Semiárido, descritas em retrospectiva histórica. A indicação de seus resultados consta do capítulo 3. No capítulo 4, discute-se a contextualização geral do Semiárido Cearense, focalizando-se sua inserção na ótica do desenvolvimento do Estado do Ceará.

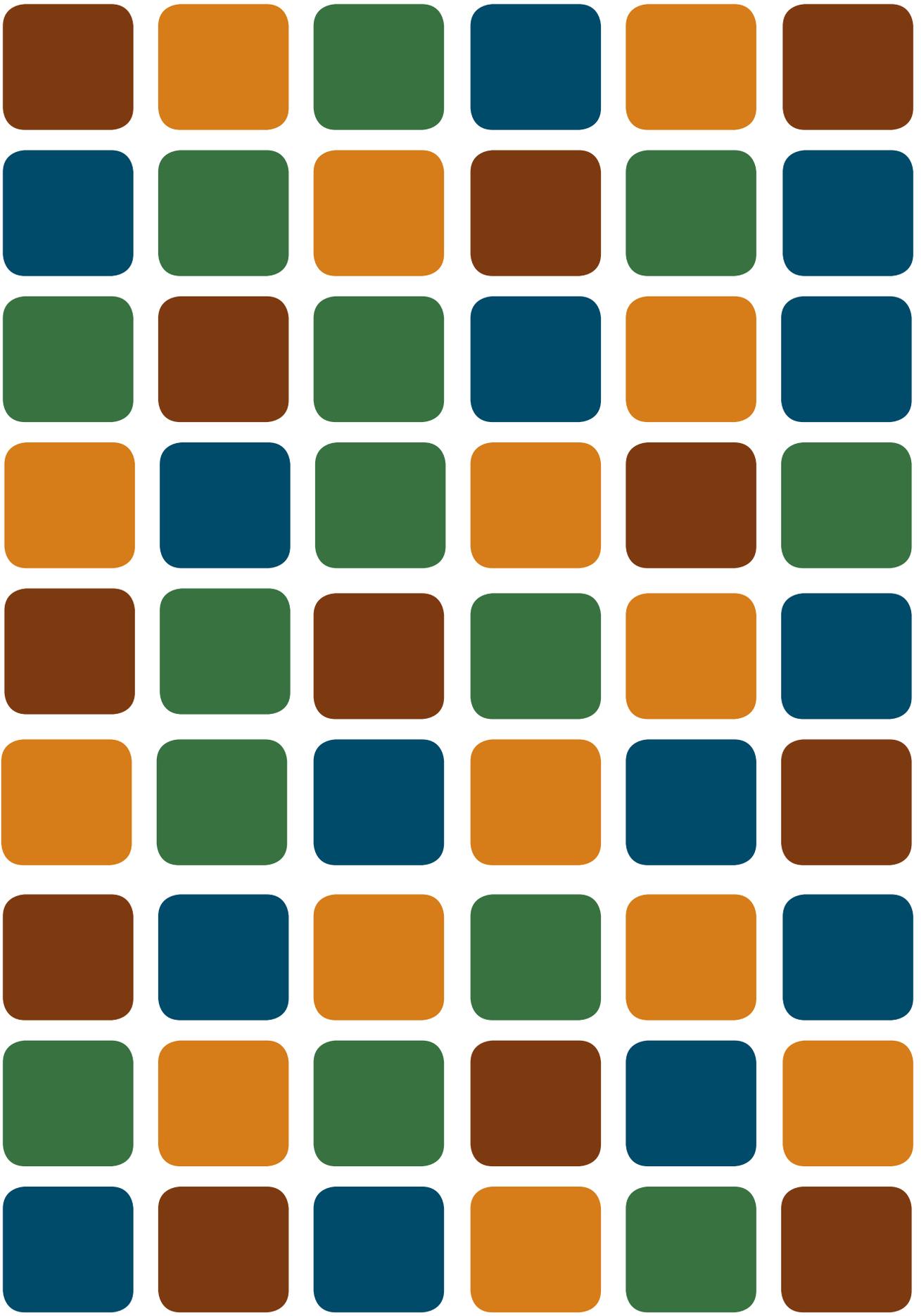
A partir do capítulo 5, trata-se da construção dos elementos básicos de uma “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense (PCSC)”. Neste sentido, o capítulo 5 apresenta os Fundamentos, Objetivos e Diretrizes Gerais da Política. A partir dessa fundamentação, é construído o capítulo 6, no qual são estruturados, para cada um dos cinco Eixos Temáticos, os objetivos, as diretrizes e as proposições (legais e institucionais, assim como os instrumentos de implementação) da Política. Este documento propositivo servirá de base à formulação de instrumento legal com o qual possa ser estabelecida a “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense”, por parte do Parlamento do Ceará.

No capítulo 7, por fim, abordam-se os caminhos a serem seguidos no tocante à formulação dos instrumentos legais, a partir da criação e operacionalização de Comissões Especiais, encarregadas de apresentarem, em prazos determinados, os diversos diplomas legais necessários à consolidação da “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense”.

2



METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PCSC



2 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PCSC

A partir da deliberação do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, coube à sua Secretaria-Executiva iniciar a mobilização da sociedade cearense para, mais uma vez, através de suas instituições representativas, aprofundar a discussão sobre como poderá ser o desenvolvimento sustentável da Região Semiárida Cearense.

Essa convocação partiu da premissa de que a participação efetiva e qualificada deve ser a base para a construção de consensos necessários à formulação de qualquer proposição de políticas públicas capazes de ser realmente implementadas.

Diante disso, conformou-se a alternativa de construção de um Pacto sobre as questões de base, para fundamentar e orientar as proposições relacionadas às diferentes políticas públicas que impactam o desenvolvimento da Região Semiárida do Ceará.

O passo inicial foi dado com a realização de um Seminário ampliado sobre a questão, para o qual foram convidados especialistas que vêm estudando o Semiárido Cearense, movimentos da sociedade envolvidos com a implementação de programas e projetos voltados para a Convivência com o Semiárido, instituições de pesquisa e outras instituições governamentais e não governamentais que realizam estudos e/ou implementam políticas sobre o assunto.

O Seminário de abertura, realizado em abril de 2010, com a participação de 72 representantes de 45 entidades/instituições, apontou a necessidade de estruturar a discussão sobre os grandes temas que orientam o desenvolvimento sustentável, ou seja, a agregação de aspectos voltados para o meio ambiente, economia, cultura, questões sociais e produção de conhecimento.

Em seguida, um grupo formado por 48 representações de 26 entidades/instituições foi envolvido na realização de uma Oficina com o objetivo de definir a metodologia para a elaboração dessa proposta. A Oficina definiu cinco grandes eixos temáticos e propôs estratégias para o engajamento dos atores-chave em sua discussão.

Nessa oficina foram propostos como eixos temáticos:

- A economia do Semiárido Cearense;
- Situação Ambiental do Semiárido Cearense;
- Construção e Incorporação de Uma Nova Cultura de Convivência com o Semiárido;
- Ampliação e Adequação do Acesso aos Serviços Básicos à População das Áreas Rurais e Pequenas Localidades;
- Desenvolvimento e Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos para a Convivência com o Semiárido Cearense.

De acordo com a metodologia então definida, cada um dos temas seria organizado na forma de um cenário atual no qual se descreveria como vem se dando a evolução das questões a ele pertinentes, identificando ações exitosas desenvolvidas e em desenvolvimento, de forma a provocar discussões que apontassem o foco central e os desafios a enfrentar em relação a cada temática.

Diante dessa definição, coube à Equipe Técnica do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos a elaboração de documentos temáticos a serem utilizados como texto de base para as discussões posteriores.

Os textos produzidos foram encaminhados ao conjunto de instituições identificadas, que também foram convidadas a criticar cada documento, além de propor quais seriam as questões centrais de cada temática, tudo isso discutido em oficinas específicas a cada tema.

Essas Oficinas Temáticas, no total de cinco, foram realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2010 e contaram com a participação de 185 representações de 105 entidades/instituições. Durante as discussões então efetuadas, foram identificadas as questões centrais, que viriam a caracterizar os grandes desafios para a convivência com o Semiárido Cearense.

Finalizada essa segunda etapa de refinamento do texto base e de identificação dos grandes objetivos, foram convidados três especialistas que vêm, ao longo de suas trajetórias profissionais, se dedicando à temática do Semiárido nos seus aspectos econômicos, culturais e na proposição de políticas estratégicas: Cláudio Ferreira Lima, Gilmar de Carvalho e Otamar de Carvalho.

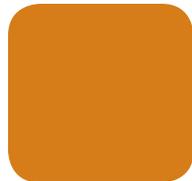
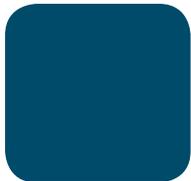
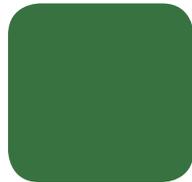
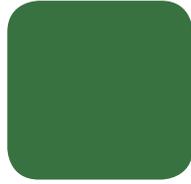
Os especialistas convidados, à luz de suas experiências e conhecimentos, revisaram o documento então produzido, o qual, depois de concluído, foi nomeado de **Cenário Atual do Semiárido Cearense**. Esse documento foi enviado a todas as instituições envolvidas nas ações anteriores, aos 184 municípios do Estado e a outras instituições identificadas no processo de trabalho como estratégicas à formulação da proposta aqui apresentada.

Juntamente com o documento enviado (**Cenário Atual do Semiárido Cearense**), encaminhou-se convite para a realização do **I Encontro Estadual do Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense**, realizado no dia 7 de abril de 2011, em Fortaleza. Nesse encontro, os participantes foram divididos em grupos, formados segundo sua natureza institucional – pública (em suas três esferas), movimentos e organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa –, com o compromisso de promoverem discussões junto aos seus representados, de modo a ampliarem a proposição de políticas a partir da discussão do documento então recebido, composto por texto completo (**Cenário Atual do Semiárido Cearense**) e resumo condensado, expresso por publicação assim intitulada: **Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: Bases para a Formulação de uma Política de Convivência Sustentável com o Semiárido do Ceará**.

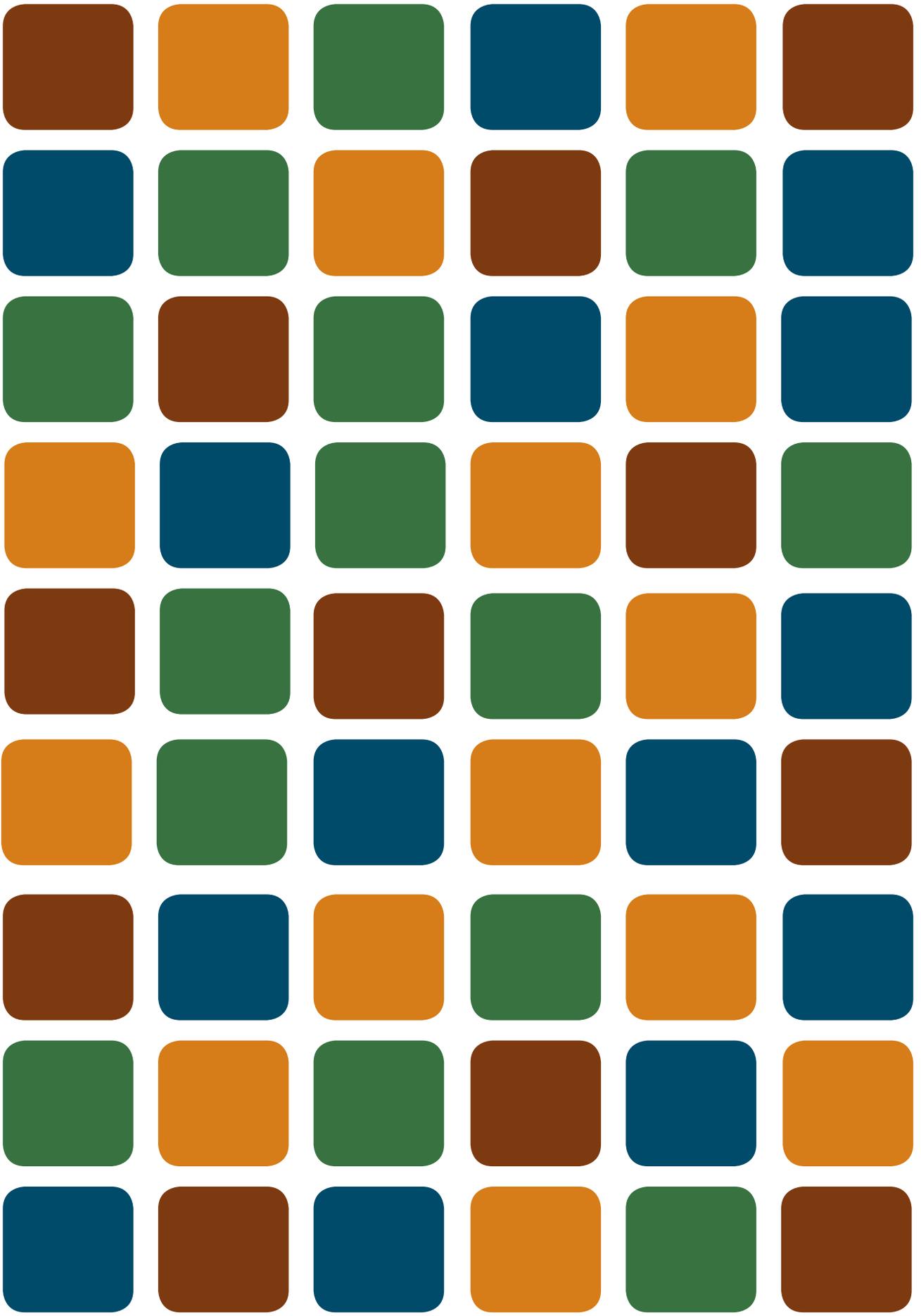
Naquela ocasião, estabeleceu-se um prazo para o recebimento das contribuições dos participantes do I Encontro. Os resultados recebidos das instituições/entidades participantes foram positivos. As planilhas recebidas foram sistematizadas pela Equipe do Pacto, dando lugar ao documento discutido no “II Encontro do Pacto de Convivência com o Semiárido Cearense-PCSC”, também promovido pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos-

CAEAE da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos dias 11 e 12 de agosto de 2011, em Fortaleza-Ceará, assim denominado: **“Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense.”**

O presente Documento corresponde, assim, ao resultado das sugestões recebidas/incorporadas durante o II Encontro do Pacto. A partir de então, foi produzido este documento: **Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense**, o qual irá alimentar os trabalhos de formulação e implementação da “Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense”.



**AS POLÍTICAS
IMPLEMENTADAS NO
SEMIÁRIDO
E SUAS LIÇÕES**



3 AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS NO SEMIÁRIDO E SUAS LIÇÕES

As políticas públicas implementadas na Região Semiárida do Brasil, ao longo de muitos anos, pouco têm contribuído para fortalecer uma visão de convivência com as peculiaridades dessa área, tratada de maneira integrada, articulando os diferentes componentes da sustentabilidade.

Desde a grande seca de 1877-1879, marco inicial da preocupação do Estado brasileiro com os fenômenos climáticos do Semiárido Nordeste, as ações propostas para essa região foram orientadas para o combate às secas e para a minoração das problemáticas sociais decorrentes de uma legião de pobres, produzida pelo modelo de desenvolvimento adotado na região.

Poucas foram as políticas que integraram os componentes econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais necessários à transformação da afirmação de uma terra de problemas para uma visão autoafirmativa de possibilidades de desenvolvimento sustentável.

As intervenções governamentais no Nordeste foram iniciadas e orientadas pelo que ficou conhecido como “solução hidráulica”, ou seja, acumulação de água no período da curta estação chuvosa em reservatórios construídos com essa finalidade. Desde o início do século XX até hoje, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, instituído em 1946 – a partir da reestruturação, primeiro, da Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, criada em 1909, e, depois, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCs, constituída em 1919 –, vem construindo uma extensa malha de açudes, de médio e grande porte, responsável pela garantia de água nos períodos de seca ou estio na Região semiárida do Nordeste. Essa região foi durante muitos anos (de 1936 a 1989), conhecida oficialmente como Polígono das Secas.

A estratégia de represar água evoluiu para sua utilização no desenvolvimento da agricultura irrigada. Muitos anos depois, passou-se a reconhecer a necessidade de promover o gerenciamento integrado e participativo das águas acumuladas. Não obstante os esforços desenvolvidos pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará e sua vinculada, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, no tocante à implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos e à constituição do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará, dos Comitês de Bacias e das Comissões Gestoras de Açudes, os princípios de gestão integrada de oferta e demanda de recursos hídricos ainda não foram plenamente incorporados ao processo de planejamento, às estratégias de desenvolvimento do Estado e à cultura da população.

As políticas voltadas para o incentivo à irrigação, por sua vez, passaram por altos e baixos, ao longo das décadas posteriores aos anos de 1970, notadamente em relação aos incentivos governamentais para sua ampliação sustentável. No entanto, possibilitaram o desenvolvimento de polos localizados de produção agrícola em maior escala, gerando emprego e renda para uma parcela considerável da população.

Neste ponto, cabe refletir um pouco sobre os progressos alcançados nos últimos sessenta anos. Foi somente a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, no final dos anos de 1950, que o Estado brasileiro passou a realizar ações planejadas na Região. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criado em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, responsável pela concepção de uma estratégia de desenvolvimento para a Região, centrou suas proposições na reorganização da economia regional. Neste sentido, estabeleceu diretrizes e programas voltados para a instalação de um parque industrial moderno, para o aumento da produtividade da agropecuária nas diferentes sub-regiões do

Nordeste, de modo a garantir maior absorção da mão de obra excedente pelos setores não-agrícolas e no deslocamento dos excedentes demográficos para áreas da fronteira agrícola.

A estratégia previa o deslocamento de atividades agrícolas e pastoris, bem como os excedentes populacionais para áreas no Maranhão e na Bahia e para a Zona da Mata, em projetos de reforma agrária, tendo como foco de desenvolvimento a industrialização.

A Sudene estruturou programas e projetos em torno de algumas dessas recomendações, no curso de seus primeiros Planos Diretores, e reforçou o desenvolvimento da irrigação realizando estudos pedológicos, hidrológicos e meteorológicos, para selecionar as áreas mais aptas à agricultura irrigada. Entretanto, ao reconhecer, ainda na década de 1960, que a agricultura irrigada exigia uma complexidade tecnológica não compatível com o nível de organização da população, reforçou o discurso conservador contrário ao desenvolvimento desse tipo de agricultura.

Ainda nos anos de 1960 tiveram início os Planos e Programas de Emergência de Secas, os quais, ao longo das décadas seguintes, passaram por diversas alterações em suas concepções e denominações. Das frentes de serviço ao “bolsa-renda”, tais programas funcionaram como paliativos para os efeitos das secas e estiagens, pouco contribuindo para a construção de uma infraestrutura e de uma cultura de convivência com a Região Semiárida.

A partir dos anos de 1970, vários programas especiais, voltados para o Semiárido, foram concebidos e implementados na Região: Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste), Prohidro (Programa de Recursos Hídricos do Nordeste) e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP, concebido no contexto do Projeto Nordeste (Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste), ambos fundamentados na teoria do desenvolvimento rural integrado. Tendo como premissa a integração de diferentes políticas públicas em determinados polos regionais, enfrentaram dificuldades institucionais e operacionais para se consolidarem, assim como seu uso político-fisiológico.

Diante disso, um novo programa foi concebido, o Programa de Combate à Pobreza Rural-PCPR, substituindo a estratégia de desenvolvimento rural integrado, de abrangência regional, por pequenos investimentos de natureza econômica e social, oriundos de demandas localizadas.

A discussão sobre a convivência com a semiaridez veio à luz na década de 1980, concebida inicialmente como a utilização de tecnologias adaptadas à região. Essa concepção estreita foi sendo alargada, principalmente, pelos movimentos e organizações da sociedade. A partir dessa década, emergiram várias organizações e movimentos sociais como resposta à necessidade de participação nas políticas públicas e até mesmo de suprir as lacunas e ineficiências do Estado.

Mesmo com pequena capacidade de ações mais permanentes, no longo prazo, necessárias às mudanças essenciais, as organizações da sociedade superaram a capacidade do Estado, no que diz respeito à mobilização e organização da população, consideradas como entraves na maioria das iniciativas antes referidas. Dessa forma, produziram ações que geraram saberes e conhecimentos que contribuíram para alargar o conceito de convivência com o Semiárido e influenciar o escopo de diversas políticas públicas.

Em paralelo a isso, o Estado sofreu mudanças em várias de suas instituições. Algumas foram extintas, outras fragilizadas na sua capacidade operacional, mas pouco se avançou na mudança da cultura institucional compartimentada e pouco integrada. No Estado do Ceará, vários programas voltados para o desenvolvimento rural também foram concebidos e implementados, gerando aprendizados, mas modificando pouco as estruturas que impedem o desenvolvimento sustentável da Região Semiárida.

Pelas informações analisadas no documento **Cenário Atual do Semiárido Cearense**, as políticas que mais influenciaram a ampliação da renda da população do semiárido foram

as referentes à concessão de aposentadorias no meio rural, pela Previdência Social, e as “bolsas” voltadas para o atendimento às populações de menor renda, dentre as quais se destacam iniciativas como o Programa “Bolsa Família. Entretanto, nenhum desses programas possui uma estratégia de sustentabilidade definida. Se, por um lado, contribuem para a seguridade social, por outro, não estruturam concepções e estratégias de superação da pobreza na região, mediante a implementação de programas de geração de renda, via ampliação e/ou expansão de atividades econômicas. De todo modo, essas iniciativas encontram defesa e efetividade na sinergia decorrente do incremento monetário em áreas que pouco produzem.

Pressões decorrentes de acordos internacionais, por sua vez, também têm contribuído para levantar a discussão sobre problemas específicos do Semiárido, como é o caso do enfrentamento à desertificação. A partir da elaboração de um Programa de Ação Nacional para o enfrentamento deste fenômeno, o Estado do Ceará também elaborou o seu Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Até agora, porém, poucas das ações ali contidas foram implementadas.

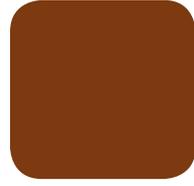
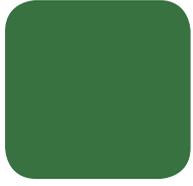
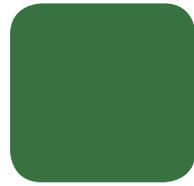
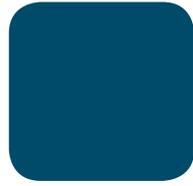
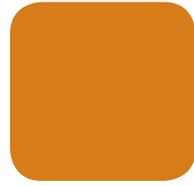
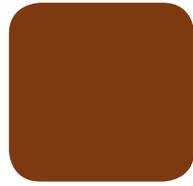
Boas lições têm sido aprendidas. Uma delas indica que as mudanças desejadas e/ou necessárias têm sido impedidas pela cultura de dependência incutida na população mais pobre do Estado. Antes, com o coronelismo de base rural; agora, com o coronelismo de base urbana, calcado no poder político de seus intermediários. As políticas públicas, até aqui postas em prática pouco atentaram para essa realidade, reforçando-a em muitos casos.

Ao fomentar organizações artificiais em comunidades pouco afeitas a esse modo de trabalhar e viver, várias políticas contribuíram para a apropriação da representação popular por lideranças que atraíam para si a responsabilidade sobre as demandas dos seus segmentos. Com isso, garantia a permanência do mesmo modelo de dependência que impedia a plena cidadania individual, ou seja, ao assumir a responsabilidade do indivíduo seu representante retirava-lhe a responsabilidade sobre a ação coletiva.

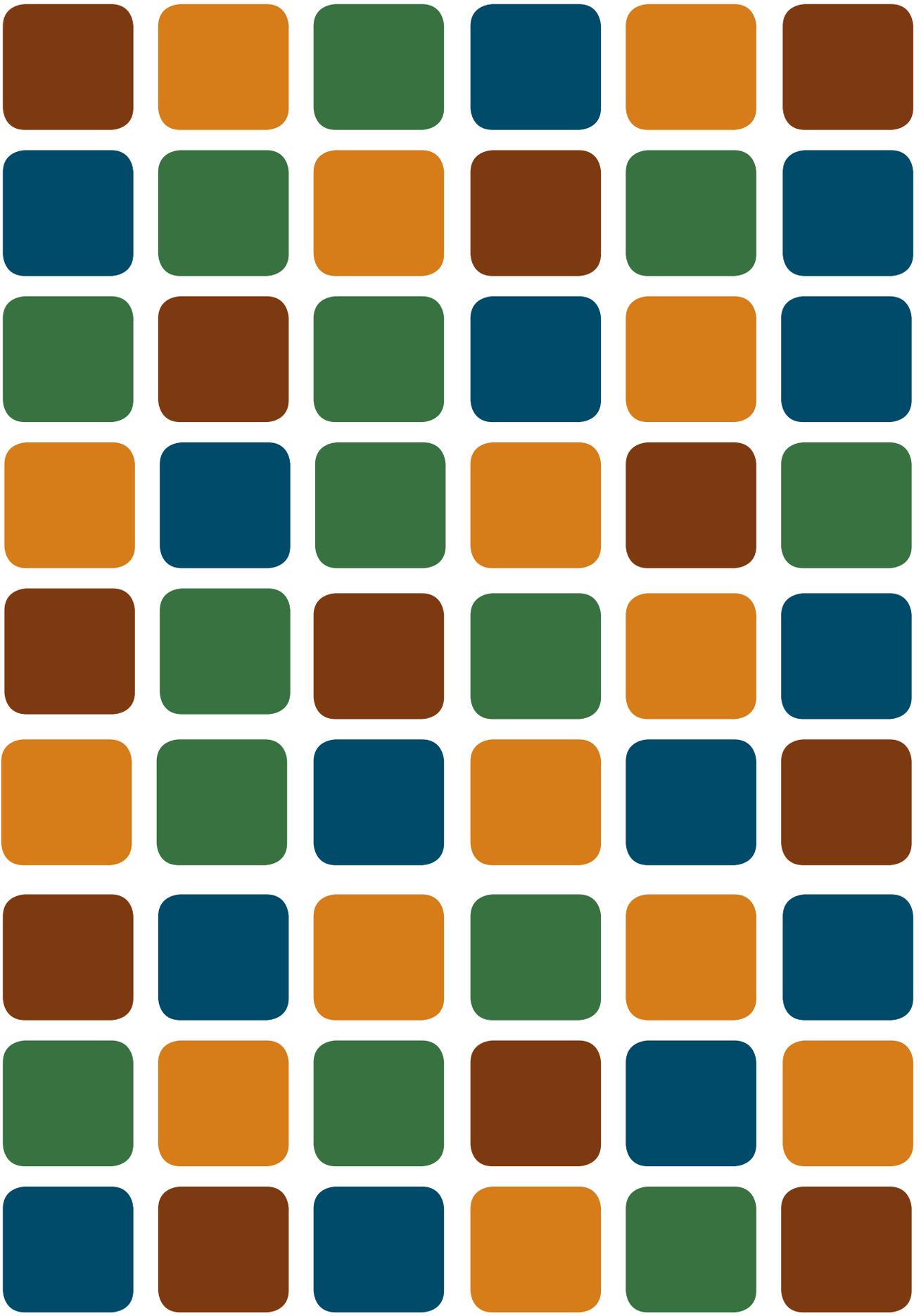
Uma reflexão se impõe. Não obstante os programas e ações desenvolvidos terem contribuído para ampliar o acesso da população à água e à terra, as iniciativas daí derivadas não foram suficientes para o estabelecimento do equilíbrio socioeconômico no Semiárido cearense. Além disso, houve consideráveis mudanças no ambiente, pois se mantinha a redução da população no campo, acelerava-se a urbanização não planejada das sedes municipais e tinha curso o “inchaço” populacional na Região Metropolitana de Fortaleza. Essas evidências apontam para a necessidade de adoção de políticas públicas capazes de contribuir para o desenvolvimento integrado do Semiárido cearense. Políticas dessa natureza permitem que a população rural das pequenas localidades e das cidades situadas nessa região tenha acesso a serviços eficientes e garantia de trabalho e renda, além de infraestrutura básica compatível com a necessária desconcentração econômica no Estado.

A convivência com as condições do Semiárido cearense, centrada em processos de desenvolvimento mais equilibrado, entre o bem-estar social e a adequada utilização dos recursos naturais, pressupõe a reorientação do modelo de desenvolvimento em curso no Estado. Caminhar nessa direção significa promover a integração das políticas públicas, a participação qualificada da população, a garantia de educação e informação permanente, a geração de conhecimentos necessários e o fortalecimento político e institucional, asseguradores da permanência de processos adequados de gestão, assim como a concepção de estratégias que permitam o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com os potenciais da região.

As lições derivadas das políticas desenvolvidas até aqui podem contribuir para a concepção e implementação de iniciativas mais adequadas, melhor estruturadas e mais eficazes, no que se refere à superação da pobreza, combinada com o uso equilibrado dos recursos naturais dessa região.



CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO SEMIÁRIDO CEARENSE



4 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO SEMIÁRIDO CEARENSE

A delimitação da Região Semiárida brasileira foi aprovada pela Portaria Interministerial Nº 01, de março de 2005, dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Os trabalhos aprovados por essa Portaria consideraram como localizados no Semiárido Brasileiro os municípios que apresentassem:

- Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm;
- Índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico, que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial no período situado entre 1961 e 1990; e
- Risco de seca maior do que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

De acordo com o Relatório da “Nova Delimitação do Semiárido”, 86,80% do território cearense, integrado por 150 dos 184 municípios do Estado, estão inseridos no Semiárido Brasileiro, oficialmente delimitado.

Nesse território viviam, em 2010, 4.724.290 habitantes, segundo o IBGE. Esse contingente demográfico correspondia a 55,92% da população do Estado, distribuída em 150 cidades e milhares de vilas e pequenas povoações. A população do Semiárido Cearense, considerando sua heterogeneidade física e cultural, convive com alguns condicionantes comuns, entre os quais se destacam os seguintes:

- Regime pluviométrico com distribuição desigual no tempo e no espaço, associado à grande insolação e temperaturas médias altas;
- Predominância de solos rasos, assentados sobre o substrato cristalino, com reduzidas áreas conciliando topografias e espaços favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris e à retenção de águas subterrâneas;
- Predominância de um complexo vegetal de Caatinga, cujo conhecimento ainda incompleto de sua ecologia, contribui para uma relação predatória de exploração e, em consequência, para sua desvalorização;
- Formação histórica pautada por modelo de exploração econômica concentrador de renda e produtor de marcante desigualdade social;
- Ausência de políticas públicas voltadas para a superação dos problemas decorrentes desse conjunto de vulnerabilidades, que tem contribuído para a produção de visão pessimista sobre suas potencialidades.

Para muitos, o Semiárido significa seca e seus povos um conjunto de brasileiros a dependerem sempre de ajuda externa. Até mesmo políticas bem intencionadas ainda se caracterizam por equipararem a convivência na região a ações puramente voltadas para o rural e o agrícola. A questão urbana no Semiárido cearense está lastreada por problemas ainda não compreendidos em toda sua inteireza.

As discussões realizadas até aqui estão pautadas por percepção multifacetada a respeito dos problemas e possibilidades de desenvolvimento, em bases sustentáveis, do Semiárido Cearense. Neste sentido, apontam para particularidades que servem de premissas para a formulação da política de convivência com a Região Semiárida do Ceará aqui estruturada, tal como indicadas e detalhadas a seguir:

- **A semiaridez no Ceará pode ser vista como possibilidade e não apenas como limitação**

O conjunto de fatores que caracteriza a semiaridez no Estado tem sido visto predominantemente como limitante à convivência das populações com o ambiente semiárido. Outros olhares apontam para possibilidades advindas do uso adequado dos mesmos fatores. Exemplo disso é a intensa insolação e luminosidade, que podem orientar o desenvolvimento da produção de energia solar como componente limpo da matriz energética, assim como da otimização da fruticultura irrigada.

A semiaridez também pode contribuir para que essa região seja transformada em grande produtora de matéria-prima para a indústria de medicamentos fitoterápicos. Além da tradição já secular do uso de plantas medicinais, as características climáticas da região permitem que muitas espécies vegetais ali encontradas criem moléculas diferenciadas, com grande potencial para o desenvolvimento de novos fitoterápicos.

A Caatinga apresenta, ainda, diversas outras possibilidades como a piscicultura e a produção de mel, que tem sido crescente no Estado. Durante os primeiros três meses de 2010 o Ceará foi o terceiro Estado brasileiro em exportação de mel de abelha.

O substrato cristalino de boa parte da região apresenta grande potencial para a exploração mineral de rochas ornamentais, tendência em crescimento nas exportações do Estado.

Outra possibilidade importante é representada pelo potencial turístico de sua paisagem natural, com visual ímpar, ampliável, além disso, pela agregação de elementos de sua cultura popular também específica. O turismo rural, religioso, arqueológico e de aventuras pode vir a ser fator de emprego e renda em regiões impróprias para a exploração de matérias-primas naturais.

Essas são apenas algumas das possibilidades do Semiárido Cearense. Aliadas ao desenvolvimento tecnológico das atividades tradicionais e orientadas pela diretriz da sustentabilidade, podem contribuir para o fortalecimento da permanência no campo de boa parte de sua população, onde o emprego desejado ainda é sustentado, na maioria dos municípios, pelos serviços de administração pública.

- **Não há um único Semiárido, mas diversos compartimentos onde as redes socioespaciais interagem de formas diferenciadas**

A compartimentação geoambiental do Semiárido Cearense explicita essas diferenças naturais. Nela se conformam áreas com maior ou menor disponibilidade hídrica, solos mais ou menos aptos à exploração agrícola e condicionantes históricos diferenciados. De acordo com estudos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos-Funceme, coexistem no Estado 13 sistemas ambientais, subdivididos em 32 subsistemas. Essa compartimentação natural tem sido determinante para o estabelecimento das relações socioeconômicas dessa região.

- **O modelo de exploração adotado não é adequado para os mais pobres e nem para os ecossistemas naturais**

A Caatinga cearense foi ocupada pelo gado em detrimento dos ecossistemas naturais e das populações sem posses. O modelo que sustentou os três primeiros séculos da economia cearense é responsável pela degradação ambiental, hoje questionada, e pelo grande fosso da desigualdade social.

O modelo de desenvolvimento em curso concentra investimentos na Região Metropolitana de Fortaleza. Esse modelo, além de não ser capaz de garantir a redução das desigualdades sociais, vem contribuindo para a manutenção de práticas de exploração dos recursos naturais agravadoras da degradação ambiental.

- **O olhar sobre o Semiárido Cearense não pode ser limitado ao rural agrícola. Nessa região, há cidades de porte considerável que mantêm estreita relação com os condicionantes naturais**

Embora a delimitação conceitual entre o que é urbano e rural seja estabelecida por uma legislação considerada anacrônica por vários estudiosos, a mesma legislação tem sido usada para alimentar estatísticas que orientam a tomada de decisões políticas, às vezes equivocadas.

A legislação brasileira, estabelecida pelo Decreto Lei Nº 311, de 1938, considera como urbana toda sede de município (cidades) e de distritos (vilas), sem levar em conta suas características estruturais e funcionais, daí derivando a delimitação de linhas demarcatórias nem sempre precisas e condizentes. Por isso, a definição da população rural é feita por exclusão daquela que não habita as áreas urbanas.

Essa definição não reflete as mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas. De fato, a separação entre o que é urbano e rural no Brasil, como ocorreu em países desenvolvidos, tende a se tornar desnecessária, diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que esses conceitos se interpenetram mais a cada dia.

A definição clássica entre o que é urbano e rural parte do entendimento de que no meio rural as particularidades econômicas giram em torno da agropecuária, enquanto que as demais seriam acessórias, vinculadas a essa atividade principal. Diante disso, a análise dos dados disponibilizados, tanto para a ocupação agrícola, quanto para os demais setores, não permite estimar o quanto essa relação de interpenetração avançou no campo do Semiárido Cearense.

Percebe-se, pela variação no crescimento de vários setores componentes do Produto Interno Bruto-PIB, que os setores secundário e terciário da economia ampliam, cada vez mais, sua participação na economia cearense. Essa realidade, aliada à imprecisão de informações sobre o quantitativo da população que vive exclusiva ou predominantemente das atividades agrícolas e pastoris, reforça evidências de que a economia no campo cearense não é essencialmente agropastoril.

É fato, nem todo o campo é exclusivamente agrícola. A multifuncionalidade do trabalhador no campo do Semiárido vem sendo explicitada por meio dos conflitos que surgem diante dos benefícios ofertados pelo Estado. É o caso do Seguro Safra para agricultores e do Seguro Desemprego para os pescadores artesanais. De acordo com diretrizes específicas desses sub-setores, o trabalhador é obrigado a declarar-se ligado apenas a uma ocupação.

Outra dificuldade oriunda da delimitação exclusivamente territorial diz respeito à aposentadoria do trabalhador rural. Esse trabalhador, ainda que atue na atividade agrícola, reside em áreas consideradas urbanas pela delimitação oficial, o que dificulta seu acesso ao benefício previdenciário.

A ampliação de atividades, além das agropastoris, vem sendo facilitada pela mobilidade favorecida pelo crescimento da infraestrutura e pelo crescimento do setor de transportes e de comunicações. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-PDSA, elaborado e divulgado, em 2005, pelo Ministério da Integração Nacional, apresenta uma percepção importante, a este respeito: “Para quem trabalha e vive no meio rural o importante será combinar as atividades produtivas do campo e da cidade, em regime de tempo parcial – durante o dia, a semana, o mês ou o ano – como já vem acontecendo”.

Portanto, a formulação de políticas de desenvolvimento não pode levar em conta apenas os critérios espaciais e demográficos; também devem ser consideradas as características culturais e socioeconômicas das áreas ou regiões objeto de sua ação. Em uma Política de Convivência com o Semiárido (CSA) não é possível (nem desejável) desconhecer a relação das cidades e vilas com o meio ambiente, sua contribuição para a degradação da vegetação e dos recursos hídricos e, tampouco, a relação dos moradores do campo com os serviços da cidade. Alvia-se conveniente aprofundar a discussão entre o continuum rural-urbano nas proposições dessa Política.

• **Diversidade de políticas e de experiências exitosas desenvolvidas na Região por órgãos de Estado e das organizações da sociedade civil**

São diversas as estratégias já desenvolvidas e testadas pelos movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições públicas, demonstrando as possibilidades de convivência sustentável com o Semiárido.

Sistemas complexos como o de gerenciamento de recursos hídricos, programas voltados para a educação no campo, iniciativas como o Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa uma Terra Duas Águas (P1+2), Selo Unicef, Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental (Prodham), Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga nos Estados do Ceará e da Bahia (Mata Branca), Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna), Planos como o gerado pelo Pacto das Águas, o PAE-Ceará e vários outros mostram que é possível estimular e fortalecer a convivência com o Semiárido Cearense, mediante a adoção de políticas públicas de convivência com as características e exigências dessa região.

Essas iniciativas requerem mais articulação e integração, setorial, espacial e institucional, para reduzir esforços paralelos ou concorrentes. A Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense terá muito a lucrar com a incorporação das lições das experiências aqui referidas, assim como a enfatizar em matéria de institucionalização.

• **A Região Semiárida do Ceará é dotada de particularidades culturais, com permanências e transformações, mas não está imune às transformações culturais fomentadas pela sociedade de consumo**

Assim como o cotidiano da população residente no Semiárido Cearense não delimita mais uma separação rígida entre campo e cidade nos setores da economia, o mesmo se dá,

em larga escala, nos componentes culturais. A universalização da eletrificação vem possibilitando um crescimento sem precedentes nos meios de informação e no avanço dos objetivos propostos pela indústria cultural, com a massificação do consumo.

Embora as manifestações da tradição estejam sendo substituídas por versões mais elaboradas, o espírito que as gerou permanece nas festas e folguedos, agora embalados por novos arranjos, cenários e linguagens. As manifestações antes tratadas como rurais adentram os centros urbanos e vice-versa.

Entretanto, as políticas educativas e fomentadoras de cultura pouco atentaram para essa discussão. O currículo escolar, bem como a formação dos educadores, pouco contemplam essa preocupação de aprender sobre as peculiaridades regionais.

As políticas culturais também não avançaram na discussão dessa interpenetração entre o tradicional e o contemporâneo, de forma que há um predomínio (in) formativo dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural sobre a população –, nem sempre apoiadores de uma vivência sustentável no Semiárido.

- **As populações que habitam no campo precisam de políticas específicas para sua permanência**

O discurso da permanência no campo é tão antigo quanto a própria ocupação, e diversas têm sido as políticas que objetivam alcançar essa situação. Políticas que variam da regularização do acesso à terra e à água, da educação no campo, da saúde da família e da garantia de renda mínima, entre outras.

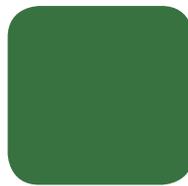
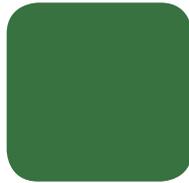
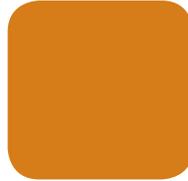
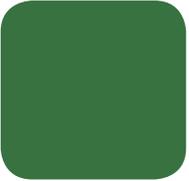
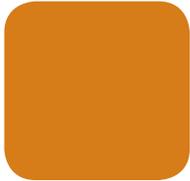
No entanto, tais políticas, por mais bem sucedidas que sejam, não têm sido suficientes para tal permanência. Os serviços básicos de educação, atendimento à saúde, saneamento rural e infraestrutura de transporte não são completos na maioria dos casos para a população que habita fora dos contornos ditos urbanos.

Isso, aliado à pouca oferta de emprego formal nessas áreas, continua provocando o êxodo, principalmente da população mais jovem, de forma que a discussão de uma política de CSA deve buscar integrar a ampliação da oferta de empregos com a ampliação de serviços básicos para a população dita rural.

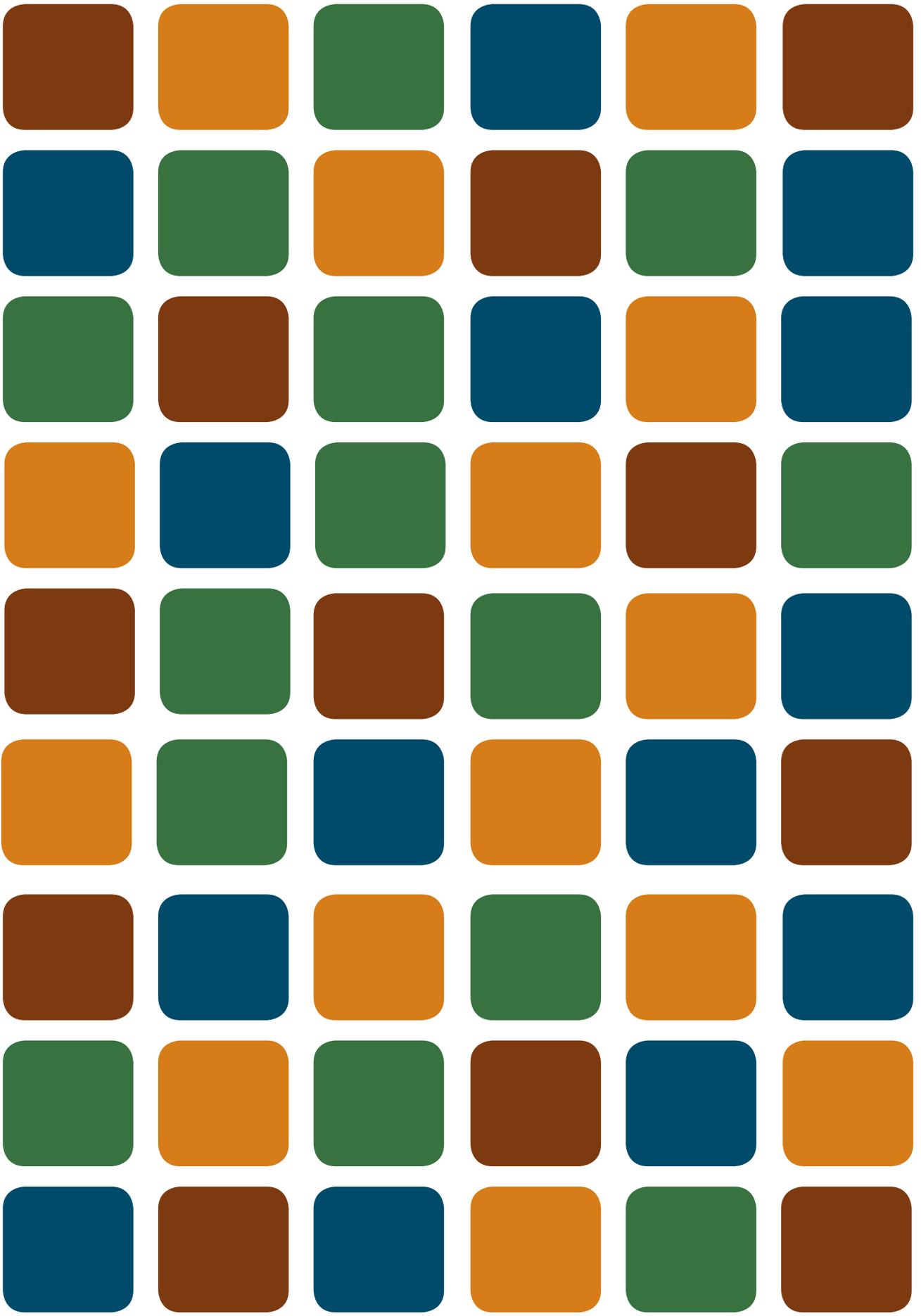
- **O Semiárido é caracterizado por uma alta vulnerabilidade às mudanças climáticas em curso**

Já constitui determinado consenso entre os estudiosos a afirmação de que a Região Semiárida tende a ser ainda mais vulnerável à variabilidade do clima, em decorrência das mudanças climáticas em curso. Essa constatação demanda a produção de conhecimentos mais específicos para viabilizar sua apropriação pelas instituições responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento da região em referência.

Embora o Estado tenha avançado na implantação e gestão de uma infraestrutura hídrica que reduziu em muito o risco das calamidades naturais, ainda há muito que ser desenvolvido com relação às estratégias de adaptação e mitigação às mudanças anunciadas, de forma que a pesquisa e a informação devem ter seu foco ampliado, além de caminharem juntas nessa direção.



FUNDAMENTOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES



5 FUNDAMENTOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

Na compreensão do que deve vir a ser uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense, em seu escopo básico, entende-se que tal Política precisa explicitar, de maneira geral, seus fundamentos, objetivos e diretrizes. Além disso, deve compreender proposições específicas para as diversas áreas temáticas, que constituem os campos da ação humana, em sua relação com o ambiente natural da Região.

Por Fundamentos compreendem-se as razões com que se funda uma tese, a base, o conjunto de princípios que justificam os objetivos propostos, os quais, por sua vez, expressam a designação do que se pretende alcançar com dita Política.

O alcance dos objetivos deve ser pautado por diretrizes, que traduzam o conjunto de instruções para tratar e levar a termo as ações pretendidas. Diretrizes são normas balizadoras e indutoras da aplicação dos instrumentos da Política.

Assim, a proposta gerada para o Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense, de forma geral, está pautada por fundamentos, objetivos e diretrizes, tal como descritos a seguir.

5.1 Fundamentos

A Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense tem por função articular as diversas políticas setoriais concebidas e postas em prática nessa região. Neste sentido, buscará a efetiva coordenação das ações demandadas pela região, estruturadas de modo a permitir a participação e o acesso da população às políticas, programas, projetos e recursos financeiros específicos. Nessa perspectiva atenderá aos seguintes fundamentos principais:

- A Convivência com o Semiárido constitui o caminho para o desenvolvimento sustentável dessa Região. O foco das políticas nela desenvolvidas não deve ser somente o combate ao fenômeno natural das secas; mas, sim, a convivência com os condicionantes naturais da semiaridez;
- O desenvolvimento sustentável e solidário do semiárido cearense deve considerar as dimensões geoambiental, econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional;
- O Semiárido Cearense é heterogêneo em seus aspectos físicos e sociais e possui condicionantes climáticos determinantes na distribuição dos recursos hídricos, no uso dos solos e na exploração dos demais recursos naturais. A Política de Convivência com o Semiárido considera a escassez dos recursos hídricos e a pequena disponibilidade dos demais recursos como elementos estruturantes;
- O foco das iniciativas destinadas a garantir a convivência e a promover o desenvolvimento sustentável do Semiárido Cearense são as pessoas que ali vivem, quer seja no meio rural, em áreas urbanas ou em sítios rurbanos;

- Os conhecimentos gerados pelo saber popular e pelas instituições de pesquisa regional são essenciais para a mudança no paradigma da convivência com os fatores climáticos, devendo ser valorizados, disseminados e estimulados;
- As populações do Semiárido Cearense encontram-se distribuídas em cidades de grande, médio e pequeno porte, e, até, em pequenas localidades nas áreas rurais. Ali vivenciam processos diferenciados na utilização dos recursos naturais e no crescimento de necessidades características do meio urbano, o que demanda soluções diversas;
- O atendimento das necessidades e demandas básicas de água, alimentação, emprego, renda, habitação, energia, educação, cultura, segurança, saúde, assistência social e técnica, justiça, saneamento e outros serviços devem ser assegurados a todos os habitantes da Região, seja nas cidades ou nas áreas rurais do Estado, adequando sua oferta às peculiaridades locais;
- Os princípios da sustentabilidade, definidos pelas Convenções Internacionais³, com incentivos à preservação, à conservação, ao monitoramento, ao uso racional e ao fortalecimento institucional das organizações governamentais e não governamentais, devem orientar a gestão dos recursos naturais na região;
- A participação e o controle da sociedade em todas as instâncias públicas são condições para a construção e implementação efetiva das políticas públicas. A Política de Convivência com o Semiárido tem que ser respaldada por programas, projetos e ações permanentes, intersetoriais e de curto, médio e longo prazo, devendo ser compartilhada entre o poder público e a sociedade;
- A distribuição dos recursos financeiros considera as desigualdades sociais e regionais, de acordo com as peculiaridades e habilidades locais;
- A articulação, a descentralização e a integração das diversas políticas e suas permanências são essenciais à sua caracterização como políticas de Estado, pressupondo, por isso, um sistema de gestão e monitoramento;
- A orientação para garantir a desconcentração do desenvolvimento das Regiões Metropolitanas, prioritariamente a de Fortaleza, e a conseqüente geração de emprego e renda, assim como a elevação da qualidade de vida da população do Semiárido deverão nortear a Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense;
- O aprofundamento do conhecimento científico e tecnológico sobre o aquecimento global e seus efeitos sobre as mudanças climáticas futuras serão intensificados, face à influência na convivência com os eventos extremos e suas conseqüências sobre a distribuição dos recursos hídricos.

³ Convenção sobre a Mudança Climática, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção de Combate à Desertificação.

5.2 Objetivos

São objetivos da Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense:

- Cumprir os direitos constitucionais da população do Semiárido, retirando a população da miséria e da condição de pobreza, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento e saldando a dívida social com essa região;
- Fortalecer a autoestima da população do Semiárido, buscando uma melhor gestão organizacional, levando em consideração o meio socioambiental, o uso sustentável da água e dos demais recursos naturais, sua produtividade, os saberes e fazeres acumulados, a integração e o fator tempo, fundamentados nos princípios da agroecologia;
- Fortalecer o novo paradigma de cultura na convivência com o Semiárido, em oposição ao “Combate à Seca”, por meio do reconhecimento e valorização de suas potencialidades e seu conjunto de saberes e fazeres, com ênfase no seu significado histórico e contemporâneo, na cidadania e em sua inserção econômica;
- Diminuir as diferenças econômicas regionais no Semiárido Cearense, descentralizando ações, financiando investimentos que garantam a geração de emprego e renda, fixando famílias com justiça de gênero, assistência técnica na agricultura, saúde, educação e desenvolvimento tecnológico;
- Adotar metodologias que possam frear o processo de desertificação e recuperar as áreas degradadas, promovendo a adaptação às mudanças climáticas e à melhor convivência com os eventos extremos e suas consequências;
- Garantir a conservação e/ou preservação de ambientes naturais de significativa importância para a manutenção da vida;
- Garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo, considerando a justiça de gênero e de geração, na busca da melhoria da qualidade de vida da população do Semiárido Cearense, de forma participativa, integrada e descentralizada;
- Integrar políticas existentes, compatibilizando o desenvolvimento com a preservação e conservação ambiental, para propiciar a geração de emprego e renda em atividades agrícolas e não-agrícolas que reduzam a vulnerabilidade das populações sujeitas à susceptibilidade às secas;
- Implementar políticas que tornem o Semiárido lugar em que a oferta básica de informação, água, alimentação, emprego, renda, habitação, energia, educação, saúde, segurança, estrutura viária, assistência social e técnica e saneamento possam ser estendidas a todos;
- Contribuir para a construção de uma consciência ecológica coletiva, abordando os valores ambientais, econômicos, culturais e sociais do Bioma Caatinga;
- Reconhecer e valorizar as manifestações culturais, como forma de resgate e continuidade da cultura local;

- Incentivar a produção e/ou sistematização do conhecimento técnico-científico sobre semiaridez, clima e mudanças climáticas, bem como sua difusão para a população cearense;
- Promover a segurança alimentar no Semiárido, por meio do fortalecimento dos programas de segurança alimentar e da participação da sociedade civil organizada na formulação, monitoramento e controle social;
- Proteger e manejar o Bioma Caatinga, preservando e/ou conservando seus recursos naturais, bem como suas áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Identificar e sistematizar informações sobre questões de segurança e justiça nos diferentes municípios do Semiárido Cearense, para garantir a adoção de medidas destinadas a combater as diversas formas de violência contra o patrimônio e a cidadania dos que vivem na região objeto da Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense – PCSC.

5.3 Diretrizes

A PCSC será pautada por diretrizes como as seguintes:

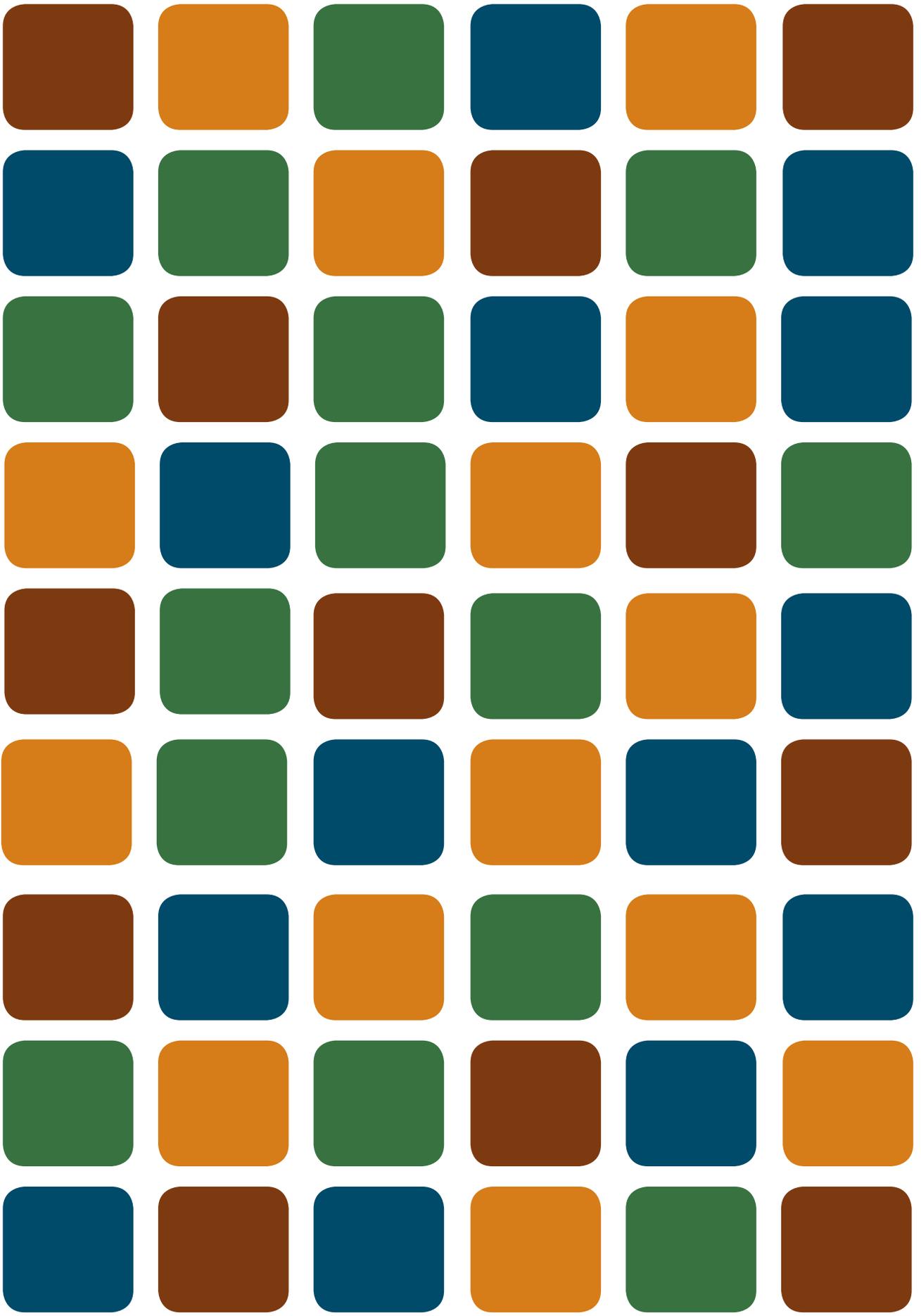
- Articulação e integração produtiva entre condicionantes ambientais, socioeconômicos e políticos, mediante a adoção de processo de planejamento embasado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, como forma de considerar as peculiaridades ambientais e as vocações regionais, e possibilitar a integração dos vários recortes geográficos em arranjos territoriais compatíveis com a intersectorialidade das ações;
- O planejamento das ações deve incluir atividades agrícolas e não-agrícolas, gradativamente introduzidas e desenvolvidas dinamicamente em diferentes recantos do Semiárido com feições rurbanas. As iniciativas não-agrícolas, no campo, na cidade e nas áreas rurbanas, deverão merecer especial atenção e prioridade;
- Articulação e integração produtiva do Semiárido Cearense com as demais regiões do Estado do Ceará, com o Semiárido Brasileiro e as demais regiões do Brasil;
- Concessão de incentivos às pesquisas voltadas para as questões específicas do Semiárido Cearense, alocando recursos para formação de grupos de pesquisadores em todas as áreas (instituições, educadores, ONGs, sindicatos e pessoas);
- Integração, divulgação e compartilhamento de pesquisas validadas de forma contínua para a Convivência com o Semiárido, formação de profissionais e agentes multiplicadores e difusão de inovações tecnológicas;
- Ações de qualificação profissional que assegurem sintonia entre a oferta de qualificação com as potencialidades locais e regionais, tendo como referencial as políticas públicas e os investimentos estratégicos previstos;

- Consideração das diversas dimensões da sustentabilidade do Semiárido na formação de profissionais e na formulação de políticas, assim como a valorização dos saberes e fazeres adquiridos pelos habitantes dessa região;
- A estrutura de execução para a Política de Convivência com o Semiárido Cearense deve conter um sistema de gestão, monitoramento e avaliação de ações que garanta sua visibilidade, lastreada por banco de dados que possibilite a integração das diferentes instituições, de forma a identificar os problemas estruturais que afetam o desenvolvimento do Semiárido, assim como os planos, programas e projetos destinados à sua superação;
- Fortalecimento das instituições do Estado e dos municípios ligadas à Convivência com o Semiárido, para garantir a sinergia e a convergência das políticas públicas relativas à problemática objeto da PCSC.

6



PROPOSIÇÕES PARA AS POLÍTICAS ESPECÍFICAS



6 PROPOSIÇÕES PARA AS POLÍTICAS ESPECÍFICAS

6.1 A ECONOMIA DO SEMIÁRIDO CEARENSE

6.1.1 Contextualização

A historiografia da ocupação do Ceará teve seu marco baseado no trinômio gado- algodão-lavouras temporárias, paradigma que durou três séculos (XVII, XVIII e XIX), entrando em desuso nas últimas décadas do século XX, quando aquelas atividades foram substituídas por cadeias produtivas mais complexas, no sentido de promover o desenvolvimento local com ações direcionadas para a ampliação das atividades industriais e do turismo. Com a criação da Região Metropolitana de Fortaleza, em 1973, teve início processo de fortalecimento da Capital como o maior centro polarizador do Estado, hoje, segundo o IBGE, o terceiro do Brasil. Ressalte-se que, mesmo antes da expansão industrial pós-1960, e da instituição da Sudene, o quadro de concentração em Fortaleza, em termos de investimentos, já vinha se configurando.

Com o objetivo de promover a desconcentração econômica da Região Metropolitana de Fortaleza, o governo estadual ofereceu, na década de 1990, isenções e facilidades para investimentos direcionados para fora da área de influência daquela região. Além das isenções e facilidades, oferecia um empréstimo de 45% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS recolhido. Para as empresas interessadas em se instalar fora da Região Metropolitana, o empréstimo subia para 75% do ICMS, por um período de até 15 anos.

A nova política tem garantido a instalação de empresas em municípios do interior do Estado, inclusive na Região Semiárida. Foi o que aconteceu com a ampliação de investimentos industriais nos municípios de Sobral e Crato e a abertura de importantes fábricas em municípios como Russas, Iguatu, Morada Nova e Itapagé, entre outros.

A iniciativa surtiu algum efeito na distribuição da riqueza estadual, com uma pequena tendência de desconcentração do PIB, diminuindo o percentual da Região Metropolitana de Fortaleza, no período 1997-2005, de 64,2% para 62,9%, frente aos demais municípios, que passou de 35,8% para 37,1%.

Apesar da concessão de isenções e facilidades de financiamento, bem como da implantação de infraestrutura por parte do governo do Ceará, para reduzir o processo de concentração econômica na Região Metropolitana de Fortaleza, certo é que o setor industrial apresentou pequena tendência de desconcentração. Muitos indagam hoje se aqueles instrumentos devem voltar a ser usados, mesmo que com outra estratégia.

Ao analisar o contexto econômico mais geral do Ceará, constata-se uma verdadeira macrocefalia em relação à Região Metropolitana de Fortaleza-RMF. Em 2008, a RMF recebeu 92,2% do ICMS do Estado, com crescimento de 20% da arrecadação. Os outros 150 municípios receberam 17,8%, com crescimento de 17%, em repasses dessa receita. A concentração de investimentos, pessoas e empregos na RMF aumentam a cada ano.

A concentração dos investimentos tende a se ampliar, com iniciativas como as relacionadas à construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CIPP, integradas pelo Porto, Usina Siderúrgica e Refinaria; construção do Eixão das Águas e obras ligadas à realização da Copa do Mundo em 2014, tendo Fortaleza como uma das subdesdes. Essas iniciativas mobilizam investimentos da ordem de 10 bilhões de reais, principalmente em infraestrutura e serviços.

Entretanto, em termos de Estado, a partir da maior participação da indústria na composição da riqueza gerada pela economia, foi criado um novo cenário, promovendo maior integração da economia local à economia brasileira. Destaque-se, a propósito, que o PIB do Ceará, em 2007, segundo o IPECE, era de R\$ 50.331.383,00, assim distribuídos setorialmente: (I) Agropecuária (6,19%); (II) Indústria (23,57%) e (III) Serviços (70,24%). No mesmo ano, o PIB per capita era de R\$ 6.149,00. A relação entre o PIB do Semiárido e o PIB do Ceará, também em 2007, era de 30,64%. Essa participação praticamente não se alterou entre os anos de 2003 e 2007, mantendo-se em torno de uma média de 30,87%.

Nesse contexto, a economia do Estado do Ceará, nas últimas décadas, sofreu expressivas mudanças de caráter econômico e socioespacial, com aumento do emprego e da renda, principalmente em relação aos setores industrial e de serviços.

Apesar do grande significado global da polarização econômica em torno da RMF, o Semiárido Cearense aumentou sua participação na indústria do Estado, a partir de pólos como os instalados em municípios como os de Sobral, Cariri, Iguatu e Jaguaribe. Também deve ser destacada a contribuição da agricultura irrigada, voltada para a exportação, e da agricultura familiar. Porém, é necessário estar atento para os aumentos de produtividade, relacionados ao uso da água como um todo, principalmente no caso da irrigação e da indústria, pois a água é um fator de produção mais escasso do que a terra.

Os estudos produzidos a partir do “Pacto das Águas” e do “Cenário Atual do Semiárido Cearense” enfatizam que as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido Cearense devem considerar a escassez de recursos hídricos como um de seus elementos estruturantes. O Ceará tem avançado significativamente na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, com o aumento da oferta da água, a gestão dos recursos hídricos e o aperfeiçoamento do arcabouço institucional e do aparato jurídico legal. No entanto, não se conta com garantia hídrica (apesar de se dispor de uma capacidade de armazenamento de água da ordem de 18 bilhões de metros cúbicos) para usos como os referentes à exploração de toda a área potencialmente irrigável no Estado, aos empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP e para o abastecimento de toda sua população, incluindo-se aí a RMF e a população rural difusa.

No tocante às possibilidades derivadas do exame desse quadro geral, pode-se ainda adicionar, no caso do Semiárido, a presença significativa de recursos oriundos de transferências governamentais, principalmente as voluntárias, da previdência social, de programas compensatórios como o “Bolsa Família”, das linhas de crédito subsidiado, do Seguro Safra e do Seguro Desemprego da Pesca Artesanal, entre outros, que abrem possibilidades de emprego e renda, principalmente no subsetor do comércio da região.

Por fim, cabe mencionar os desafios ao desenvolvimento sustentável do Semiárido, que vão além dos referidos à concentração de investimentos na RMF. Dentre eles, destacam-se os seguintes: as necessidades de infraestrutura, levando em consideração a precarização do sistema intermodal de transporte; a implementação de ações de qualificação profissional, para assegurar sintonia entre a oferta de qualificação e as potencialidades locais; a superação da fragilidade na organização produtiva de alguns setores, que tem favorecido a informalidade e o baixo desenvolvimento econômico; a necessidade de concessão de incentivos fiscais ou de recursos financeiros não reembolsáveis para pesquisa, assistência técnica, capacitação e crédito subsidiado e específico para a região; a estruturação institucional demandada pelas ações do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (NEAAPL-CE); e a descentralização de recursos do setor de turismo, com financiamento para a infraestrutura, capacitação e divulgação de oportunidades, dentre outros.

Esse é o quadro que lastreia o estabelecimento dos objetivos, diretrizes e proposições (legais, institucionais e instrumentos de implantação), apresentados e descritos a seguir.

6.1.2 Objetivos

As políticas específicas de suporte à economia do Semiárido Cearense têm por objetivos:

- Realizar uma profunda revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Plannerh), estabelecendo balanços hídricos com base em novos cenários, construídos na perspectiva da ocorrência de mudanças climáticas, advindas do aquecimento global, considerando relevante o uso da água como fator de produção escasso para a implantação de indústrias e outros empreendimentos no Estado;
- Garantir o desenvolvimento local e sustentado com o fortalecimento da agricultura familiar;
- Desenvolver um novo Plano de Safra Agrícola para a agricultura familiar de sequeiro, que leve em conta o aumento da produtividade econômica, baseado em tecnologias adaptadas, sem considerar a expansão da área explorada, a fim de evitar a degradação ambiental;
- Estabelecer um novo Plano Estadual de Agricultura Irrigada, que promova o aumento da área explorada com a irrigação, compatibilizando as disponibilidades hídricas com a demanda futura associada às mudanças climáticas, con-

siderando os agronegócios da fruticultura, floricultura e produção da pecuária leiteira;

- Fortalecer os processos de reforma agrária, redefinindo aspectos da legislação e normatização, adaptando-as às peculiaridades do Semiárido, facilitando o planejamento global com o uso racional dos recursos naturais (solo e água) e a minimização dos custos de implantação da infraestrutura produtiva e social;
- Conferir prioridade à recuperação das Bacias do Médio Jaguaribe e do Alto Jaguaribe, doadoras da Bacia Metropolitana, que abastece Fortaleza, Área Metropolitana e Complexo Portuário e Industrial do Pecém;
- Promover ações destinadas a profissionais e beneficiários do Crédito, para fortalecer a exploração de atividades econômicas compatíveis com os recursos existentes, dinamizando a economia e garantindo emprego e renda à população do Semiárido;
- Ampliar crédito especial para o Semiárido, garantindo recursos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas, compatível com as especificidades da região;
- Dotar o Semiárido Cearense da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento;
- Propor a criação de novas Redes Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), para dinamizar e fortalecer os mecanismos de cooperação e articular e harmonizar as ações entre a União, o Estado e os Municípios;
- Ordenar as ações no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais-APL, criando e fortalecendo ações locais para a promoção de emprego e renda, a partir do estímulo de novas atividades agrícolas e não-agrícolas;
- Estimular a concessão de incentivos fiscais, orientados para a descentralização de investimentos;
- Ampliar a oferta de água, por intermédio da construção de novos reservatórios, com garantia da operação e manutenção da infraestrutura hídrica.

6.1.3 Diretrizes

As iniciativas de desenvolvimento sustentável da economia do Semiárido devem ser pautadas por diretrizes como as seguintes:

- Revisão do Planerh, incluindo cenários que considerem os efeitos das mudanças climáticas, induzidas pelo aquecimento global, e sua ação sobre as demandas hídricas futuras;
- Aumento da produtividade da agricultura familiar, compatibilizando o uso e a ocupação do solo com o regime pluviométrico, tendo em vista reduzir a degradação ambiental e controlar os processos de desertificação;

- Ampliação das áreas irrigadas do Estado, incentivando os agronegócios da fruticultura, floricultura e pecuária leiteira, compatibilizando a sustentabilidade entre a oferta hídrica e a demanda futura, em função das mudanças climáticas;
- Destinação de terras para reforma agrária, levando em conta a diversidade dos recursos naturais, as terras ociosas, a estratégia de implantação de benfeitorias e a organização social, consoante as peculiaridades do Semiárido;
- Concessão de benefícios fiscais e facilidades econômicas para a implantação de indústrias, levando em consideração o tipo de empreendimento em relação ao potencial de consumo de água;
- Recuperação das bacias hidrográficas, conferindo prioridade, inicialmente, às do Médio e Alto Jaguaribe, levando-se em consideração o grande volume de água fornecido, seja para consumo humano, seja para uso industrial;
- Formação e capacitação de mão de obra profissional, principalmente de jovens, assegurando uma relação harmônica entre a oferta de cursos e as potencialidades locais em todos os setores econômicos;
- Concessão de créditos específicos para o Semiárido, conforme planejamento regional e previsão de recursos financeiros não-reembolsáveis, para pesquisa e assistência técnica, de conformidade com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER);
- Desburocratização das formas de comercialização dos produtos regionais destinados à merenda escolar e outros programas governamentais;
- Criação de um fundo de aval público que financie a agricultura irrigada de pequeno porte;
- Apoio à estruturação e funcionamento de cooperativas de produção, de crédito e comercialização da agricultura familiar;
- Apoio e criação de incentivos à agroindustrialização da produção, visando à agregação de valor por meio de beneficiamento e transformação da matéria prima;
- Planejamento da implantação de infraestrutura, conferindo prioridade ao sistema intermodal de transporte;
- Apoio à descentralização econômica, com prioridade para a incorporação de novas RIDEs no Estado;
- Implementação dos APL, considerando a agregação de maior número de informações e o estabelecimento de planos e estratégias que assegurem melhores opções ao desenvolvimento futuro dos Arranjos;
- Organização e fortalecimento das cadeias produtivas de leite, mel, ovino, caprino, caju, mandioca, carnaúba, frutas, hortaliças e outras;
- Concessão de isenção e de outras facilidades aos investimentos direcionados para fora da RMF, com empréstimo de percentual do ICMS para um período de até 15 anos;

- Elaboração do Plano Plurianual do Estado (PPA-CE), ampliando a participação dos municípios, principalmente na implementação da infraestrutura produtiva e social, de modo a não retardar ainda mais a interiorização do desenvolvimento do Semiárido Cearense, particularmente no que se refere à redução da precariedade do sistema intermodal de transporte.

6.1.4 Proposições

Na linha dos objetivos e diretrizes especificados anteriormente, as proposições aqui apresentadas são de natureza legal e institucional. Complementam-se, na prática, com a especificação dos instrumentos de implantação mais efetivos.

6.1.4.1 Legais

As proposições legais são apresentadas a seguir:

- Adaptar a legislação e a normatização agrária às peculiaridades do Semiárido, principalmente os itens de parcelamento de terras, implantação da infraestrutura econômica e social, organização social e titulação de terras;
- Prever na legislação específica graus diferenciados de benefícios fiscais e facilidades econômicas para a implantação de indústrias no Semiárido, privilegiando as chamadas “indústrias secas”⁴;
- Criar fundo para a recuperação de bacias hidrográficas com recursos provenientes dos governos estadual e federal e entidades internacionais;
- Criar linhas de crédito adaptadas ao acesso e utilização da água armazenada nos reservatórios públicos para implantação de projetos produtivos pelos pequenos agricultores, numa perspectiva agroecológica;
- Aperfeiçoar a legislação referente ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado (FDI), estabelecendo instrumentos de maior capacidade de mudança de caráter econômico e socioespacial da região;
- Elaborar voto e Exposição de Motivos ao Conselho Monetário Nacional-CMN, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e do Banco do Nordeste, em efetiva articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, para institucionalizar a modalidade de crédito, no âmbito do PRONAF, específico para o Semiárido Cearense, destacando recursos específicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, destinados aos seguintes segmentos: agropecuária, irrigação, artesanato, pesca e aquicultura, mineração, reflorestamento, infraestrutura hídrica e pequenos negócios não-agrícolas;

⁴ “Indústrias secas” são aquelas que não produzem efluentes líquidos. Essas indústrias são intensivas em tecnologia de ponta, reaproveitadoras de matérias-primas e menos consumidoras de água.

- Criar Região Integrada de Desenvolvimento Econômico-RIDE, encarregada da articulação, na base territorial eleita, das ações administrativas entre os três níveis de governo federativos – União, Estado e Municípios. As atividades prévias devem ser conduzidas de forma articulada pela Secretaria do Planejamento e Gestão, IPECE, Secretaria das Cidades e Casa Civil. De conformidade com o artigo 43 da Constituição Federal e o Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, as referidas Pastas elaborarão Projeto de Lei Complementar, com seus anexos, requeridos para a criação da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico mencionada. Como se trata de legislação de cunho federal, o Projeto de Lei Complementar tramitará no Congresso Nacional;
- Constituir Grupo de Trabalho composto pelas Secretarias do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento e Gestão para a elaboração da Lei da Política Estadual de Assistência Técnica, de conformidade com a Lei da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER - Lei Nº 12.1888/10). Aludido Grupo elaborará, também, uma proposta para a nova estrutura organizacional da Ematerce, estudando a incorporação nessa estrutura de uma Diretoria ou Departamento de Pesquisa Agropecuária, para executar a pesquisa no Estado, a partir da articulação com a Embrapa, que não conta com instituição para conveniar no Ceará.

6.1.4.2 Institucionais

As proposições institucionais referem-se às discriminadas a seguir:

- Realizar, por intermédio da SRH e da Cogerh, uma revisão do Planerh (Plano Estadual de Recursos Hídricos), estabelecendo os balanços hídricos com base em novos cenários, considerando os efeitos do aquecimento global e de sua ação sobre as demandas hídricas futuras. Essa revisão deve ter por base o Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará, conferindo-se ênfase à gestão de demanda de água para o uso racional, incluídas as tecnologias de reuso;
- Promover a articulação da Agência de Desenvolvimento do Ceará-Adece com a SRH/Cogerh e a SDA/Ematerce/Instituto Agropolos para estabelecerem um novo Plano Estadual de Agricultura Irrigada, que considere o aumento da área irrigada e compatibilize as disponibilidades hídricas com a demanda futura associada às mudanças climáticas. Nesta proposição, deve ser considerado o Programa Estadual de Agricultura Irrigada recomendado no “Eixo Água e Desenvolvimento do Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará”;
- Articular as Secretarias Estaduais e Instituições de Ensino responsáveis pela formação da mão de obra para que promovam a qualificação profissional de jovens, sempre respeitando a cultura e as potencialidades locais, em atendimento à demanda de mão de obra de todos os setores econômicos;
- Promover articulações com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), orientadas para a difusão de tecnologias por técnicos e tecnólogos dos Institutos Federais entre os pequenos agricultores do Semiárido Cearense;

- Propor e discutir com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola– FIDA e outras agências internacionais, articulando o governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para estudarem a possibilidade de desenvolver um “Projeto de ATER”, segundo a metodologia utilizada no Projeto Dom Helder Câmara, para a universalização da prestação de assistência técnica e extensão rural no Semiárido Cearense. Referida providência complementar a implantação do crédito especial, dando-lhe eficiência e eficácia;
- Fortalecimento das bases de serviços para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo as escolas Agrícolas no Semiárido; as Secretarias Municipais de Agricultura, os Conselhos Municipais e Estadual de Desenvolvimento Sustentável e garantindo a universalização da ATER em quantidade e qualidade.

6.1.4.3 Instrumentos de Implementação

Os Instrumentos de Implementação das iniciativas desse primeiro Eixo Temático estão assim desdobrados:

Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA, no sentido de compatibilizar a legislação e normatização agrária com os princípios de Convivência com o Semiárido;

Na Lei dos benefícios fiscais e facilidades econômicas para a implantação de indústrias no Estado, prever graus de incentivos diferenciados para empreendimentos que usem menos água;

Designar Grupo de Trabalho, com a participação da SRH, Funceme e Semace, para elaborar projeto que confira prioridade à recuperação das bacias do Médio e Alto Jaguaribe, envolvendo os itens a seguir: matas ciliares, esgotamento sanitário, recuperação e conservação das áreas de entorno dos corpos hídricos, controle do desmatamento e pagamento por serviços ambientais.

6.2 SITUAÇÃO AMBIENTAL DO SEMIÁRIDO CEARENSE

O Tema “Situação Ambiental do Semiárido Cearense” corresponde ao Eixo do “Pacto pela Convivência com o Semiárido”, que apresentou no âmbito do documento “Cenário Atual do Semiárido Cearense” as questões relacionadas ao processo de desertificação e analisou a evolução das políticas públicas ambientais, assim como os programas e projetos em execução focados na proteção e recuperação do Bioma Caatinga.

Aludido Eixo Temático destacou os principais instrumentos e mecanismos de incentivos técnicos e financeiros (fundos institucionais) ao desenvolvimento de atividades produtivas e de estudos que objetivam a conservação e o controle ambiental. Identificou importantes atributos legais, contidos na legislação ambiental, suscetíveis de ajustamentos às especificidades do Semiárido, consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Para melhor compreensão, a descrição aborda o Subtema I – A Desertificação, as Políticas Ambientais, os Programas e Projetos e o Subtema II – Adequação do Arcabouço Legal e Normativo de Especificidades Ambientais.

6.2.1 A Desertificação, as Políticas Ambientais, os Programas e Projetos

6.2.1.1 Contextualização

O Estado do Ceará, de acordo com o PAN – Brasil está incluído em sua totalidade nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), considerando as Áreas de Entorno às ASD. Essa condição chama a atenção dos órgãos de planejamento e execução de políticas públicas de combate à desertificação para a necessidade de conceber ações nos vários estágios dos processos de recuperação de áreas degradadas e de prevenção de áreas em diferentes graus de suscetibilidade à desertificação.

A ocupação da área do Bioma Caatinga, no Ceará, tem contribuído historicamente para justificar profundas transformações desse domínio geobotânico, intensificando a ação dos processos morfodinâmicos naturais. O extrativismo vegetal indiscriminado, a pecuária extensiva e a agricultura praticada com tecnologias inadequadas constituem, dentre outros fatores, os principais agentes daquelas transformações.

Observa-se, via de regra, que não há compatibilidade entre o uso e a ocupação da terra com o regime pluviométrico regional, nem com as condições dos solos e da biodiversidade. Tem-se buscado adaptar mais o ambiente às necessidades do homem do que o contrário. Desse modo, a expansão das atividades praticadas no campo tem dependido sempre da remoção do recobrimento vegetal primário. A devastação se expande em função da retirada de lenha e da produção de carvão vegetal, para compor a matriz energética na região do Bioma. Além disso, tem havido uma contínua e progressiva conversão da vegetação natural em pastagens, onde se pratica o sobrepastoreio, que tende a suprimir o estrato herbáceo.

As áreas mais fortemente atingidas caracterizam os Núcleos de Desertificação de Irauçuba, Jaguaribe e Inhamuns, correspondentes a um espaço territorial de quase 30 mil km², área equivalente a 23% da superfície do Ceará.

Os impactos ambientais oriundos da desertificação expressam-se pela degradação da biodiversidade, diminuição da disponibilidade de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, e assoreamento de vales e reservatórios. Numa região onde o volume de água evaporada é superior ao volume da precipitação pluviométrica, é crescente o agravamento do déficit hídrico. Problemas como a exploração indevida do solo para a agricultura, pecuária extensiva e mineração, desmatamento descontrolado e queimadas, dentre outros, colaboram significativamente para os processos erosivos, que tanto prejudicam os rios e reservatórios.

De um modo geral, as causas econômicas e sociais influenciam a susceptibilidade à desertificação. Considerando as causas sociais isoladamente, a educação se coloca como um fator de grande relevância para a redução dos efeitos desse processo. Por fim, a baixa renda da população potencializa a ação antrópica e aumenta a degradação ambiental.

Têm sido identificados avanços na gestão ambiental, a partir da estruturação do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, que vem de-

envolvendo projetos em parceria com outras Instituições. Essas iniciativas estão focadas na capacitação de gestores ambientais e segmentos organizados da sociedade, tendo em vista a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Tais providências implicam a formulação e execução de programas e projetos com foco em ações voltadas para o estímulo e adoção de práticas conservacionistas, criação de áreas protegidas, certificação ambiental de municípios, repartição do ICMS ecológico, proteção dos recursos ambientais, mitigação de impactos climáticos e da desertificação, com a redução de queimadas e incêndios florestais.

Os novos cenários socioambientais e a atual conjuntura econômica apontam para a urgente necessidade de estabelecimento de prática institucional voltada para a incorporação de responsabilidades quanto ao ambiente semiárido do Ceará, no qual vive mais da metade de sua população. Aos que ali vivem é fundamental garantir os direitos já legitimados pela Constituição Federal, em seu Art. 225, expressos pela obrigação de tanto o Estado como a Sociedade promoverem iniciativas que garantam o equilíbrio ecológico do meio ambiente, como bem de uso comum do povo.

Outros avanços relacionados à recuperação de áreas degradadas e prevenção da desertificação estão na dependência da concretização de alguns programas, especialmente, do PAE-CE (Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca), que tem por objetivo contribuir para a convivência equilibrada com o Semiárido, por meio da sustentabilidade ambiental do Bioma Caatinga, a partir de políticas ambientais, sociais e econômicas focadas na redução da pobreza. Para que isso aconteça é essencial dar curso efetivo à implementação do PAE-CE, criando o arcabouço institucional e legal que garanta operacionalidade às ações e segurança jurídico-institucional desse Programa. O Prodam (Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental), iniciativa cujos resultados contribuíram para inspirar a concepção do PAE – CE, carece de apoio para continuar em operação.

Vários mecanismos de incentivo às atividades produtivas focadas na conservação e no controle ambiental também vêm sendo mobilizados. Esses mecanismos compreendem a mobilização de instrumentos técnicos e financeiros, em operação ou em processo de criação, oferecendo suporte à produção de bens e serviços em áreas urbano-rurais do Semiárido Cearense. O aprofundamento das demandas a este respeito ainda carece de estudos propositivos de reconhecida importância.

Esses instrumentos institucionais constituem fundos de apoio técnico-financeiro com funções diferenciadas quanto à forma de alocação de recursos, havendo os que estimulam atividades produtivas e assistenciais como o FEDAF (Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar) e o FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza). Outros fundos disponibilizam recursos a serem captados por meio de editais de licitação, como os fundos CT – Hidro (Fundo de Ciência e Tecnologia para o Aproveitamento Hídrico) e FNMC (Fundo Nacional sobre Mudança do Clima) e, ainda, os que o fazem mediante empréstimos bancários, como o FNE – Verde, além de outros em processo de criação, como o fundo Caatinga. Tratando-se de instrumentos que viabilizam ações de Convivência com o

Semiárido, é fundamental que o Estado do Ceará apoie os organismos executores na captação e utilização dos recursos desses fundos.

No contexto ainda dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento sustentável do Semiárido, o Estado do Ceará precisa criar mecanismos que garantam o “Pagamento por Serviços Ambientais”, para remunerar ou recompensar quem protege a natureza e mantém os serviços ambientais funcionando para o bem comum. Os serviços ambientais são gerados pelos ecossistemas que beneficiam a vida, como a biodiversidade, a proteção dos solos e as funções hídricas.

Compreende-se, também, a necessidade de promover o estabelecimento de amplo debate com os gestores ambientais, as entidades públicas, as organizações não governamentais e a sociedade civil organizada, para identificar caminhos que levem à construção de políticas públicas capazes de viabilizar a gestão ambiental integrada e compartilhada para a convivência com o Semiárido Cearense.

6.2.1.2 Objetivos

Em relação a esse Subtema (Desertificação, Políticas Ambientais, Programas e Projetos), são apresentados os seguintes objetivos:

- Incrementar a difusão de práticas conservacionistas e de técnicas de exploração agropecuária, econômica e ambientalmente sustentáveis, no sentido de eliminar os principais fatores de degradação do Bioma Caatinga e de desertificação, como o extrativismo vegetal descontrolado, a pecuária extensiva, o uso indiscriminado de agrotóxico e as queimadas, dentre outros;
- Propiciar novos processos de planejamento agrícola, que compatibilizem o uso e a ocupação da terra com o regime pluviométrico regional, as condições de solo e a biodiversidade, buscando a convivência do homem com o ambiente;
- Implementar ações de combate à desertificação, por meio da consolidação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Ceará (PAE – CE) e do Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental-Prodham, como garantia da sustentabilidade ambiental do Bioma Caatinga e da recuperação e preservação dos recursos hídricos;
- Fortalecer os entes federados (União, Estado e Municípios) para que realizem os licenciamentos, fiscalizações e monitoramentos no âmbito de suas competências e promovam a articulação do sistema de gestão ambiental com o sistema de gestão dos recursos hídricos, em especial com a criação e o fortalecimento de programas de recuperação de microbacias;
- Efetivar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e as deliberações constantes da “Agenda 21” dos Municípios do Ceará, criando uma estrutura de funcionamento adequada ao desenvolvimento de ações educativas e de Convivência com o Semiárido;
- Descentralizar a gestão pública e fortalecer os sistemas municipais de meio ambiente para o exercício pleno de suas competências na Gestão Ambiental;

- Redimensionar o Semiárido Cearense para melhor definir a área de atuação das ações de convivência nessa região, considerando os estudos de delimitação realizados pela Funceme/BNB, visando a inclusão dos municípios cearenses que foram excluídos do Semiárido pela Portaria dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia;
- Fortalecer os órgãos colegiados de apoio à Convivência com o Semiárido, como os seguintes: Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDSD), Comissões Gestoras de Reservatórios (CG), Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) e outros;
- Incentivar a realização de estudos de solos em escala mais detalhada, como instrumento de racionalização do uso desse recurso;
- Controlar, fiscalizar e monitorar a degradação e poluição ambiental, prevenindo-se o processo de desertificação, por meio do fortalecimento das Instituições Ambientais.

6.2.1.3 Diretrizes

O Subtema estará orientado pelas seguintes diretrizes:

- Difusão de práticas conservacionistas e de técnicas de exploração agropecuária que eliminem o extrativismo vegetal indiscriminado, a pecuária extensiva com sobrepastoreio e o uso de tecnologias agrícolas inadequadas, reduzindo os riscos da degradação ambiental e dos processos de desertificação;
- Compatibilização entre o uso e a ocupação do solo com o regime pluviométrico regional, para induzir mudanças na matriz energética, com a redução da exploração de lenha e carvão, e, conseqüentemente, do desmatamento, com aumento do uso de energias alternativas;
- Descentralização da Política Ambiental do Estado para as instâncias colegiadas, mediante a participação nos diversos fóruns de discussão, de forma proativa em relação às ações ambientais voltadas para a proteção, conservação e recuperação das áreas degradadas e em processo de degradação no Semiárido;
- Articulação com a sociedade civil, pela inserção das organizações de defesa do meio ambiente nos espaços participativos (Conselhos), visando à integração das demais políticas públicas existentes nos municípios;
- Sensibilização das comunidades rurais sobre a preservação ambiental do Semiárido Cearense, por meio de ações educativas e de estímulo à ampla participação popular, nas sedes dos municípios, distritos e comunidades;
- Adoção de instrumentos de articulação e integração no planejamento dos vários recortes geográficos, em arranjos territoriais mais compatíveis, buscando potencializar as políticas públicas objeto de prática no Semiárido;

- Operação dos fundos setoriais na condição de instrumentos que viabilizam ações de Convivência com o Semiárido, com a participação de um ente público de assessoramento às organizações da sociedade civil, executoras de projetos divulgados por meio de editais, tendo em vista a captação e utilização dos recursos desses fundos;
- Articulação do Sistema de Gestão Ambiental com o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, como ponto de apoio à integração dos instrumentos de gestão e condicionamento do licenciamento ambiental à regularização do direito de uso da água;
- Implementação do PAE-CE (Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca) e do Prodham (Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental) e do PEACE (Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará), como estratégias de convivência equilibrada com o Semiárido, garantindo a sustentabilidade do Bioma Caatinga.

6.2.1.4 Proposições

As proposições legais e institucionais vão especificadas a seguir, sequenciadas pelos instrumentos de implementação.

6.2.1.4.1 Legais

- Regulamentação da Lei Estadual Nº 14.198, de 05 de agosto de 2008, que institui a Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação e estruturação de um órgão executor, bem como a definição e incorporação de instrumentos de ação como meios que a Política possa dispor para fortalecer sua implementação;
- Criação de instrumentos normativos legais destinados à instituição e operacionalização do “Pagamento por Serviços Ambientais”, como mecanismos regulatórios para a retribuição, monetária ou não, das atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas, que geram serviços ambientais.

6.2.1.4.2 Institucionais

- Desenvolvimento de ações para o fortalecimento das instituições responsáveis pela implementação do PAE-CE, do Prodham e do PEACE, em apoio ao combate à desertificação e garantia da sustentabilidade ambiental do Bioma Caatinga e da preservação e recuperação dos recursos naturais;
- Estabelecimento de ações referentes a planos, programas e projetos desenvolvidos por instituições ligadas à agropecuária (SDA, Ematerce, Instituto Agropolos,

Secretarias Municipais e ONG, dentre outras), no sentido de ampliar a difusão de práticas conservacionistas e a indução de novos processos de planejamento agrícola, que compatibilizem o uso e a ocupação da terra com o regime pluviométrico regional, as condições do solo e a biodiversidade, buscando a convivência da população com o ambiente;

- Elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Ambiental e inserção de recursos nas dotações orçamentárias dos municípios, em articulação com as esferas estaduais e federais da política ambiental;
- Implantação da Política de Saúde Ambiental com programas permanentes nas escolas, tratando o assunto com material didático adequado;
- Fortalecimento da Câmara Técnica de Convivência com o Semiárido – CACO-SA, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR, para, segundo sua finalidade, apoiar tecnicamente o planejamento, desenvolvimento e implementação de ações de convivência com o Semiárido Cearense;
- Reestruturação e fortalecimento da Funceme e outras instituições geradoras de estudos e pesquisas básicas aplicadas ao Semiárido, principalmente as relacionadas às mudanças climáticas e seus efeitos sobre a disponibilidade de recursos hídricos e sobre os processos de desertificação;
- Fortalecimento das instituições responsáveis pelo controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Fortalecimento das instituições envolvidas com as políticas ambientais e de desenvolvimento agropecuário, mediante a renovação de quadros técnicos, ampliação de ações de transferência de tecnologia e de assistência técnica, para garantir a execução de programas e projetos neste setor;
- Criação de um Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, para remunerar ou recompensar quem protege a natureza e mantém os serviços ambientais, como instrumento de apoio ao bem comum.

6.2.1.4.3 Instrumentos de Implementação

Criação de um fundo ambiental do Estado, revertendo os recursos oriundos de multas ambientais para o fortalecimento e criação de unidades de conservação, como para a recuperação de áreas degradadas ou em processos de desertificação;

Articulação do Estado do Ceará com o BNB e demais instâncias institucionais do Semiárido para viabilizarem a criação do Fundo Caatinga;

Estruturação de uma entidade estadual de articulação e integração dos mecanismos e instrumentos de incentivos institucionais (fundos) que possa garantir que os programas e projetos desenvolvidos no Estado respeitem a agenda de Convivência com o Semiárido;

Desenvolvimento de programa de incentivo à constituição de cooperativas ligadas à prestação de serviços ambientais, tais como: tratamento de resíduos sólidos (projetos de coleta

do lixo, usinas de reciclagem de lixo, aterros sanitários); e implantação de unidades de produção de compostos orgânicos;

Estabelecimento de dotações orçamentárias, com base em percentuais do ICMS arrecadado, para fortalecer e implementar as políticas ambientais nas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente;

Fortalecimento do Fórum de Mudanças Climáticas e Combate à Desertificação, como forma de garantir a implementação e acompanhamento das ações de combate à desertificação;

Implementação de programas e projetos de desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura nos açudes públicos, como garantia de renda e conservação socioambiental.

6.2.2 Adequação do Arcabouço Legal e Normativo das Especificidades Ambientais

6.2.2.1 Contextualização

O Semiárido Cearense tem sido identificado como espaço territorial de base física heterogênea, apresentando microrregiões diferenciadas em seus recursos naturais e até pequenas variações climáticas. Apresenta também potencialidades e vocações múltiplas, requerendo ações específicas para o aproveitamento racional desses recursos ambientais, necessários à manutenção das atividades humanas e à geração de bens e serviços, mais expressivos em relação a determinados setores do Estado.

A conjugação dos vários recortes geoambientais forma diferentes “semiáridos”. Daí, exigir do poder público o equacionamento de diversas ações, mediante a adequação dos aspectos legais e normativos, focada nas questões específicas que caracterizam alguns dos espaços da geografia físico-ambiental do Estado. Essas especificidades ambientais precisam ser conhecidas e estudadas para que sejam promovidas atividades compatíveis com suas reais vocações, considerando a importância da cultura e o envolvimento dos atores locais.

No âmbito das questões legais que convergem para as situações específicas do Semiárido, foi destacada a necessidade de uma legislação mais apropriada a essas condições, iniciando-se pela recomendação de uma “Lei de Uso e Ocupação do Solo Agrícola”. Essa lei dará suporte ao planejamento agrícola baseado em Carta de Capacidade de Uso dos Solos, na qual se distinguem as práticas conservacionistas e de recuperação desses solos necessárias ao manejo sustentável dos recursos.

A agricultura orgânica carece da regulamentação da Lei Estadual Nº 13.523, de 28 de setembro de 2004, para que possa ser implementada de acordo com a legalidade estadual. Sua prática, do ponto de vista institucional, não tem recebido o apoio necessário, principalmente no que se refere à questão da assistência técnica capacitada e eficiente para atuar junto aos produtores rurais. A regulamen-

tação mencionada é importante elemento de apoio logístico e de marketing aos produtores e consumidores ligados à agricultura orgânica.

A questão das Áreas de Proteção Permanente (APP) no Semiárido tem sido tratada à margem da legislação e da racionalidade. De um lado, a legislação que abriga a proteção dessas áreas desde o Código Florestal de 1965, passando pelas Resoluções do CONAMA ligadas ao assunto, apresenta-se, em muitos casos, inadequada às condições do Semiárido, especialmente no que se refere aos corpos hídricos. Por outro lado, não há respeito por parte dos proprietários de terras ou usuários de terras públicas, contíguas a esses corpos hídricos. Esses usuários desmatam e fazem uso da água para a agricultura e pecuária, sem que haja reparação por parte das instituições responsáveis pela fiscalização e controle do uso desses recursos ambientais.

O uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos e afins representa um desafio para o poder público e a sociedade, dadas as graves consequências de seu uso para a saúde da população e o meio ambiente. As atribuições individuais das organizações públicas ou privadas têm sido extrapoladas, requerendo-se amplo entendimento dos atores envolvidos na consecução de soluções definitivas a curto, médio e longo prazo.

As ações de Fiscalização de Agrotóxicos estão amparadas pela legislação estadual e federal. Com base na Lei Estadual nº. 12.228, de 09 de dezembro de 1993, e nas competências de cada órgão executor, cabe ao Órgão de Agricultura fiscalizar o uso, receituário agrônomo e devolução de embalagens vazias no âmbito de propriedades. Cabe à Semace fiscalizar o comércio de defensivos agrícolas, realizar o cadastro de produtos e registrar os estabelecimentos que comercializam esses produtos. A Secretaria da Saúde deve monitorar resíduos de agrotóxicos em alimentos e notificar os casos de intoxicação e doenças ocupacionais decorrentes da exposição a esses agroquímicos.

Os entraves à Fiscalização de Agrotóxicos são representados pela falta de depósito para armazenamento dos produtos químicos impróprios, obsoletos ou apreendidos pela fiscalização; pelo grande número de estabelecimentos que comercializam defensivos agrícolas no Ceará; pela falta de unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos (há apenas uma central em Ubajara e um posto em fase de licitação em Limoeiro do Norte); pela reduzida disponibilidade de servidores na Adagri/CREA/Semace/MAPA, para fiscalizar todo o Estado; pela falta de um Manual Padronizado de Fiscalização de produtos químicos aplicados à agricultura; pela deficiência de assistência técnica ao produtor rural, a respeito do uso correto e seguro desses produtos e pela ausência de Receituário Agrônomo para os pequenos produtores.

A efetivação da Lei e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no Estado passa pela qualificação de técnicos para o desenvolvimento dessa política e pelo suprimento do déficit desses profissionais no Sistema. É necessário socializar e institucionalizar as entidades de ATER, assim como prover a elaboração de políticas públicas para a Agricultura Familiar.

6.2.2.2 Objetivos

O Subtema II (Adequação do Arcabouço Legal e Normativo de Especificidades Ambientais) desse segundo Eixo Temático (Situação Ambiental do Semiárido Cearense) tem por objetivos:

- Realizar o ordenamento territorial ambiental, utilizando Zoneamentos Ecológico-Econômico, Agroecológico e Geoambiental para a geração de mapeamentos temáticos e a estruturação de banco de dados em ambiente SIG, como instrumentos valiosos para a implementação de ações específicas da Política de Convivência com o Semiárido Cearense;
- Promover a gestão local sustentável dos recursos naturais, adotando as micro-bacias hidrográficas, como unidades de planejamento ambiental, e o incentivo aos sistemas agroflorestais;
- Apoiar a introdução de tecnologias sociais para a proteção e preservação dos recursos naturais, bem como a modernização e substituição de processos produtivos degradantes por tecnologias menos impactantes, garantindo o uso sustentável da Caatinga;
- Promover o desenvolvimento da agroecologia, disponibilizando serviços de assistência técnica e extensão rural de bom nível, para atuar junto aos produtores rurais, dar apoio logístico e de marketing a produtores e consumidores;
- Efetivar o controle e fiscalização da produção, comercialização e o uso de agrotóxicos, pelas entidades públicas responsáveis e promover uma discussão sobre os incentivos fiscais à comercialização dos agrotóxicos, estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 26.268/2006.

6.2.2.3 Diretrizes

As diretrizes para o Subtema II referido estão assim expressas:

- Universalização do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, seguindo os princípios da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural);
- Proteção do patrimônio genético do Semiárido, a ser assegurada pela conservação, monitoramento e valorização das sementes crioulas e sua inserção na agricultura familiar através do Programa de Distribuição de Sementes do Governo;
- Busca de capacidades técnicas para suporte à implementação de novas tecnologias sustentáveis e adequadas ao Semiárido Cearense, assim como do conhecimento de projetos-piloto e de outras experiências exitosas, com ações relevantes para a Convivência com o Semiárido;

- Consolidação e compartilhamento de tecnologias agroecológicas, por meio de capacitações orientadas para uma contínua substituição do uso de agrotóxicos por manejos ecológicos.

6.2.2.4 Proposições

Na sequência, são explicitadas as proposições legais e institucionais, assim como os instrumentos de implementação.

6.2.2.4.1 Legais

- Construção e consolidação do Código Ambiental do Estado do Ceará, visando à revisão da normalização existente e a integração do arcabouço legal da legislação de recursos hídricos, ambientais, da pesca e florestais; da utilização de agrotóxicos; do uso e ocupação do solo e da Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outras;
- Criação da Lei de Uso do Solo Agrícola para tornar obrigatória a adoção da Carta de Solos do Estado e a realização do planejamento agrícola, de acordo com a capacidade de uso de cada classe de solo. Essa utilização adequada seria decorrente do emprego de um conjunto de práticas e procedimentos que objetivem a conservação, melhoramento e recuperação dos solos;
- Regulamentação da Lei Estadual nº 13.523/2004, que instituiu o Programa de Incentivo à Agropecuária Orgânica (PIAO), para que suas ações venham realmente atender aos objetivos do setor, de grande importância para a sociedade e para o meio ambiente;
- Elaboração de estudos sobre a legislação aplicada às Áreas de Preservação Permanente (APP), adotando as determinações do novo Código Florestal (quando em vigor), e desenvolver um conjunto de normas adequadas ao Semiárido, que disciplinem o uso de APP em margens de rios e reservatórios de água, bem como o uso de áreas molhadas desses corpos hídricos, as chamadas “vazantes”;
- Revisão da Legislação Estadual de Agrotóxicos (Lei Estadual nº 12.228/93 e sua regulamentação) conforme a legislação federal e competências dos órgãos executores.

6.2.2.4.2 Institucionais

- Elaborar planos de manejo sustentável para propriedades do Semiárido, combinados com a realização de atividades de capacitação em tecnologias e práticas adequadas ao manejo dos recursos naturais da área;

- Desenvolver parcerias entre esferas de governo (estadual e municipal), empresas privadas e ONG, para trabalhar as cadeias produtivas locais, associadas a programas de educação ambiental, com foco nas especificidades do Semiárido;
- Ampliar parcerias do governo federal (MAPA⁵ e MS⁶) com o governo estadual (SDA/SESA/CONPAM-Semace)⁷, para a construção de novas unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, concessão de apoios institucionais e fortalecimento da fiscalização em todo o Estado.

6.2.2.4.3 Instrumentos de Implementação

Concessão de incentivos ao uso de produtos ecologicamente corretos e da agricultura agroecológica, por meio de processos de conscientização ambiental e desoneração de impostos sobre esses produtos;

Adoção do princípio “usuário-pagador”, para financiar os mecanismos de incentivos às atividades produtivas focadas na conservação e controle ambiental, levando em conta que os recursos ambientais são utilizados em processos econômicos;

Criação de instrumentos de fiscalização de agrotóxicos, por intermédio da utilização de um Manual Padronizado de Fiscalização de Agrotóxicos; da assistência técnica ao produtor rural sobre o uso correto e seguro de agrotóxicos, e da adoção do Receituário Agrônomo para os pequenos produtores;

Estabelecimento de mecanismos próprios e adequados de fiscalização e indicadores de resultados para a avaliação da efetividade das políticas ambientais, realizando o monitoramento dessas políticas e de outras ações desenvolvidas no Estado.

6.3 CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE

6.3.1 Contextualização

A Convivência Sustentável com o Semiárido deve expressar um modo de vida que considere relações equilibradas entre o desenvolvimento humano e a utilização dos recursos naturais nessa região.

Ao longo dos séculos, a partir da ocupação do sertão cearense, totalmente localizado na Região Semiárida do Nordeste brasileiro, as relações socioeconômicas, associadas aos fenômenos climáticos, em particular as secas periódicas, criaram uma visão exógena de que a região era inviável e condenada à permanência na miséria e na exclusão social.

⁵ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁶ Ministério da Saúde.

⁷ Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará-SESA, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente-Conpam e Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará-SEMACE.

Na construção dessa imagem de um Semiárido excludente e com baixíssimo potencial de desenvolvimento, as manifestações culturais formais foram apropriadas pelo discurso daqueles que viriam a beneficiar-se com o que se convencionou chamar de “indústria das secas”. Significa dizer, manutenção de uma massa de pobres excluídos, dependentes de ajuda externa, que nem sempre encontrou o destino previsto, contribuindo, ao contrário, para fortalecer grupos de poder, que agiam como intermediários entre as políticas governamentais e os seus pretensos beneficiários.

De forma que o romance regional, as artes plásticas, o cinema e outras manifestações, ao privilegiarem o olhar sobre os aspectos vulneráveis decorrentes das secas, serviram, mesmo involuntariamente, para o fortalecimento de uma visão cultural preconceituosa com relação aos povos sertanejos. Esses foram, em alguns momentos, condenados à condição de pobres flagelados, ou, em outras ocasiões, a estereótipo ingênuo de habitantes de um mundo bucólico e atrasado, onde as manifestações artísticas foram enquadradas como uma cultura popular estática, digna de permanentes tentativas de preservação e/ou resgate.

Observadores da cena cearense não atentaram, além disso, para uma reversão desse quadro, mediante a análise de outros elementos formadores da cultura de um povo, como a educação formal e a difusão de informações, mobilizáveis pelos meios adequados a essa finalidade. De fato, foi somente a partir das últimas décadas do século XX que a educação chegou próxima de universalizar o acesso a informações mais acessíveis, por parte de todos os povos do Estado. Entretanto, se foi possível alcançar metas quantificadas, pouco se pode dizer sobre como têm contribuído para criar no habitante do Semiárido uma identidade afirmativa, a partir da apropriação do conhecimento e reflexão sobre os aspectos físicos, sociais e antropológicos desse processo.

A formação dos profissionais do ensino não contempla uma parte específica que os (in)forme sobre as peculiaridades, limites e potenciais da Região. Continua-se, assim, a ministrar um ensino que não inclui os conhecimentos necessários para que o cidadão cearense reflita sobre o desenvolvimento sustentável do Estado e a adoção de modelos exógenos, nem sempre adequados, que têm contribuído para a degradação dos ecossistemas do Bioma Caatinga, com ameaças à oferta hídrica e avanços dos processos de desertificação.

Experiências de processos de ensino-aprendizagem centrados na contextualização já são reconhecidas, mas ainda são pontuais e pouco divulgadas. Uma das contribuições para que isso aconteça também está relacionada à diminuta produção didática voltada para o conhecimento do Semiárido nas unidades escolares. O livro didático, que ainda é um dos principais recursos na grande maioria das salas de aula, geralmente é escolhido a partir de um catálogo ofertado pelo Ministério da Educação, que não contempla opções mais adequadas a tais conhecimentos.

O próprio currículo das escolas cearenses não inclui, de forma estruturada, os conhecimentos que seriam necessários, cabendo apenas a orientação normativa da possibilidade e o esforço do educador em ajustar nas suas disciplinas os conteúdos em questão. Diante dessas lacunas de formação e da precariedade de

materiais disponíveis, as escolas não avançaram o quanto poderiam na formação de uma proposta pedagógica robusta para essa questão.

Outro elemento que contribui para uma visão restrita do Semiárido consiste em associar a convivência com o Semiárido a um recorte apenas rural. Ainda é muito forte, entre os que falam nessa convivência, a ideia de restringi-la às práticas agropecuárias e à utilização dos recursos do Bioma Caatinga, sem que se pense sobre os determinantes de sua degradação ambiental.

Essa visão limitada impede a compreensão de que a vida nas 150 cidades inseridas no Semiárido Cearense, caracterizada por seus diferentes portes e dinâmicas, está extremamente ligada às particularidades climáticas: a garantia (ou não) de segurança hídrica, a demanda energética, o equilíbrio nas relações rurbanas, a distribuição de serviços e recursos. Tudo isso é altamente condicionado e condicionante da vida nessa região; mas, grande parte das vezes, parece ser esquecida, contribuindo para os equívocos impressos, próprios de programas e projetos voltados para esse objetivo.

Um outro aspecto importante para a dinâmica de formação cultural são as informações veiculadas pelos meios de comunicação. Nessa área, também não há uma reflexão mais profunda sobre a contribuição desse setor para a construção de uma visão mais positiva da região. Com exceção de programas desenvolvidos pontualmente por algumas ONGs, como os descritos no documento Cenário Atual do Semiárido Cearense, e da mobilização de algum espaço em jornais de maior expressão, não há uma sistemática sobre como tratar da superação dos problemas do Semiárido, a partir do fortalecimento de uma cultura de convivência sustentável.

A grande mídia regional também tem acesso restrito no interior do Estado. Grande parte do sinal de recepção das TVs pelas populações de pequenas localidades ainda depende de antenas parabólicas, que se espalham Sertão adentro. Se a produção local sobre a temática é escassa, a leitura feita pela produção de outras regiões ainda é reforçadora do estereótipo do sertão sofrido e seco.

A formulação de Políticas para a Construção e Incorporação de uma Nova Cultura de Convivência com o Semiárido Cearense requer o enfrentamento de grandes desafios, como os especificados a seguir:

- Inclusão de instrumentos indutores à preservação e revitalização do conhecimento e das manifestações culturais, capazes de fortalecer uma visão afirmativa das potencialidades e das estratégias de convivência desenvolvidas ao longo dos anos pelos povos do Semiárido e suas organizações;
- Orientações normativas para a inclusão no Currículo Escolar de conteúdos essenciais à compreensão da Região Semiárida, contemplando todos os seus aspectos;
- Orientações normativas para a formação permanente dos educadores, garantindo conhecimentos que lhes permitam desenvolver processos de ensino contextualizados, favoráveis à apropriação dos conhecimentos essenciais à Convivência com o Semiárido por toda a sociedade cearense;

- Inclusão de instrumentos indutores da produção didática, que auxiliem na difusão de conhecimentos científicos e tradicionais sobre a região, incluindo a produção literária, audiovisual e outras oriundas das diferentes linguagens artísticas;
- Definição de instrumentos que possibilitem a utilização permanente das mídias, nos seus diferentes portes, de modo a fomentar a comunicação e informação dos conhecimentos e experiências geradas, bem como o fortalecimento da cultura de Convivência sustentável com o Semiárido Cearense.

6.3.2 Objetivos

As iniciativas desse Eixo Temático (Políticas para a Construção e Incorporação de uma Nova Cultura de Convivência com o Semiárido Cearense) têm por objetivos:

- Integrar as políticas de educação, cultura e comunicação, de modo a fortalecer a constituição de uma cultura de convivência com o Semiárido, potencializando o desenvolvimento sustentável na região;
- Promover o conhecimento e a conscientização sobre a importância dos condicionantes naturais dessa região, durante toda a formação escolar da população cearense;
- Apoiar programas e projetos de educação básica, de comunicação e de cultura voltados para o fortalecimento de uma convivência sustentável com o Semiárido Cearense;
- Incentivar a socialização do conhecimento e das inovações tecnológicas direcionadas para o Semiárido;
- Divulgar as potencialidades e limitações naturais, valores e saberes adquiridos pelas populações do Semiárido ao longo da história cearense;
- Contribuir para o fortalecimento de uma visão cultural positiva sobre o Semiárido e o Bioma Caatinga, os condicionantes físicos desses espaços naturais e a produção cultural dos habitantes da região em apreço;
- Incentivar a produção didática voltada para o ensino contextualizado nas escolas cearenses.

6.3.3 Diretrizes

As iniciativas referidas ao presente Eixo Temático serão pautadas por diretrizes como as seguintes:

- A valorização dos conhecimentos e saberes desenvolvidos pelos povos que habitam essa região, contribuidora de uma relação sustentável com o meio;
- O incentivo à valorização do conhecimento e das inovações tecnológicas geradas pelas instituições que realizem ações voltadas para a Convivência Sustentável com o Semiárido;
- O diálogo entre as redes de ensino será voltado para o aperfeiçoamento curricular das escolas cearenses, na definição de conteúdos básicos e em sua distribuição ao longo da formação educacional na inclusão curricular da temática;
- A produção de material didático adequado para todos os níveis de ensino contemplará os conhecimentos essenciais ao processo formativo e será incentivada pela produção local e pela articulação com os programas governamentais de distribuição de livros didáticos;
- A garantia de formação inicial e permanente para os educadores, incluirá conhecimentos e metodologias adequadas, à luz das experiências que vêm sendo desenvolvidas pelas organizações que atuam nesse domínio;
- Os diferentes portes e alcances das mídias disponibilizadas serão de responsabilidade social de cada uma delas na formulação de programas de comunicação social;
- O apoio às manifestações tradicionais e a incorporação de novas linguagens artísticas na expressão dos povos do Semiárido estarão voltados para o fortalecimento de uma visão de convivência sustentável com o Semiárido Cearense, na definição de programas que fomentem a cultura da região.

6.3.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação das iniciativas relacionadas a este Eixo Temático são explicitadas a seguir.

6.3.4.1 Legais

Como proposições legais, destacam-se as seguintes:

- Normativos para a inclusão curricular dos conteúdos essenciais à formação de uma cultura de Convivência com o Semiárido, orientadores dos programas de formação de educadores;

- Elaboração de proposta sobre os conteúdos essenciais aos conhecimentos da região e às estratégias de formação que fortaleçam a prática do ensino contextualizado, por parte da Secretaria de Educação do Estado, em estreita colaboração com as instituições formadoras;
- Negociação com o Ministério das Comunicações para o incentivo à criação de instâncias colegiadas, que garantam participação da população nas concessões de rádio e TV;
- Articulação do governo do Ceará com o Ministério das Comunicações, para inserir mecanismos condicionantes, quando das concessões de rádio e TV, em termos de veiculação de programas que fortaleçam uma cultura de convivência sustentável com o Semiárido.

6.3.4.2 Institucionais

As proposições institucionais desse terceiro Eixo Temático estão assim expressas:

- Criação de uma instituição pública de articulação das políticas de convivência com o Semiárido, para viabilizar a integração das ações educacionais, de fomento cultural e de comunicação social;
- Integração da rede de equipamentos culturais existentes, para potencializar sua utilização, manutenção e ampliação de acesso;
- Ampliação de núcleos de audiovisual e de inclusão digital nos municípios do Semiárido Cearense;
- Desenvolvimento de programas de fomento cultural voltados para o fortalecimento de um olhar crítico e a apropriação consciente pelas comunidades dos seus bens culturais;
- Desenvolvimento de um programa de reforço à produção didática que contemple informações sobre o Semiárido Cearense e favoreçam a prática da educação contextualizada;
- Desenvolvimento de um programa voltado para o incentivo ao turismo rural, que fortaleça a valorização dos aspectos naturais e culturais do interior do Estado.

6.3.4.3 Instrumentos de Implementação

A implementação de iniciativas nos domínios desse Eixo Temático demanda a constituição de instrumentos como os seguintes:

Criação de um Fundo Estadual Pró-Cultura de Convivência com o Semiárido Cearense e/ou adequação do Fundo Estadual de Cultura, com a inclusão de incentivos específicos à produção e difusão da cultura regional;

Desenvolvimento de Editais específicos para o fomento das diversas linguagens artísticas, focalizados nos saberes e fazeres da cultura do Semiárido;

Criação e/ou ampliação de programas governamentais já existentes e apoio aos programas não governamentais que desenvolvam ações de convivência com o Semiárido;

Desenvolvimento de metodologias participativas eficientes, capazes de assegurar o diálogo entre as políticas relacionadas e o efetivo funcionamento das instâncias colegiadas;

Reforço ao artesanato em toda a sua cadeia produtiva;

Desenvolvimento de metodologias que permitam o acesso e o uso das mídias eletrônicas na geração e difusão de informações sobre a Região.

6.4 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS À POPULAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS E PEQUENAS LOCALIDADES

6.4.1 POLÍTICAS SOCIAIS

6.4.1.1 Contextualização

No Semiárido Cearense, o Estado ainda é o grande provedor de recursos e o responsável pelo alcance (ou não) de uma melhor qualidade de vida para o sertanejo. É também o indutor da mudança ou da permanência do atraso. As políticas públicas sociais têm um caráter de complementaridade às demais políticas públicas, em especial, no atendimento aos direitos básicos do cidadão, constitucionalmente garantidos. Entretanto, em muitos casos, servem como suporte ao modelo de desenvolvimento concentrador de renda, constituindo-se em políticas compensatórias ou redistributivas.

No Brasil, o Nordeste Semiárido é historicamente a sub-região que mais registrou intervenções em matéria de políticas sociais de caráter emergencial e, atualmente, compensatório. Entretanto, no caso do Semiárido Cearense, as comunidades rurais e até mesmo as sedes municipais dessa região estão se esvaziando e empobrecendo. Assim, o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável nesse território tende a se perder em meio a uma profunda crise de autoestima da população sertaneja.

Ademais, o modelo de desenvolvimento em curso tem contribuído para ampliar a concentração de renda, dado o foco das ações ali desenvolvidas nas regiões fortemente urbanizadas, em detrimento da população rural dispersa do Semiárido. Contando com menor acesso à informação e à educação formal e tecnológica, a população do Semiárido tende a ficar excluída dos benefícios do desenvolvimento, por estar menos capacitada para competir com os habitantes das áreas urbanas.

É neste contexto que as políticas públicas sociais deixam de ser um direito do cidadão, passando a ser definidas como políticas que tentam minimizar as consequên-

cias da exclusão. Tem-se observado uma proliferação de programas assistenciais e compensatórios, que não garantem a mudança da realidade excludente. Por vezes, aquelas iniciativas até reforçam a condição de dependência de decisões e recursos externos, gerando nos municípios uma espécie de “economia sem produção”, que não permite o desenvolvimento sustentável, baseado quase que unicamente na renda dos aposentados e dos beneficiários do Bolsa Família. Reconhece-se, mesmo assim, que essas transferências contribuem para a indução de iniciativas de produção local. Sem elas, a situação seria bem mais difícil, talvez até insuportável, seja para os que vivem aquela realidade, seja para o próprio Estado.

Segundo dados da Dataprev, sobre os benefícios da Previdência Social na Região Semiárida Cearense, e do Ministério do Desenvolvimento Social, sobre o Programa Bolsa Família, o apoio dessas iniciativas, sem considerar outros programas de caráter compensatório, correspondia, em 2010, ao aporte de 4,6 bilhões de reais na economia do Estado, recursos esses que representavam 33% do orçamento do Ceará naquele ano.⁸

O Estado do Ceará vem experimentando um modelo de desenvolvimento centrado em atividades urbanas, como as da indústria, do turismo e do comércio. O Semiárido perde importância no âmbito das ações governamentais e consequentemente como lugar atrativo de investimentos privados. Um breve olhar sobre a economia do Estado permite constatar a grande concentração de suas atividades na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Como já foi mencionado, em 2007, 70% do PIB cearense estavam concentrados em 34 municípios fora do Semiárido. Mais concentrada ainda era a geração da receita oriunda do ICMS, considerando que a RMF respondia por 92,2% desse tributo.⁹

Novos recursos financeiros, como é o caso das transferências governamentais e políticas compensatórias continuadas para essa Região pobre e descapitalizada, embora garantam um fluxo de renda constante, diferente das frentes de emergência, que eram episódicas, não resulta em garantia para um desenvolvimento sustentável.

Estudos realizados pelo IPECE constataam que no período de 2004-2007 os municípios cearenses apresentaram uma melhora significativa em termos de saúde e educação, entretanto, em relação ao índice de emprego e renda, 173 municípios do Estado continuam classificados como “ruim”. Estes dados indicam que as políticas compensatórias apesar de justas e de garantirem um fluxo constante de recursos no interior do Estado, tem gerado uma “economia sem produção”, que, por si só, não tem sido capaz de alavancar um processo de desenvolvimento sustentável no Semiárido.

A seguir, serão apresentadas as proposições para a elaboração de políticas sociais adequadas à realidade do Semiárido Cearense, desdobradas nos seguintes subtemas:

- i. Políticas Sociais;
- ii. Política de Saúde;
- iii. Política de Educação;

⁸ Com base na Lei Orçamentária Estadual de 2010, nº 14.608, de 06.01.2010.

⁹ Cf. o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- iv. Política de Assistência Social;
- v. Política de Infância e Juventude;
- vi. Política de Habitação; e
- vii. Política de Saneamento.

6.4.1.2 Objetivos

A PCSC tem por objetivos, em relação a este Eixo Temático (Ampliação e Adequação do Acesso aos Serviços Básicos à População das Áreas Rurais e Pequenas Localidades):

- Fortalecer os programas já existentes e instituir políticas sociais específicas para a população do Semiárido Cearense, garantindo as condições básicas ao seu desenvolvimento, consideradas as inter-relações com outras regiões externas ao Ceará;
- Valorizar a economia local, reconhecendo as diferenças regionais e promovendo a organização social na busca de alternativas econômicas e sociais sustentáveis;
- Interiorizar as oportunidades de capacitação e de ocupação e renda para jovens e adultos, incentivando a dinâmica econômica e atração de investimentos para a região;
- Fortalecer as entidades representativas dos diferentes interesses da sociedade, estimulando-as a um maior engajamento nos conselhos e demais organismos colegiados de controle social das políticas públicas.

6.4.1.3 Diretrizes

As iniciativas desse Eixo Temático serão pautadas por diretrizes como as seguintes:

- Descentralização dos serviços sociais básicos de saúde, educação, habitação, saneamento, esporte, lazer e de geração de renda;
- Intensificação da fiscalização dos programas sociais em execução, de forma a garantir uma maior efetividade das políticas públicas;
- Fortalecimento dos canais de participação social na definição e implementação das políticas sociais e democratização de informações;
- Desburocratização do acesso da população aos serviços sociais básicos;
- Fortalecimento das iniciativas e experiências positivas desenvolvidas pela sociedade civil, em relação às diferentes políticas sociais.

6.4.1.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação das iniciativas integrantes desse Eixo Temático são especificados a seguir.

6.4.1.4.1 Legais

As proposições legais consistem em tornar mais efetivas as leis que controlam a improbidade administrativa, como garantia do exercício pleno da democracia participativa.

6.4.1.4.2 Institucionais

As proposições de natureza institucional vão especificadas a seguir:

- Ampliação e fortalecimento da estrutura institucional voltada para os serviços sociais básicos, quer seja nos municípios, no Estado ou nos órgãos federais, ampliando, capacitando e avaliando, de forma permanente, o desempenho do quadro funcional, visando garantir, maior eficácia aos atendimentos nas pequenas localidades e no meio rural cearense;
- Criação e fortalecimento dos conselhos das diferentes políticas públicas sociais, para fortalecer a participação e o controle social;
- Provimento das condições de suporte à descentralização dos serviços básicos e de adequação à realidade das populações rurais e das pequenas localidades do Semiárido Cearense.

6.4.1.4.3 Instrumentos de Implementação

Os instrumentos de implementação das iniciativas da PCSC, no tocante a este Eixo Temático (Ampliação e Adequação do Acesso aos Serviços Básicos à População das Áreas Rurais e Pequenas Localidades) vão especificados a seguir:

Realização de mapeamento das necessidades e potencial regional para adequar as políticas sociais, os programas e as estratégias de desenvolvimento sustentável para cada região do Estado;

Ampliação e divulgação das políticas sociais, esclarecendo os direitos e as formas de acesso aos serviços essenciais, como direito de todo cidadão, utilizando de forma ampla os meios de comunicação;

Instituição de programas de atendimento móvel e rápido, investindo-se em programas semelhantes ao “Caminhão do Cidadão”, com aquisição de veículos adaptados para o atendimento ao público;

Criação de incentivos fiscais e garantia de capacitação aos jovens e adultos, para estimular a instalação de empresas na região e interiorizar oportunidades, em especial na produção e beneficiamento de alimentos;

Descentralização de projetos nos municípios, levando-os para as localidades, para fortalecer a agricultura familiar com maior atenção aos jovens, adolescentes e idosos na área rural;

Desenvolvimento de programas de assessoria permanente às prefeituras municipais, associações e cooperativas, nas áreas contábeis, gestão, captação de recursos e monitoramento, visando estimular a autonomia e a consolidação dessas entidades e instituições;

Apoio a programas de capacitação e formação de cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres, utilizando as instituições e a execução dos programas sociais como espaço de debates, na tentativa de produzir ideias e de promover mudanças de atitudes individuais e coletivas, frente à realidade do Semiárido.

6.4.2 Política de Saúde

6.4.2.1 Contextualização

Na área da saúde, a institucionalização do SUS-Sistema Único de Saúde, reconhecendo a saúde como direito de todos e dever do Estado, apresenta avanços históricos. Esses avanços incluem a descentralização e a municipalização de ações e serviços, a melhoria e a ampliação da atenção à saúde da população e da vigilância em saúde, bem como o maior controle social com a atuação dos Conselhos de Saúde.

Ao longo da década de 1990, houve progressos significativos. Um dos principais avanços da implementação do SUS está relacionado à acelerada descentralização político-administrativa, com a progressiva transferência de responsabilidades e recursos do nível federal para os gestores estaduais e municipais. Na prática, contudo, foram constatadas inúmeras limitações, tanto no âmbito da gestão, quanto no que se refere à qualidade dos serviços de atenção à saúde.

Os municípios do Semiárido Cearense possuem, em sua maioria, menos de vinte mil habitantes. Não comportam, por isso, toda uma rede de atenção e assistência, pois, isoladamente, não têm condições de oferecer resolubilidade aos casos mais complexos. Essa circunstância dá origem a um deslocamento desordenado de pacientes para os grandes centros do Estado, à procura de especialistas e hospitais mais aparelhados. Se extrapolarmos esse fato para as pequenas localidades e distritos, a situação fica ainda mais grave.

A estratégia que vem sendo adotada pela Secretaria de Saúde do Ceará, para compatibilizar a escassez de recursos, alto custo dos serviços de maior densidade tecnológica, economia de escala e padrões de qualidade para organizar os serviços de atenção secundária e ou terciária, consiste em estruturar os serviços em macro e microrregiões de saúde.

Como a diretriz básica da Política de Saúde é a universalização de seus serviços para toda a população, as proposições apresentadas para garantir a chegada desses serviços às populações rurais e de pequenas localidades do Semiárido Cearense, destacam, entre outros aspectos, a necessidade de ampliar e consolidar os Programas de Saúde da Família, adequar os equipamentos de saúde às necessidades locais e a ampliar os Programas de Saúde Preventiva.

Apresentam-se, a seguir, os objetivos, diretrizes e proposições encaminhadas pelas instituições e entidades que participam da PCSC em relação à Política de Saúde.

6.4.2.2 Objetivos

A Política de Saúde tem por objetivos:

- Promover o acesso igualitário e irrestrito à saúde a toda a população do Semiárido, ampliando a oferta dos meios e equipamentos de saúde nas áreas de fora dos centros urbanos;
- Melhorar a assistência médica e ambulatorial mobilizando profissionais habilitados em tempo integral;
- Ampliar os programas e as ações de saúde preventiva, promovendo uma política intersetorial de serviços básicos nos municípios.

6.4.2.3 Diretrizes

Constituem diretrizes da Política de Saúde:

- Descentralização do atendimento médico primário e secundário: da sede dos municípios para os distritos e pequenas localidades;
- Promoção da intersetorialidade das políticas públicas no tocante às ações preventivas de saúde;
- Valorização dos profissionais de saúde com políticas de incentivo profissional, técnico e financeiro;
- Viabilização de recursos tecnológicos para assegurar resolutividade local dos serviços e fomentar pesquisas pelos profissionais da área;
- Ampliação da rede de atenção integral aos usuários de álcool e drogas, adequando-a às necessidades identificadas, a partir de levantamento de dados relacionados ao fenômeno da dependência química em todo o Estado.

6.4.2.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação são apresentados a seguir.

6.4.2.4.1 Legais

As proposições legais estão referidas à elaboração de Projeto de Lei orientado para o incentivo a todo profissional da saúde, para que, ao se formar em uma Universidade Pública, trabalhe nos pequenos municípios do Semiárido por um determinado período.

6.4.2.4.2 Institucionais

São estas as proposições institucionais da Política de Saúde:

- Realização de diagnóstico da situação da Saúde no Estado, aplicando técnicas de levantamento de informações nos municípios, para identificar os fatores que geram o caos na saúde pública de cada comunidade, por meio de visitas residenciais e reuniões nas comunidades;
- Ampliação e fortalecimento do Programa Saúde da Família-PSF, incluindo em suas atividades a atenção em saúde bucal, com a criação de mecanismos institucionais que garantam a ampliação do quadro funcional, a qualificação adequada dos profissionais e o cumprimento das atribuições previstas quando de sua contratação;
- Realização de concursos públicos para profissionais da área de saúde; esses profissionais, dotados da qualificação necessária ao correto exercício de suas funções, devem ser remunerados adequadamente;
- Ampliação da sistemática de fiscalização da implementação da Política de Saúde e da atuação dos profissionais e órgãos dessa área;
- Ampliação, descentralização e adequação da estrutura de equipamentos de saúde (clínicas, hospitais e postos de saúde), para atender a demanda regional, municipal e os pontos de apoio estratégicos capazes de garantir atendimento de qualidade;
- Otimização da assistência à saúde animal, com acompanhamento de profissionais nas áreas de veterinária/zootecnia;
- Elaboração e implementação de um plano de ação regional e estratégico, com base nos diagnósticos das principais causas da presença de drogas nos municípios, para o enfrentamento às drogas.

6.4.2.4.3 Instrumentos de implementação

A Política de Saúde contará com um conjunto expressivo de instrumentos, a seguir especificados:

Ampliação das ações do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas-SPE e as parcerias com entidades da sociedade civil, para formar multiplicadores e agentes sociais de saúde nas comunidades, unindo o saber empírico com o científico, utilizando recursos do SUS, dos municípios, da iniciativa privada, cooperativas e outros;

Incentivo e financiamento de práticas de produção agropecuária, com mais qualidade e menor uso de produtos químicos, tendo como base programas de conscientização e capacitação de produtores e acompanhamento da produção por técnicos especializados, com apoio à troca de experiências entre técnicos e produtores, estimulando a criação de uma cultura de consumo saudável;

Aquisição de transportes apropriados e seguros para os profissionais e usuários dos serviços de saúde, garantindo, sempre que necessário, o deslocamento de pacientes dos distritos e comunidades rurais para atendimento nas sedes municipais, em hospitais regionais ou em Fortaleza;

Instituição de um programa de desenvolvimento de produtos fitoterápicos, incluindo a implantação de laboratório de processamento, para resgate, junto à população do Semiárido, dos conhecimentos tradicionais das diferentes regiões do Estado. O programa terá ações localizadas em áreas que utilizem a biodiversidade acessível nas ervas, como base para a medicação alternativa e natural, estimulando, ainda, a implantação de farmácia viva nas comunidades;

Fortalecimento dos programas de monitoramento da qualidade da água para uso familiar e comunitário no Semiárido, inserindo os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias no processo de gestão familiar e comunitária das águas no Semiárido cearense;

Elaboração de projeto de educação permanente para profissionais de saúde que atendam a dependentes químicos em todas as regiões do Estado;

Implantação do CAPS Geral¹⁰ e CAPS-AD¹¹ nos municípios, para fortalecer o Plano de Ações Integradas, proposto pelo Pacto pela Vida.

6.4.3 Política de Educação

6.4.3.1 Contextualização

Os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA, entre outras – demonstram uma diferença acentuada entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem

10 O Centro de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde voltado para a comunidade, preparado para acolher e cuidar de pessoas com problemas mentais graves e seus familiares, estimulando a convivência familiar e social, apoiando e incentivando iniciativas de busca de autonomia, mediante a oferta de atendimento especializado. O local destinado a esse serviço é conhecido como CAPS Geral.

11 Centro de Atenção Psicossocial para atendimento de pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas: Álcool e outras drogas, conhecido como CAPS-AD.

nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Isso indica que, no curso da história, as políticas públicas não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade.

Constata-se que mudanças no perfil socioeconômico da realidade rural e urbana no País e, em especial, na Região Semiárida, com novos valores, expectativas e exigências, têm se colocado para o desenvolvimento sustentável e resultam na necessidade de uma Educação que prepare crianças e jovens para o desenvolvimento de múltiplas capacidades.

Quanto ao acesso das populações rurais e das pequenas localidades do Semiárido Cearense, as fontes de dados oficiais (Ministério da Educação e Secretaria de Educação do Estado) indicam graves lacunas, em termos da estrutura física e humana, em especial as relativas ao ensino médio e profissionalizante. Entretanto, é necessário realizar uma avaliação mais qualitativa, sobre o tipo de educação que está chegando a essas localidades.

Os dados do Censo Escolar realizado pelo INEP e analisados pelo IPECE demonstram que a infraestrutura de serviços básicos na rede escolar dos municípios do Semiárido Brasileiro e do Semiárido Cearense apresentou expressiva melhora em alguns indicadores pesquisados, tais como escolas com energia elétrica, existência de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Entretanto, nos itens relativos a equipamentos de informática, acesso à internet, laboratórios e bibliotecas, que garantem melhor qualidade de ensino, as escolas localizadas nos municípios do Semiárido e, em especial, na zona rural apresentam índices significativamente mais baixos do que as de municípios de fora da Região Semiárida.

Outro aspecto significativo, em termos da estrutura de ensino básico no Ceará, diz respeito ao número de estabelecimentos de ensino médio nas áreas rurais dos municípios do Semiárido, que, em 2006, estava em torno de 1% e da Educação Profissionalizante em torno de 7%.

A educação na Região Semiárida melhora à medida que os investimentos em educação no País evoluem; entretanto, isso ocorre de forma muito lenta e até com alguns retrocessos na zona rural e pequenas localidades. O diagnóstico inicial evidencia a inexistência de uma política pública direcionada para esse fim. Mas é indiscutível que a melhora do acesso à educação profissionalizante e de qualidade determinará o futuro do desenvolvimento sustentável regional.

Com a abertura desse debate junto à sociedade cearense e suas entidades representativas, a contextualização inicial relativa ao acesso da população rural e das pequenas localidades ao ensino de qualidade, sua ampliação e adequação à realidade do Semiárido Cearense, resultou na indicação de alguns Objetivos, Diretrizes e Proposições referentes à constituição de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense.

6.4.3.2 Objetivos

A Política de Educação tem por objetivos:

- Promover o acesso à educação, na idade certa, de crianças e adolescentes do Semiárido Cearense, e garantir a inserção de jovens e adultos, com vistas à erradicação do analfabetismo, o pleno desenvolvimento cultural e educacional da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- Melhorar a infraestrutura, assegurando o pleno funcionamento das escolas no e do campo e sede do município, ampliando o acesso de jovens e adultos do Semiárido Cearense ao ensino médio e profissionalizante, de acordo com as necessidades de cada município;
- Elevar a qualidade do sistema educacional e adaptá-lo às necessidades da população do Semiárido, garantindo educação no e do campo e nas cidades, em tempo integral, com flexibilidade sazonal, valorizando as culturas tradicionais dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, assegurando infraestrutura adequada e ampliação do vínculo da escola com os contextos social, econômico e ambiental;
- Promover a valorização dos professores por meio de concursos públicos, remuneração baseada no piso nacional, planos de cargos e carreiras, capacitação sistemática e disponibilização de material didático e equipamentos para o desenvolvimento do seu trabalho.

6.4.3.3 Diretrizes

A Política de Educação está pautada pelas seguintes diretrizes:

- Descentralização da infraestrutura e dos equipamentos educacionais, para garantir o acesso ao ensino médio e profissionalizante fora dos centros urbanos;
- Valorização dos educadores, garantindo estabilidade profissional, formação contextualizada e contínua e avaliação de desempenho;
- Fortalecimento e ampliação das experiências positivas de educação contextualizada, em relação à realidade do Semiárido, e de inserção da escola na comunidade;
- Ampliação das estratégias, dos canais de articulação e integração da política educacional nos níveis municipal, regional e estadual;
- Ampliação da atuação das universidades estaduais e regionais;
- Intensificação da fiscalização e do controle social dos programas já existentes.

6.4.3.4 Proposições

Especificam-se na sequência as proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação da Política de Educação para o Semiárido Cearense.

6.4.3.4.1 Legais

São as seguintes as proposições legais dessa Política:

- Garantia, por meio de legislação específica, da integração de ações e investimentos entre as secretarias de educação do Estado e dos municípios e as demais secretarias setoriais, para que se assegure o acesso da população à educação de qualidade, adequada à atual realidade do Semiárido Cearense;
- Elaboração de Projeto de Lei Estadual que garanta o estabelecimento de parcerias entre organizações governamentais e não governamentais, para desenvolver nas escolas públicas e privadas, programas e cursos voltados para o empreendedorismo, para a gestão ambiental no Semiárido Cearense.

6.4.3.4.2 Institucionais

As proposições institucionais compreendem iniciativas relacionadas aos seguintes aspectos:

- Construção de escolas profissionalizantes e garantia da descentralização dessas infraestruturas nos distritos e pequenas localidades, complementada pela oferta de cursos técnicos voltados para a realidade do Semiárido, vis-à-vis as especificidades regionais, suas potencialidades e alternativas de inserção das pessoas no mercado de trabalho;
- Garantia da infraestrutura das escolas, dos equipamentos educacionais, da merenda e do transporte escolar no campo e nas cidades do Semiárido Cearense, com orçamento próprio, fiscalização e controle social dos recursos destinados à educação nos diferentes níveis do poder público;
- Desenvolvimento de parcerias público-privadas com a sociedade civil organizada, para ampliar as oportunidades de conhecimento e informação para a população do meio rural e de pequenas localidades, com a aquisição e distribuição de livros, a instalação de bibliotecas rurais, laboratórios, acesso à internet e à produção de material educativo adequado à realidade do Semiárido Cearense;
- Criação de fundos de pesquisa e adoção de correta orientação dos já existentes, para a realização de estudos nas diferentes regiões do Estado, com vistas à identificação da demanda regional por mão de obra qualificada, com a seleção de cursos técnicos profissionalizantes ou de nível superior que atendam à realidade social e econômica regional;

- Apoio financeiro e fortalecimento da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e Coletivo Jovem, encaminhando suas deliberações aos gestores da Política Estadual de Educação;
- Concessão de Estímulo às Escolas Agrotécnicas Rurais e Institutos Tecnológicos, para que desenvolvam seus currículos escolares voltados para o paradigma da Convivência com o Semiárido, criando instâncias de articulação estadual das Escolas e Institutos e de seus professores e pesquisadores na temática da Convivência com o Semiárido;
- Regulamentação dos anexos das escolas estaduais nas sedes distritais e pequenas localidades, garantindo espaços físicos adequados e corpo docente permanente;
- Desenvolvimento de programas de capacitação que considerem os aspectos de prevenção, tratamento e reinserção social dos agentes envolvidos com a temática: Álcool e outras Drogas.

6.4.3.4.3 Instrumentos de Implementação

A Política de Educação tem como instrumentos de implementação:

Inclusão nos Programas Educacionais de Jovens e Adultos de uma carga horária significativa, voltada para as atividades profissionais referentes às vocações regionais, respeitando a questão ambiental e ampliando o ensino integral e de qualidade. Utilizar as escolas existentes no e do campo para disponibilização de cursos de qualificação de trabalhadores rurais e de alunos da rede regular de ensino, com acompanhamento técnico de órgãos como a Embrapa e Ematerce e outras instituições diretamente no campo, criando mecanismos de aplicações práticas de métodos agroecológicos sustentáveis compatíveis com o Semiárido;

Criação de programa estadual de capacitação de professores e gestores das redes estadual, municipal e federal de ensino, a ser implementado, de forma sistemática e progressiva, em reforço à educação contextualizada adaptada à realidade do Semiárido Cearense, orientando conteúdo e melhoria das didáticas aplicadas nas escolas, para adicionar conhecimentos aos já estipulados pelo currículo escolar adotado;

Criação de programa estadual de formação de educadores (lideranças comunitárias, agentes de saúde, conselhos e organismos colegiados municipais, formadores de opinião, etc.), a serem capacitados em domínios temáticos ligados à realidade do Semiárido Cearense, vis-à-vis suas especificidades regionais; esse programa contribuirá para a formação de multiplicadores da educação contextualizada e para o estabelecimento de uma maior interface entre a escola e a comunidade local;

Criação de programa de incentivo ao desenvolvimento das comunidades, proporcionando cursos de alfabetização e cidadania para os pais, na perspectiva da realidade do Semiárido, tendo como base de estudo o homem e sua relação com o meio ambiente, cidadania, ética, associativismo, técnicas agrícolas, pesca e pecuária. Essa formação deve ser vinculada à obtenção de benefícios e incentivos financeiros;

Instituição nas escolas de programas que estimulem a educação ambiental, cursos, comissões de meio ambiente e qualidade de vida (com-vidas) nas escolas e oficinas de agroecologia e de segurança alimentar específicos para realidade do Semiárido;

Desenvolvimento de amplo programa de comunicação voltado para as comunidades rurais e pequenas localidades do Semiárido Cearense, abordando as particularidades do Bioma Caatinga, por meio de propaganda em rádio, distribuição de folders, filipetas e de outros materiais de divulgação adequados à realidade local;

Desenvolvimento de campanhas de esclarecimento junto à população sobre a importância da garantia dos programas ligados à educação para a promoção do desenvolvimento de cada região, estimulando a participação da sociedade nos colegiados e no controle social;

Criar programa para viabilizar financeiramente a utilização de transporte escolar adequado, impedindo o uso de “pau-de-arara” e promovendo a melhoria das estradas para facilitar o acesso do transporte escolar.

6.4.4 Política de Assistência Social

6.4.4.1 Contextualização

A análise das estratégias e dos programas de assistência social desenvolvidos no Ceará pelo Governo do Estado indica, assim como ocorre em relação às demais políticas públicas sociais, a ausência de uma orientação mais específica e adequada à realidade da população rural do Estado. Não se encontram, inclusive, dados que possibilitem avaliar o grau de acesso dessa população a esses serviços e benefícios.

Dentre os programas de assistência social, com foco na criança, adolescente e suas famílias, coordenados pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Ceará-STDS, destacam-se os seguintes: Programa de Apoio às Reformas Sociais-PROARES, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola, que foi instituído de forma aglutinada com o Serviço de Busca Ativa dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, ABCs e Circos-Escola. Os programas assistenciais de maior abrangência e impacto na sociedade cearense são os orientados e financiados pelo Governo Federal, tais como o Bolsa Família, o Programa de Segurança Alimentar, o Projovem Adolescente, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEFI.

É inegável o impacto dos programas denominados de “transferência de renda”, como o Bolsa Família, não apenas na economia, como na qualidade de vida da população, inclusive do meio rural. Vale observar, entretanto, até que ponto esses programas têm a capacidade de consolidar um processo de desconcentração de renda e de desenvolvimento sustentável na Região Semiárida do Ceará. Cabe também refletir sobre a capacidade dos programas de assistência social em execução no Estado garantirem as condições mínimas sociais, com equidade e eficiência à população rural e das pequenas localidades do Semiárido Cearense.

Acredita-se na ampliação dos recursos, programas e projetos já existentes, a exemplo dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e dos CREAS (Centros de Referência Especializado da Assistência Social), que ainda não se mostram suficientes para atender à demanda da população. De certo que essa demanda é o reflexo de outros problemas sociais, como a falta de emprego e renda.

A partir da universalização do cofinanciamento estadual do PAIF e do PAEFI, como também dos demais serviços, por intermédio das três esferas de governo, será possível atender a demanda da população vulnerabilizada e em situação de risco, inclusive da zona rural.

As proposições apresentadas, a seguir, apontam de forma bastante enfática para a necessidade de ampliar, descentralizar e aperfeiçoar os programas sociais, com suas respectivas atividades de fiscalização e controle social, assim como integrar as políticas de assistência social, capacitação e geração de emprego e renda.

6.4.4.2 Objetivos

A Política de Assistência Social tem por objetivos:

- Aprimorar e ampliar a abrangência do Programa de Proteção Social Especial e demais iniciativas sociais existentes, dotando os municípios de meios apropriados para a execução dos serviços de assistência social, com pessoal especializado qualificado e maior participação social;
- Ampliar os benefícios de transferência de renda, visando garantir uma melhor distribuição de renda, para atender à demanda de forma responsável e criteriosa, com exigências de contrapartida por parte dos beneficiários;
- Garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população, em especial, daquela atendida pelos serviços socioassistenciais, fortalecendo a produção de alimentos da Região Semiárida, sempre que possível respeitando os princípios da agroecologia;
- Intensificar a implementação de programas sociais e de inclusão produtiva, que favoreçam a capacidade empreendedora de jovens e adultos residentes na zona rural e pequenas localidades, visando a Convivência com o Semiárido e sua permanência nessa região.

6.4.4.3 Diretrizes

- Integração das ações de assistência social aos projetos educativos e produtivos que possibilitam o desenvolvimento e a superação da situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Ampliação da abrangência dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a todos os municípios, em especial às populações rurais e das pequenas localidades do Semiárido;

- Intensificação do acompanhamento, da fiscalização e do controle social em relação aos programas, projetos e benefícios sociais;
- Promoção de ações comunitárias, projetos coletivos e o cooperativismo, garantindo maior eficácia na implementação de ações e projetos sociais;
- Priorização do atendimento e assistência às crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e grupos difusos em situação de risco social e pessoal;
- Integrar, no desenvolvimento das políticas públicas de assistência social, as organizações governamentais e não governamentais que atuam na área de prevenção ao uso de drogas.

6.4.4.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação das iniciativas da Política de Assistência Social são explicitados a seguir.

6.4.4.4.1 Legais

São as seguintes as proposições legais identificadas:

- Avaliação da possibilidade legal de garantir a vinculação do benefício dos programas sociais, em especial dos oriundos das políticas compensatórias, à contrapartida dos beneficiários, em termos de participação em cursos de qualificação e projetos coletivos que possibilitem melhorias socioculturais e econômicas;
- Regulamentação da Lei Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Regulamentação dos benefícios eventuais previstos na LOAS, com a elaboração, aprovação e efetivação dos Planos de Assistência Social dos municípios situados no Semiárido;
- Garantia dos recursos destinados ao Seguro Maternidade, devendo ser efetivado em parcelas e com acesso prioritário à mãe.

6.4.4.4.2 Institucionais

As proposições institucionais identificadas são apresentadas a seguir:

- Interiorização das atividades de assistência social, com a instalação dos CRAS/ CAPS e CREAS na zona rural, para garantir as visitas domiciliares, facilitar o cadastramento único, a comunicação e o acompanhamento socioassistencial às famílias;

- Estímulo à Criação de Conselhos Municipais dos direitos da mulher e pessoas com deficiência;
- Efetivação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), tendo em vista a realização de concursos públicos, orientados para a ampliação do número de profissionais com atuação na área da assistência social, garantindo uma melhor distribuição espacial, segundo as necessidades regionais e locais;
- Fortalecimento da sistemática de acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios sociais existentes, cadastrando as famílias, por meio do cadastro único, para identificar o público ainda não atendido, capacitando-o, a fim de incluí-lo em atividades produtivas, como as apoiadas pelo PRONAF e demais programas que dão suporte às atividades produtivas;
- Monitoramento e avaliação dos programas implementados, como o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará-PROARES II, PETI, o Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola, o Bolsa Família, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, o Projovem Adolescente, o PAIF, o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos) e o Primeiro Passo, para verificar se estão atendendo devidamente à parcela da população para a qual foram criados;
- Promoção da intersetorialidade entre as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, na perspectiva de garantir o acesso aos serviços, bem como o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

6.4.4.4.3 Instrumentos de Implementação

Foram identificados os seguintes instrumentos de implementação da Política de Assistência Social:

Criação de programa de assistência social com cursos profissionalizantes, a ser coordenado por uma Secretaria Estadual, qualificando as famílias beneficiárias dos Programas Sociais, em atividades socioculturais e de geração de emprego e renda, integrando diferentes secretarias e instituições setoriais;

Articulação da Política de Assistência Social com a Política de Emprego e Renda, na perspectiva de garantir às famílias cadastradas no Cadastro Único-Cadunico o acesso aos cursos de geração de renda, estimulando inclusive a implantação de unidades produtivas;

Implantação de núcleos de desenvolvimento, a partir do mapeamento socioeconômico de cada região e do desenvolvimento de programas integrados entre os diversos setores – públicos e privados –, de cada um desses núcleos;

Criação de linhas de crédito, por meio de Fundos Públicos que viabilizem o apoio à organização comunitária, em especial a que se destina ao desenvolvimento de projetos produtivos e de geração de emprego e renda;

Fortalecimento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional e da participação da sociedade civil organizada na formulação, monitoramento e controle social. Neste sentido, se tratará de estimular a produção de alimentos, a implantação de quintais agroecológicos e a comercialização local dos excedentes da produção familiar de alimentos, para sanar problemas de acesso e regularidade na comercialização, bem como na instalação de banco de alimentos e cozinhas comunitárias;

Desenvolvimento de cursos de culinária regional para orientar o aproveitamento de produtos locais na merenda escolar, nos CRAS, nos hospitais e na alimentação da família, garantindo maior valorização dos produtos regionais e incentivando a produção local;

Estímulo às famílias incluídas nos programas de combate à fome e à miséria, para que participem de atividades de qualificação para o trabalho, juntamente com segmentos da sociedade civil organizada e dos governos municipal, estadual e federal;

Desenvolvimento de amplo e sistemático programa de capacitação de conselheiros, voltados para conselhos municipais, regionais e estaduais, preparando-os para o exercício de suas atribuições e para o aperfeiçoamento do controle social das políticas públicas;

Articulação com outras políticas públicas no que se refere à capacitação dos adictos do álcool e outras drogas, durante e/ou pós-tratamento, para reinserção no mercado de trabalho, considerando as peculiaridades locais;

Ampliação do cofinanciamento estadual para a execução do PAIF, PAEFI e acesso a benefícios eventuais a todos os municípios do Semiárido Cearense;

Ampliação do Programa Primeiro Passo, destinado a todos os municípios do Semiárido Cearense.

6.4.5 Política de Infância e Juventude

6.4.5.1 Contextualização

O principal marco legal das políticas públicas para a infância e a adolescência é o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que completou 20 anos em 2010. O Ceará é reconhecido como um Estado pioneiro na luta pela implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, apesar dos avanços, muitos desafios ainda estão por vencer. Dentre esses, sobressai a necessidade de traduzir as diretrizes previstas no ECA em políticas públicas, com orçamento compatível para sua realização.

A característica marcante dessa questão não é, portanto, elaborar uma nova política, mas contextualizar a existente, de forma a atender as demandas específicas das populações das diferentes regiões do Estado. A política pública para a infância e adolescência, entre outros aspectos, deve ser revista, não apenas em termos do volume de recursos disponibilizados; mas, também, em relação à sua distribuição, baseando-se em critérios como a equidade na quantidade e na qualidade dos serviços que chegam às pequenas localidades e distritos em relação às áreas urbanas.

Com orçamento limitado, os programas públicos de apoio ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, implementados, em sua maioria, pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS, são bem concebidos, mas têm área de atuação limitada, em alguns casos bastante pontuais e centralizadas, ora em Fortaleza ora na sede dos municípios.

O crescente processo de urbanização e globalização tem acelerado o deslocamento de populações rurais para as pequenas e médias cidades do Semiárido Cearense. Os jovens, das áreas rurais e pequenas localidades do interior do Estado, encontram-se desmotivados e sem perspectivas para permanecer no campo. Por outro lado, eles não dispõem da devida capacitação para se inserirem no mercado de trabalho urbano. Esse contexto desafiador é o que se coloca para o desenvolvimento de uma política pública de apoio à infância e juventude, que possa garantir sua inserção como cidadãos ativos na realidade de um Semiárido sustentável.

Ressalte-se que no Ceará a sociedade civil organizada tem desenvolvido vários programas e ações regionalizadas, contextualizadas à realidade do jovem do semiárido. Essas iniciativas bem podem servir de ponto de partida para a construção de uma política pública voltada para a Convivência Sustentável com o Semiárido Cearense. Destacam-se, a esse respeito, as experiências desenvolvidas pela Pastoral da Criança, pela UNICEF (Selo Município Aprovado), pelo Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA), pelos Programas de Educomunicação, desenvolvidos pelas ONGs Cata-vento, Comunicação e Cultura e Elo Amigo de Iguatu, assim como os trabalhos de orientação à gestão cultural desenvolvidos pela Fundação Casa Grande, em Nova Olinda.

Os Conselhos Tutelares de Defesa da Criança e do Adolescente constituem importante espaço de proteção às crianças e adolescentes e de controle social das Políticas Públicas. Entretanto, necessitam ser fortalecidos institucionalmente, inclusive com ações articuladas com outras instituições públicas, entidades da sociedade civil e do setor privado.

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente têm contado com significativa participação de representantes do poder público e da sociedade civil. Neste sentido, têm se caracterizado como significativo espaço de discussão, troca de experiências e deliberações, que certamente podem orientar uma Política para a Infância e Adolescência no Semiárido Cearense.

Evidenciam-se nas proposições apresentadas a seguir, a necessidade de ampliar o conhecimento das crianças e dos jovens sobre sua realidade, destacando-se os desafios e as potencialidades do Semiárido Cearense, capacitando-os, de forma adequada, às possibilidades de desenvolvimento regional.

6.4.5.2 Objetivos

A Política de Infância e Juventude tem por objetivos:

- Promover ações que viabilizem a permanência das crianças e jovens no campo, garantindo o acesso à saúde, educação, lazer e moradia;

- Assegurar a formação integral de crianças e adolescentes, por meio do acesso a informações sobre valores de convivência comunitária, familiar e ambiental; educação sexual, segurança e enfrentamento às drogas, viabilizando sua inserção na sociedade, de forma consciente dos seus direitos e deveres;
- Garantir formação técnica, oportunidades de estágios e incentivos financeiros aos jovens, visando à formação profissional para o desenvolvimento de atividades econômicas adequadas à realidade do Semiárido;
- Erradicar o trabalho infantil, garantindo educação em tempo integral e apoio social às famílias carentes e em situação de risco.

6.4.5 Diretrizes

As diretrizes para a Política, aqui focalizada, estão assim estruturadas:

- Ampliação, descentralização e consolidação dos programas públicos existentes, destinados às crianças e jovens nas áreas rurais e urbanas;
- Promoção da intersetorialidade entre as Políticas de Assistência Social, Educação, Esporte e Saúde, Lazer, Segurança e Cultura, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Garantia de incentivos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos, a serem assumidos por jovens das áreas rurais e pequenas localidades;
- Estimulo à pesquisa sobre a realidade do Semiárido, com a participação ativa de crianças e adolescentes;
- Efetivação, como política pública, das experiências positivas de programas e projetos desenvolvidos pela sociedade civil.

6.4.5.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e instrumentos da Política de Infância e Juventude são especificados nos tópicos a seguir.

6.4.5.4.1 Legais

As proposições legais dessa Política estão sintetizadas na elaboração de Projeto de Lei definindo uma Política Intersetorial para Infância e Juventude, envolvendo as áreas de Assistência e Desenvolvimento Social, Educação, Esporte e Saúde, Lazer, Cultura. Sua abrangência é ampla, para que possa ter efetividade, em particular, no que se refere à descentralização de suas ações para áreas rurais e urbanas para pequenas localidades do Semiárido Cearense.

6.4.5.4.2 Institucionais

As proposições de caráter institucional abrangem os seguintes tópicos:

- Estímulo à criação de Secretarias de Esportes e Lazer, voltadas prioritariamente para o desenvolvimento de ações junto às crianças e jovens, em todos os municípios e distritos do Estado;
- Reorientação da Política de Educação e garantia de recursos humanos e financeiros para que todas as Escolas do Ensino Infantil tenham horário integral. Ênfase similar deve ser conferida às escolas do Ensino Fundamental e Médio, no contexto das quais o 2º tempo de aula deve estar voltado para atividades de caráter profissionalizante e de formação do cidadão do Semiárido;
- Promoção de programas de capacitação sistemática de lideranças comunitárias e funcionários públicos nos municípios, visando garantir trabalho mais efetivo, orientado para a realidade das crianças e jovens do campo e das cidades do Semiárido.

6.4.5.4.3 Instrumentos de Implementação

A Política de Infância e Juventude terá como principais instrumentos de implementação os que vão especificados a seguir:

Criação de programas de capacitação permanente, por meio de cursos regulares (aulas teóricas e práticas), seminários e oficinas, que possibilitem aos jovens o conhecimento da realidade local e suas potencialidades, fortalecendo a capacidade de Convivência com o Semiárido;

Criação e fortalecimento de programas e ações de saúde, visando permanente educação sexual e atendimento especializado de crianças e adolescente do Semiárido;

Garantir programas nos âmbitos da educação, saúde e assistência social para o enfrentamento às drogas, à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho infantil, em cumprimento à legislação;

Realização de oficinas de artes, ecoturismo, educação ambiental e eventos culturais, como resgate histórico de costumes e valores da Região Semiárida, e capacitação de técnicas ecologicamente corretas, que propiciem o desenvolvimento social e econômico sustentável no Semiárido;

Desenvolvimento de estratégias de divulgação de soluções tecnológicas para os gargalos das principais cadeias produtivas de cada município e da região como um todo, por meio de um trabalho de aproximação da extensão rural com os filhos de produtores rurais com idade superior a 14 anos;

Garantia de ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos programas e recursos existentes nessas áreas, para que as crianças e os adolescentes conheçam seus direitos e deveres;

Desenvolvimento de programa de estágio para jovens das áreas rurais e pequenas localidades, por meio de parceria público-privada com empresas dos diferentes setores produtivos existentes em cada sub-região do Semiárido Cearense, assim como de programas e ações desenvolvidas pelos setores públicos;

Viabilização da abertura de editais de financiamento de projetos voltados para grupos de jovens das áreas rurais e pequenas localidades, estimulando dessa forma alternativas de trabalho e desenvolvimento, para que possam continuar no meio ao qual pertencem;

Implantar espaços socioeducativos e de inclusão digital da juventude, áreas de lazer e polos poliesportivos, de forma descentralizada nos municípios da Região Semiárida;

Fortalecimento do protagonismo juvenil na comunicação e cultura no Semiárido, viabilizando a educomunicação, desburocratizando o processo e a implantação de rádios e radiadoras, promovendo a implantação de cinemas nas comunidades rurais e urbanas e apoiando jornais escolares e comunitários.

6.4.6 Política de Habitação

6.4.6.1 Contextualização

- O déficit habitacional no Ceará, segundo estudos da Fundação João Pinheiro e do Ministério das Cidades, é de 424.321 unidades, sendo 156.335 na Região Metropolitana de Fortaleza. 94,1% do déficit no Estado são de famílias com renda menor do que três salários mínimos.
- O Programa Habitacional do Governo do Estado do Ceará, na esfera da Secretaria das Cidades, desenvolvido em parceria com o governo federal (Caixa Econômica), tem o intuito de apoiar as Prefeituras e Associações Comunitárias nas ações de habitação de interesse social, voltadas para famílias com renda menor do que três salários mínimos. Por meio dessa parceria, o Governo do Estado garante a contrapartida dos projetos de habitação de interesse social.
- A opção, portanto, do Governo do Estado, em termos de Política Habitacional, é de apoio aos programas inseridos no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, em especial, o Programa Minha Casa, Minha Vida-MCMV, que prevê beneficiar famílias com renda de até 10 salários mínimos. Para as que têm renda bruta de até três salários mínimos, a participação dos governos e prefeituras é essencial. Nesse caso, a União aloca recursos por área do território nacional e solicita a apresentação de projetos.
- O Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, do Governo Federal, do ponto de vista quantitativo, corresponde a apenas 2,5% do déficit de habitação rural no País, estimado em 1,75 milhões de unidades, segundo a Fundação João Pinheiro. Há, ainda, o problema de considerar o valor de R\$ 10 mil para a casa popular rural, enquanto o limite para as casas urbanas é de R\$ 46 mil, o que induz soluções precárias, com materiais de baixa qualidade e execução exclusiva por autoconstrução.

- Os recursos para moradia no campo, previstos no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, não podem ser aplicados em assentamentos de reforma agrária, complementarmente aos recursos do INCRA. Os assentamentos contam, exclusivamente, com os recursos do INCRA, historicamente insuficientes (hoje ampliados de 7 mil para 10 mil reais por unidade). No caso dos recursos do INCRA, 50% são onerosos, devendo ser devolvidos pelo beneficiário.
- Trata-se também de uma incoerência da política habitacional com a de desenvolvimento regional no País, pois o fortalecimento da política de moradia rural colaboraria para a redução do êxodo campo-cidade e do crescimento das precárias periferias urbanas.
- Ao adotar para o Ceará a Política Habitacional por Interesse Social, expressa essencialmente no Programa Minha Casa, Minha Vida, o Governo do Estado, certamente, concedeu maior agilidade ao programa habitacional. Vale observar, entretanto, que a sistemática adotada pelo programa MCMV torna difícil atender os beneficiários, de acordo com as necessidades e prioridades municipais. Isso porque, segundo aquela sistemática, os projetos não são formulados a partir do poder público ou da demanda organizada (não são licitados, nem definidos como parte da estratégia municipal de desenvolvimento), mas segundo propostas apresentadas por construtoras da iniciativa privada.
- Outra constatação é a grave lacuna que mais uma vez se apresenta em relação à realidade rural e as pequenas localidades dispersas no interior do Estado. A abrangência do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural é bastante limitada em todo o território nacional, especialmente em termos de dotação orçamentária. Em relação às especificidades do Semiárido, não se encontra nenhuma referência.
- Para a definição de uma Política de Convivência Sustentável com o Semiárido Cearense vale observar, além dos Objetivos, Diretrizes e Proposições, como está sendo tratada a questão da habitação para as pequenas localidades do Estado, tendo em conta as limitações do programa nacional e a ausência de um programa estadual de habitação de interesse social para a área rural.

6.4.6.2 Objetivos

A Política de Habitação tem por objetivos:

- Definir e implementar o Programa Estadual de Habitação de Interesse Social-PEHIS, adequando-o à realidade do Semiárido Cearense e às condições de moradia da população rural e das pequenas localidades;
- Promover a melhoria e a adequação habitacional, garantindo o apoio técnico e financeiro necessário, em suas dimensões quantitativas e qualitativas;
- Promover o desenvolvimento institucional, de modo a permitir possibilitar o bom andamento dos programas e ações estabelecidos pelo PEHIS;
- Apoiar o ordenamento e a regularização fundiária rural e urbana.

6.4.6.3 Diretrizes

As diretrizes da Política de Habitação estão assim estruturadas:

- Fortalecimento dos programas de habitação existentes e promoção do Programa Estadual de Habitação por Interesse Social-PEHIS;
- Adequação do PEHIS às especificidades das moradias na área rural e pequenas localidades;
- Integração de diferentes políticas setoriais, para garantir acesso aos serviços públicos básicos próximos aos locais de moradia;
- Concessão de prioridade ao atendimento às famílias que moram em áreas de risco, casas de taipa, os atingidos por calamidades e desabrigados, caracterizados como baixa renda;
- Efetivação do ordenamento e da regularização do sistema de gestão fundiária;
- Valorização dos padrões e técnicas de arquitetura sertaneja, de modo a absorver os saberes desenvolvidos e utilizá-los nos programas de construção rural.

6.4.6.4 Proposições

As proposições institucionais e os instrumentos de implementação da Política de Habitação são especificadas a seguir.

6.4.6.4.1 Institucionais

As proposições institucionais estão assim estruturadas:

- Realização de diagnóstico do déficit habitacional, para conhecer o perfil dos moradores e das localidades, levando em consideração as questões socioeconômicas da população, como base para a definição de estratégias apropriadas e socialmente sustentáveis;
- Constituir um Conselho Fiscal para o programa “Minha Casa, minha Vida”, com membros da comunidade, dos municípios, do Estado e da União;
- Criação de Conselhos Municipais das Cidades e Fundos locais de Habitação de Interesse Social.

6.4.6.4.2 Instrumentos de Implementação

Os instrumentos dessa Política estão assim estruturados:

Fortalecimento dos programas de habitação de interesse social existentes, adequando-os às especificidades da realidade do Semiárido Cearense;

Ampliação da disponibilização de recursos para garantir empréstimos a juros baixos;

Criação de programas de qualificação de trabalhadores para a construção civil e estímulo a um amplo programa de substituição de casas de taipa por alvenaria, construção de fossas sépticas no meio rural, fogões ecológicos e cisternas para o quintal verde;

Resgate de formas tradicionais de construir, adaptando e desenvolvendo tecnologias modernas, bioconstruções e construções baseadas em reciclagem de resíduos, por meio de cursos, oficinas e mutirões, reunindo pessoas detentoras do conhecimento e tecnologia a serem aplicados;

Elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

6.4.7 Política de Saneamento

6.4.7.1 Contextualização

- A restrição aos serviços de saneamento básico no Ceará não se dá apenas em decorrência de sua escassez; mas, também, pela desigualdade socioeconômica da população. Há falta de prioridade no atendimento da população rural, agregada e difusa e de baixa renda, e não existe uma lei estadual que estabeleça uma política pública de saneamento para o Estado.
- A água armazenada nos reservatórios está ameaçada pelo mau uso, por parte da população e pela ausência de saneamento básico (esgotamento sanitário, destino do lixo), o que contribui para a poluição e perda de qualidade da água. Além dos problemas de qualidade, nota-se, ainda, uma perda considerável na sua distribuição, tanto pelo desperdício quanto pelo furto, através de ligações clandestinas.
- As pequenas localidades e a população difusa do meio rural não foram beneficiadas pelo processo de integração e regionalização dos serviços, encontrando-se alijadas da evolução de atendimento. Assistidas na infraestrutura de saneamento urbano, ocorrida nas últimas décadas, enfrentam dificuldades para viabilizar economicamente a provisão dos serviços, por não disporem da economia de escala existente nos centros metropolitanos. Por isso, essa população permanece na vulnerabilidade extrema, da qual a dependência recorrente ao carro-pipa é figura emblemática.
- A qualidade da água usada por essa população, destinada ao abastecimento e a outros usos, não é monitorada e nem sempre provêm de fontes confiáveis, principalmente quando não há sistema de abastecimento domiciliar. Como exemplo, cita-se o caso das águas fornecidas pelos carros-pipa (garantia de qualidade duvidosa, sendo em alguns casos poluídas); das águas de cisternas (poluição e deficiência mineral); assim como das águas disponibilizadas em diversos projetos de abastecimento.

- No Ceará, 76,84% da população não têm esgoto tratado (Fundação Getúlio Vargas e Organização Não-Governamental Trata Brasil). Da população submetida a essa realidade, o atendimento ainda é mais precário em relação à população rural difusa.
- A operação e a manutenção dos sistemas autônomos e alternativos de abastecimento das pequenas localidades são deficitárias e de difícil sustentabilidade. Há poucas experiências com modelos de gestão apropriados e viáveis para sistemas de abastecimento que atendam a localidades abaixo de 50 famílias. Nesses casos, mesmo as experiências positivas de gestão realizada pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) se referem a núcleos populacionais maiores, que garantem sua sustentabilidade.
- Em relação aos carros-pipa, constata-se que o número de comunidades abastecidas por eles permanece significativo. Em 2007, 1.588 comunidades, correspondentes a mais de 47 mil famílias em 56 municípios, foram atendidas por carros-pipa, segundo informações da Defesa Civil do Ceará, em 2008. Para as populações difusas, a dependência da água trazida pelos carros-pipa é grande, mesmo se sabendo que essas águas não têm garantia de qualidade nem de quantidade.
- O estabelecimento de proposições para a Política de Saneamento, referentes às pequenas localidades e populações rurais, foi realizado tomando por base os programas do Pacto das Águas, no qual esse tema foi amplamente discutido e pactuado. Acrescentaram-se ao que ali consta as complementações apresentadas durante as discussões e formulações realizadas durante o processo de construção do Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense.
- No contexto do Pacto das Águas quatro programas e um modelo de gestão foram apresentados e pactuados com o objetivo de atender ao desafio de universalizar os serviços de saneamento, com eficiência e qualidade, para toda a população do Estado, assim explicitados: Planos Municipais de Saneamento; Sistema Integrado de Saneamento; Plano Integrado para Garantir Água para Múltiplos Usos à População Difusa; e Modelo de Gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água para as Populações Rurais, conforme descrito no Anexo 1.

6.4.7.2 Objetivos

A Política de Saneamento tem como objetivos:

- Instituir iniciativas de universalização do atendimento do saneamento básico, aumentando a oferta com qualidade e garantindo acesso à população de baixa renda e às pequenas comunidades;
- Elaborar e implementar planos de saneamento básico estadual, regionais e municipais;

- Garantir à instituição e funcionamento de consórcios intermunicipais para a gestão de aterros sanitários, coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos em todo o Estado;
- Garantir água em quantidade e qualidade para a população rural aglomerada e difusa, de forma racional e sustentável;
- Construir modelo de gerenciamento dos sistemas de abastecimento das populações rurais estruturados com base na experiência adquirida do Sisar e na integração progressiva dos sistemas existentes para todo o território cearense.

6.4.7.3 Diretrizes

São diretrizes da Política de Saneamento:

- Fortalecimento das institucionalidades responsáveis pelo Saneamento Básico no Estado;
- Planejamento e implementação de programas, projetos e ações que viabilizem a integração dos setores municipais, estaduais e federais que atuam no subsetor de Saneamento Básico;
- Desenvolvimento de modelo de gerenciamento dos sistemas de abastecimento das populações rurais, fundamentado nos princípios da sustentabilidade global na operação e manutenção, na universalização da hidrometração, na cobrança pela água tratada, na participação das organizações de usuários na concepção e gestão dos projetos e na subsidiariedade;
- Promoção de estratégias para estimular a formação e o funcionamento de Consórcios Intermunicipais de Aterros Sanitários, garantindo a Coleta Seletiva dos Resíduos Sólidos à População Rural e a Criação de Polos de Reciclagem;
- Promoção do controle sistemático da qualidade da água para consumo, distribuída por Soluções Alternativas Coletivas-SAC.

6.4.7.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação da Política de Saneamento são descritas a seguir.

6.4.7.4.1 Legais

As proposições legais estão assim estruturadas:

- Elaboração de Projeto de Lei da Política Estadual de Saneamento;

- Inclusão da Coleta de Resíduos Sólidos da Zona Rural no Benefício do ICMS Ecológico;
- Efetivação da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.4.7.4.2 Institucionais

As proposições de natureza institucional são assim especificadas:

- Concepção e implementação de um modelo universal de gestão para os pequenos sistemas de abastecimento;
- Ampliação do quadro de pessoal, integrado por equipes técnicas multidisciplinares, capacitadas a garantir a implementação e o acompanhamento dos programas para a universalização do saneamento básico;
- Elaboração de Plano Estadual de Saneamento;
- Elaboração de Planos Municipais de Saneamento;
- Realização de diagnóstico da população rural (inclusive a difusa), especificando suas necessidades/demandas em termos de abastecimento hídrico, obedecendo a Termo de Referência Padrão que confere ênfase à gestão simplificada;
- Realização de diagnóstico hidroambiental por bacia hidrográfica e identificação das possíveis fontes hídricas, depósitos sedimentares com potencialidades hídricas, para atendimento dos diferentes núcleos habitacionais e atividades produtivas;
- Desenvolvimento de sistemática de Supervisão, Controle e Avaliação de Aterros Sanitários e Polos de Reciclagem;
- Publicação nas contas de água de informações aos consumidores sobre qualidade da água;
- Ampliação e implementação do Plano de Ações de Convivência com a Seca-PACS;
- Criação de Comitê Gestor-CG do Estado, encarregado de disciplinar a integração das ações municipais, estaduais e federais de abastecimento de água para usos múltiplos pela população rural.

6.4.7.4.3 Instrumentos de Implementação

Os instrumentos de implementação da Política de Saneamento estão assim estruturados:

Elaboração e execução de projetos de construção e recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado, com ligação domiciliar hidrometrada, manancial com garantia hídrica, tratamento adequado, reservação, energia elétrica (captação e Estação de Tratamento de Água-ETA) e padrões de saneamento;

Desenvolvimento de programas de implantação de cisternas para consumo humano e suporte à produção, construção e recuperação de poços profundos e aluvionares, construção de pequenos e médios açudes, adutoras, implantação e recuperação de dessalinizadores;

Desenvolvimento de programas integrado por ações de captação e manejo das águas pluviais nas áreas urbanizadas;

Elaboração de Projetos Executivos de Aterros Sanitários, promoção de sua implantação, com a respectiva gestão dos Consórcios Intermunicipais para gestão dos Aterros Sanitários, tomando por base a mobilização dos municípios;

Desenvolvimento de programa de capacitação e suporte técnico sistemático às equipes técnicas dos Consórcios Intermunicipais para gestão dos Aterros Sanitários;

Estruturação de um banco de dados georreferenciado sobre a população difusa e garantia de estrutura organizacional que permita a atualização permanente dos dados;

Fortalecimento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo da população difusa – VIGIÁGUA;

Desenvolvimento de ações de educação ambiental, com apoio e participação das comunidades, desde a escolha até a construção e gestão da infraestrutura hídrica, do sistema de abastecimento e esgotamento sanitário e da coleta de lixo;

Ampliação e fortalecimento dos programas de educação e saúde, distribuição de hipoclorito de sódio e estímulo à desinfecção domiciliar da água nas localidades que não possuam água tratada.

6.5 DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE

6.5.1 Contextualização

De acordo com o documento “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará: Proposta de um Plano de Ação para 2011-2020”, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará-SECITECE, o redirecionamento da economia do conhecimento para o desenvolvimento social economicamente sustentável do Estado aponta para o avanço em políticas de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior (CTI&ES) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essas políticas são essenciais à melhoria da produtividade e aos ganhos de competitividade da indústria cearense, assim como ao fortalecimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Seu foco está voltado para o apoio aos grupos já consolidados e para os grupos emergentes, tendo-se sempre como pressuposto básico a inclusão social e consequente erradicação da pobreza.

O citado documento destaca a necessidade de compreensão por parte do Governo Estadual de que nenhum segmento da economia cearense poderá prescindir do aporte de C,T&I, como instrumentos estratégicos ao seu desenvolvimento. Tais instrumentos constituem os componentes fundamentais da concepção de políticas

públicas estruturantes e transformadoras da realidade socioeconômica do Estado do Ceará.

O Ceará é um dos quatro estados da federação que não dispõe de uma Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA). A empresa responsável pela produção de ciência e tecnologia para o setor agropecuário no Estado – a EPACE, vinculada à SECITECE, foi extinta em março de 1988. A partir de então, a pesquisa agropecuária no Ceará vem sendo realizada somente por instituições federais, como a Embrapa – por intermédio de dois Centros de Pesquisa (o de Agroindústria Tropical e o de Ovinos e Caprinos) e a Universidade Federal do Ceará-UFC. Ambas as unidades da Embrapa atuam com focos estabelecidos em seus planos diretores, alinhados às suas respectivas categorias de centros temáticos e de produtos, respectivamente. A UFC dispõe de apenas uma base física experimental.

As demandas da agropecuária cearense extrapolam as missões dos dois centros de pesquisa da Embrapa. A agropecuária cearense requer soluções de problemas e gargalos para a bovinocultura, suinocultura, ovinocultura, culturas alimentares (arroz, milho, feijão, mandioca) e carcinicultura, entre muitas outras. Todos esses produtos são pesquisados por centros de pesquisa da Embrapa, localizados em outros estados brasileiros, cuja transferência de tecnologia (pesquisa adaptativa) necessita de uma entidade de pesquisa, ou de extensão tecnológica, que atue como ponte para os produtores usuários finais das soluções tecnológicas. Portanto, constitui uma necessidade e um grande desafio a criação de uma OEPA, que estabeleça uma Agenda de Pesquisa para o Semiárido e que coordene as ações de P, D & I.

Outros desafios estão colocados para CT&I no Estado. Os cenários das mudanças climáticas constituem um outro grande desafio, sendo necessária a realização de estudos destinados à geração de conhecimentos técnicos e científicos que contribuam para a mitigação e a adaptação dos efeitos das mudanças climáticas às atividades agrícolas e aos recursos naturais. Devem ser realizados ainda estudos de manejo dos sistemas produtivos, manejo do solo e da vegetação, para combater a degradação ambiental e a desertificação, assim como a ampliação do setor de biocombustíveis, para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Outro grande desafio diz respeito à internalização da cultura de inovação nas instituições de P, D&I, enfatizando a difusão do conhecimento.

No contexto da Política Estadual de Ciência e Tecnologia, o fortalecimento da Funceme é fundamental para o desenvolvimento de modelos de mudanças climáticas, o estudo das vulnerabilidades dos impactos e das adaptações a essas mudanças, o monitoramento e avaliação dos recursos ambientais e condições geoambientais, a integração das redes de coleta, análise e processamento de dados ambientais, bem como a elaboração de um plano integrado para garantir água para múltiplos usos e à população rural difusa.

É necessário, também, fazer um alinhamento das instituições de P&D com as linhas de pesquisa relacionadas à Agenda Estratégica de Pesquisa para a Região Semiárida do Ceará, bem como realizar um levantamento (portfólio) das tecnologias geradas pelas instituições de pesquisa.

Todas essas lacunas e desafios apontam para a necessidade de conceber políticas públicas estruturantes e transformadoras da realidade do Semiárido, tendo por fundamento o desenvolvimento científico e tecnológico.

6.5.2 Objetivos

A Política de Desenvolvimento e Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos para a Convivência com o Semiárido Cearense tem por objetivos:

- Expandir e consolidar institucionalmente o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, criando uma instituição de pesquisa agropecuária e fortalecendo as demais instituições existentes;
- Fortalecer e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Ceará nos setores da agropecuária, do clima, dos solos, dos recursos hídricos e da matriz energética;
- Incentivar e financiar a formação de pessoal de alto nível para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado em setores fundamentais à Convivência com o Semiárido, tais como: clima, solo, agropecuária, recursos hídricos e matriz energética;
- Promover a articulação entre as instituições de pesquisa locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como o alinhamento das linhas de pesquisa de interesse para o desenvolvimento do Semiárido, estabelecendo, também, uma Agenda de Pesquisa;
- Fortalecer e apoiar a difusão de tecnologias estratégicas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido;
- Instituir o sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, garantindo a articulação e o acesso pelos agricultores das políticas de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido;
- Incentivar e Financiar a Formação do extensionista agrícola com foco em tecnologias e metodologias, considerando o agricultor e outros agentes produtivos como atores da convivência;
- Promover a articulação entre Instituições de Pesquisa e de Extensão na forma de um Programa, considerando o conjunto integrado dos agricultores e demais agentes produtivos para a adequação das tecnologias.

6.5.3 Diretrizes

A Política objeto do presente Eixo Temático está pautada pelas seguintes diretrizes:

- Expansão institucional do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação: criação de uma Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA);
- Consolidação Institucional do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação: fortalecimento da Funceme, da FUNCAP e do NUTEC;
- Implantação do Sistema Estadual de ATER e do Plano Estadual de ATER;
- Fortalecimento à Inovação Tecnológica nos setores da agropecuária, dos recursos hídricos, do clima, do solo e da matriz energética;

- Incentivo à formação de pessoal de alto nível para a pesquisa científica básica e aplicada em setores fundamentais à convivência com o Semiárido Cearense, com o fortalecimento das Instituições Públicas de Ensino Superior – Federais e Estaduais;
- Incentivo à formação de quadro de extensionistas capacitados em metodologias e tecnologias para a Convivência com o Semiárido;
- Articulação entre instituições de pesquisa locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Articulação institucional a partir da formação de programa que integre e promova as ações de pesquisa e extensão com os agricultores, desde a demanda à adequação tecnológica e às realidades locais;
- Identificação e formação de uma rede básica de instituições de pesquisa e elaboração de um Plano de ciência e tecnologia para o Semiárido;
- Incentivo à pesquisa e à difusão de tecnologia baseada na agroecologia, na valorização do conhecimento tradicional e na recuperação das áreas degradadas;
- Fortalecimento e divulgação das ações de extensão tecnológica e sua integração com apoio à difusão de tecnologias estratégicas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido Cearense;
- Fortalecimento de ações de pesquisas voltadas para as atividades não-agrícolas no meio rural, com identificação, estruturação e estabelecimento de prioridade;
- Alinhamento das Instituições de P&D e de Fomento do Estado com uma Agenda Estratégica Proposta.

6.5.4 Proposições

As proposições (legais e institucionais) e os instrumentos de implementação da Política de Desenvolvimento e Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos para a Convivência com o Semiárido Cearense são especificados a seguir.

6.5.4.1 Legais

As proposições legais estão resumidas à criação de um grupo parlamentar do Estado do Ceará para, juntamente com a bancada nordestina, agilizar junto ao Governo Federal a criação e a regulamentação do Fundo Caatinga, para subsidiar pesquisas e difusão de tecnologias voltadas para a Convivência com o Semiárido.

6.5.4.2 Institucionais

As proposições dessa natureza estão, assim, estruturadas:

- Criação, no âmbito do Estado do Ceará, de uma Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA), que possibilite (execute) o planejamento, a formulação, a implementação, a avaliação e a gestão de políticas e estratégias de ciência e tecnologia;
- Reestruturação e fortalecimento da Funceme, como instituição geradora de estudos e pesquisas básicas e aplicadas para o Semiárido e de desenvolvimento de modelos de mudanças climáticas, permitindo o estudo das vulnerabilidades, dos impactos e das adaptações a essas mudanças;
- Reestruturação e fortalecimento da Ematerce, como instituição responsável pela prestação e coordenação dos serviços de ATER, com garantia de continuidade e de permanência;
- Incentivo à criação, na esfera da Funceme, de um Centro Regional de Excelência com infraestrutura adequada para a coleta de dados, monitoramento, previsão e emissão de alertas contra eventos extremos na Região Semiárida;
- Ampliação da concessão de recursos, por meio de editais e chamadas públicas, para a realização de pesquisa aplicada e inovação, bem como a ampliação das formas de aplicação do Fundo de Inovação Tecnológica do Ceará-FIT;
- Articulação com universidades nacionais e internacionais no contexto de programa para a Formação de Pesquisadores de Alto Nível, nos setores de agricultura, recursos hídricos, clima, solo, e meio ambiente, para suprir a expansão e a consolidação institucional do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação;
- Incentivo à criação de programas de intercâmbio institucional com Institutos de Pesquisa e Universidades de outros países, ao nível de pós-doutorado e de doutorado, com o propósito de permitir a realização de projetos internacionais de pesquisa para a solução de problemas inerentes ao Semiárido Cearense, com a aplicação de metodologias avançadas de pesquisa, principalmente nas áreas de meteorologia e climatologia;
- Fortalecimento das atividades de extensão e difusão de tecnologias da Ematerce, dos setores de extensão das universidades e dos institutos tecnológicos, favorecendo a difusão e absorção de novas tecnologias, que auxiliem a inovação tecnológica de Arranjos Produtivos Locais, nos setores de grande importância para o desenvolvimento sustentável do Semiárido (recursos hídricos, meio ambiente, clima e agricultura);
- Desenvolvimento de ações orientadas para o estabelecimento de programas e projetos de apoio e difusão de tecnologias estratégicas nos setores fundamentais às demandas do Semiárido Cearense: recursos hídricos, meio ambiente, clima e agricultura;
- Reestruturação da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP, ajustando sua estrutura de funcionamento à nova configuração do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado;

- Incentivo à pesquisa e implementação de tecnologias básicas adequadas às potencialidades do Semiárido, como as seguintes: fenação, silagem e outros, barragens subterrâneas, captação de água in situ, compostagem, adubação orgânica, plantio direto, criação de pequenos animais e construção de cisternas, com suporte da assistência técnica.

6.5.4.3 Instrumentos de Implementação

A Política de Desenvolvimento e Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos para a Convivência com o Semiárido Cearense tem sua estruturação baseada nos seguintes instrumentos de implementação:

Aproveitamento dos conhecimentos técnicos e práticos disponíveis na Embrapa e Ematerce, dentre outras instituições;

Desenvolvimento de projetos de formação de multiplicadores através das Universidades, da Embrapa, OEPA, ONG e instituições de ATER, provedoras de conhecimentos validados sobre a Convivência Sustentável com o Semiárido;

Aporte de recursos pelas entidades de fomento, como o BNB, via ETENE, Ambiente de Fundos, Fundos Setoriais, para o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia voltado para as especificidades do Semiárido;

Efetivação do Fundo Caatinga, para ações de pesquisa e difusão de tecnologias voltadas para a Convivência Sustentável com o Semiárido;

Desenvolvimento de projetos financiados ou apoiados com recursos não reembolsáveis, administrados por entidades públicas (como as gestoras do Fundo Caatinga e de outros Fundos);

Realização de articulações com instituições de pesquisa locais, regionais, nacionais e internacionais, orientadas para a ampliação e modernização dos sistemas de comunicação, geração de informações, coleta, armazenamento, distribuição de dados e monitoramento nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente e meteorologia;

Estímulo às atividades de ensino e pesquisa em Convivência Sustentável com o Semiárido e em meteorologia tropical nas Universidades e Institutos de Pesquisa;

Instalação e funcionamento, na Funceme, da “Sala de Situação”, com multimídia e acesso rápido às informações, monitoramento contínuo das estruturas de coleta de dados (estações meteorológicas automáticas, satélites, radar, etc.), integrada ao sistema de videoconferência;

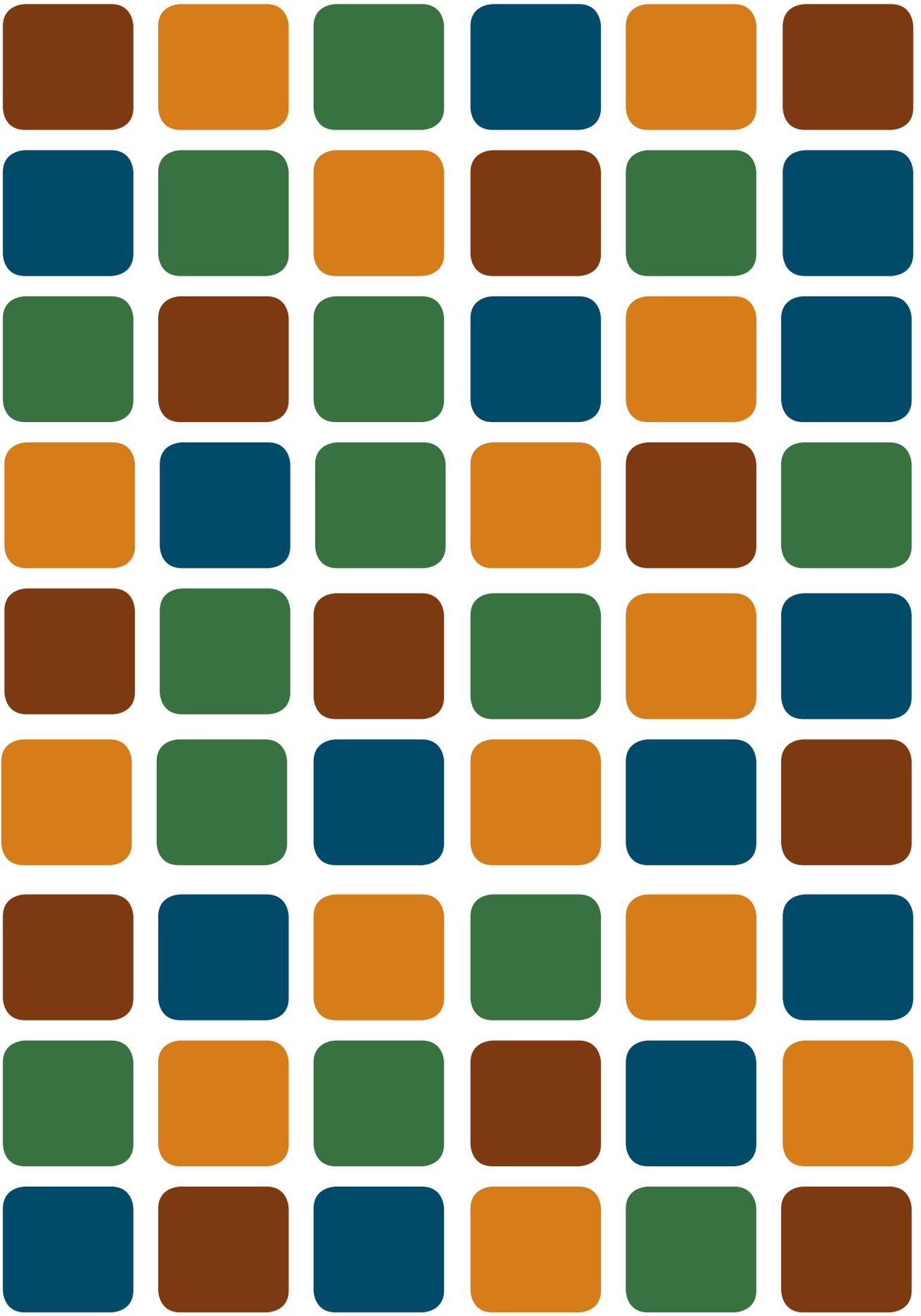
Estabelecimento de uma Agenda Estratégica de Pesquisa para a Região Semiárida do Ceará e realização do alinhamento das instituições de P&D que atuam no Estado com as linhas de pesquisa dessa Agenda;

Criação de uma rede regional de coleta de informações e dados de Convivência com o Semiárido;

Internalização dos princípios e diretrizes norteadores da PCSC nos municípios cearenses, nas instituições públicas do Estado e em organizações da sociedade civil.



**PROVIDÊNCIAS PARA
ELABORAÇÃO DO
ARCABOUÇO LEGAL DA
POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA
COM O SEMIÁRIDO CEARENSE**



7. PROVIDÊNCIAS PARA ELABORAÇÃO DO ARCABOUÇO LEGAL DA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE

A proposta aqui apresentada representa um esforço memorável das instituições que, articuladas pelo **Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense**, formularam orientações para o desenvolvimento do Semiárido Cearense. Entretanto, este é apenas o primeiro passo para que as ações esperadas possam ser implementadas efetivamente.

O conjunto de proposições aqui apresentadas deverá transformar-se em um instrumento legal que ofereça garantias para sua implementação. A providência inicial deverá ser a constituição de uma **Comissão Especial** no âmbito da **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará** para, com base neste documento, elaborar a proposta de uma **Política Estadual** estabelecendo, **por Lei**, a **Convivência com o Semiárido Cearense**.

De acordo com o que foi proposto no **Plano Estratégico dos Recursos Hídricos** por ocasião do **Pacto das Águas** – embrião deste documento – a **Assembleia Legislativa** deverá instalar uma **Comissão Especial**, constituída de parlamentares da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido e do **Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará** para, a partir da presente proposta indicativa, elaborar o **Projeto de Lei** em questão.

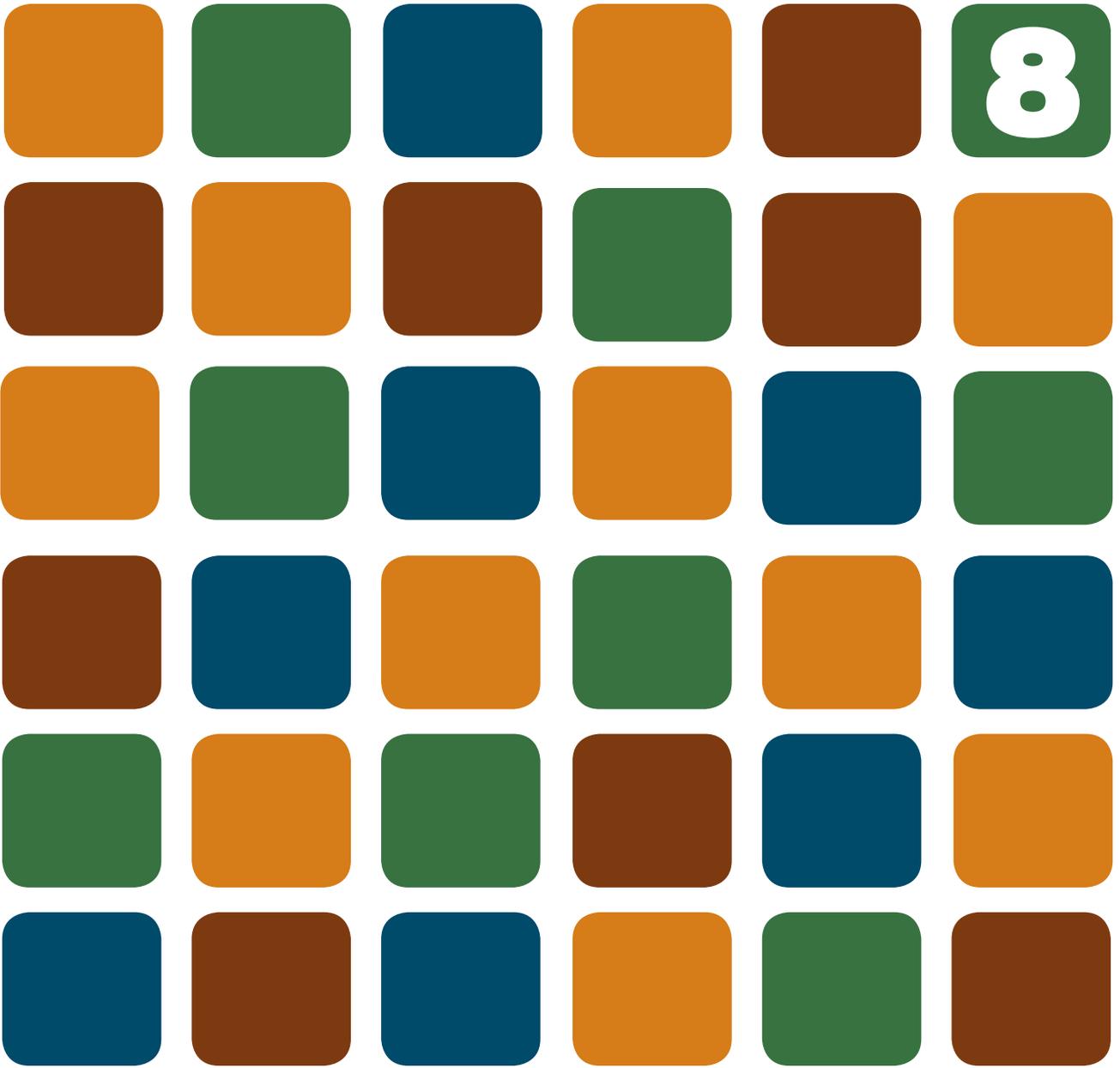
Para tanto, a **Comissão Especial** deverá contar, em sua assessoria com consultores na área jurídica e especialistas nas diversas áreas para, no prazo de seis meses, a contar da data de constituição da Comissão, entregar ao processo legislativo a proposta de Projeto.

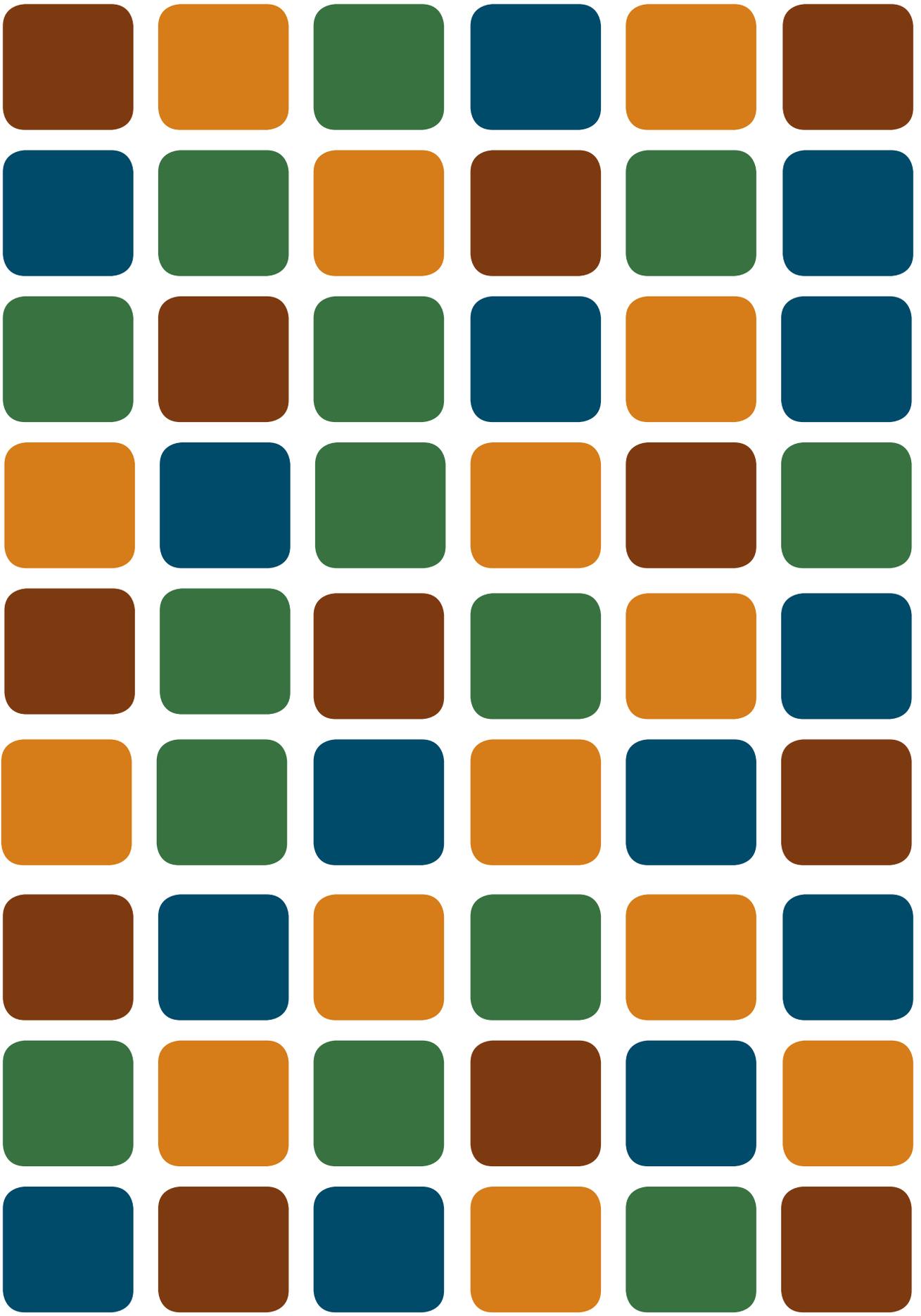
Na elaboração do Projeto deverão ser utilizados como subsídios, além da proposta aqui apresentada e do arcabouço jurídico Estadual e Federal:

- **Cenário Atual do Semiárido Cearense, elaborado pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos;**
- **Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará: Pacto das Águas, elaborado pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos;**
- **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-CE), elaborado pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará;**
- **Documentos Finais do I ENED – I Encontro Nacional de Enfrentamento à Desertificação, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente;**
- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-PDSA, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional;**
- **O Desenvolvimento do Nordeste como Projeto Nacional (Roberto Mangabeira Unger, 2009).**

Além da criação da **Comissão Especial** para a elaboração do **Projeto de Lei**, outras providências necessitam ser tomadas de modo a permitir a implementação das ações necessárias:

- Articulação das bancadas legislativas do Estado e no Congresso Nacional para a aprovação da **Lei Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense**, na **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**, e incorporação das modificações na legislação Federal, necessárias ao seu fortalecimento;
- Articulação dos Gestores do Executivo Estadual com as demais esferas administrativas Federais e Municipais, bem como dos demais Estados inseridos na Região Semiárida, para a adequação de programas e projetos compartilhados que contemplem as orientações aqui elencadas;
- Mobilização da Sociedade Civil para a aprovação da **Lei Estadual** e estruturação de experiências exitosas, na forma de programas, projetos e ações que orientem os órgãos públicos na implementação das ações identificadas como adequadas à convivência com o Semiárido Cearense.





ANEXO 1. PROGRAMA DO MODELO DE GESTÃO DOS PEQUENOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA AS POPULAÇÕES RURAIS

OBJETIVO GERAL

Implantar um modelo único de gerenciamento dos sistemas de abastecimento das populações rurais, construído com base na experiência adquirida pelo Sisar e na integração progressiva dos sistemas existentes, para todo o território Cearense.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Princípio da sustentabilidade global operação/manutenção. É cobrada a tarifa pela água consumida em todos os sistemas, mas o superávit dos sistemas maiores serve para subsidiar os sistemas menores;

Universalização da hidrometração. Todas as ligações serão hidrometradas;

Cobrança pela água tratada em todos os sistemas. Será utilizada uma tarifa única para o consumo mínimo ao nível do Município e tarifação progressiva com o crescimento do consumo;

Princípio do reforço da participação das organizações de usuários. A participação da comunidade deve ser garantida desde a concepção dos projetos (escolha da fonte, do tipo de sistema) até o modo de gestão e operação. A escolha final do sistema implantado deve contemplar as necessidades apontadas pela comunidade (em termos de quantidade, qualidade e modo de gestão);

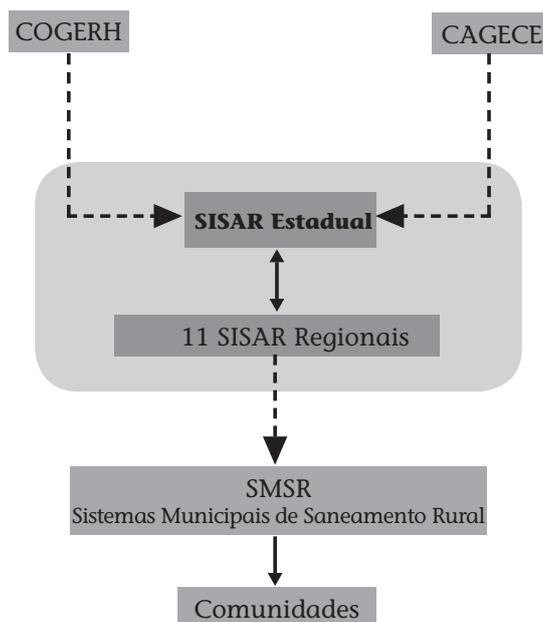
Princípio de subsidiariedade. Tudo que pode ser resolvido, gerenciado, decidido localmente, deve ser feito localmente, desde que não interfira com os escalões superiores do sistema;

Princípio do investimento externo para novos projetos. A tarifa cobrada não deve ser usada para implantação de novos sistemas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A proposta de modelo de gestão para os sistemas de saneamento rurais é integradora (Estado, Bacias, Municípios, Comunidades), embasada numa gestão compartilhada poder público / sociedade e abrangente para todo o Estado do Ceará.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MODELO DE GESTÃO PROPOSTO



A responsabilidade da gestão é dos Municípios, cabendo ao Estado incentivar a implantação em todos eles de um sistema municipal de saneamento rural sustentável, atendendo as necessidade das comunidades rurais do Município. A gestão dos sistemas comunitários é compartilhada entre a associação da comunidade e o ente municipal responsável pelo Sistema Municipal de Saneamento Rural (SMSR). Cada Município criará um fundo municipal para universalização do saneamento rural. O objetivo desse Fundo é duplo: garantir a operação e manutenção dos sistemas comunitários de saneamento e subsidiar os sistemas comunitários deficitários. O fundo municipal receberá recursos da Prefeitura Municipal, por intermédio da Contribuição Municipal (CM) e uma porcentagem da tarifa cobrada.

Ao nível regional, 11 Sisar Regionais (um em cada bacia) serão responsáveis pela capacitação, orientação, monitoramento e acompanhamento dos sistemas municipais. O apoio à gestão municipal será dado pelo Sisar por meio de sua estrutura regional. O Sisar também apoiará a capacitação das comunidades. Os Sisar Regionais são também responsáveis pela cobrança da água consumida e pelo corte das ligações. Serão mantidos por uma porcentagem da tarifa.

Ao nível estadual, 1 Sisar Estadual será responsável pela coordenação e pelo acompanhamento dos Sisar Regionais e dará o seu parecer sobre a construção ou ampliação de novos sistemas de abastecimento e/ou tratamento no Estado. A estrutura do Sisar estadual será mantida pela Cagece e pela Cogerh, a quem ele prestará contas sobre o funcionamento da gestão do sistema de abastecimento das pequenas comunidades rurais.

RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

Cabe ao Município criar um Fundo Municipal de universalização do saneamento rural, cuja finalidade é dupla:

- pagar a operação e a manutenção dos sistemas comunitários (OM); e
- constituir e manter uma reserva estratégica (RE).

O Fundo Municipal de universalização do saneamento rural é constituído de uma percentagem da tarifa cobrada (%T) e da Contribuição Municipal (CM), que cabe ao município repassar ao Fundo.

RESPONSABILIDADE DO SISAR REGIONAL

Cabe ao Sisar Regional cobrar a tarifa T, que contribuirá para o fundo municipal (x % da arrecadação) e para a manutenção do Sisar regional (y % da arrecadação).

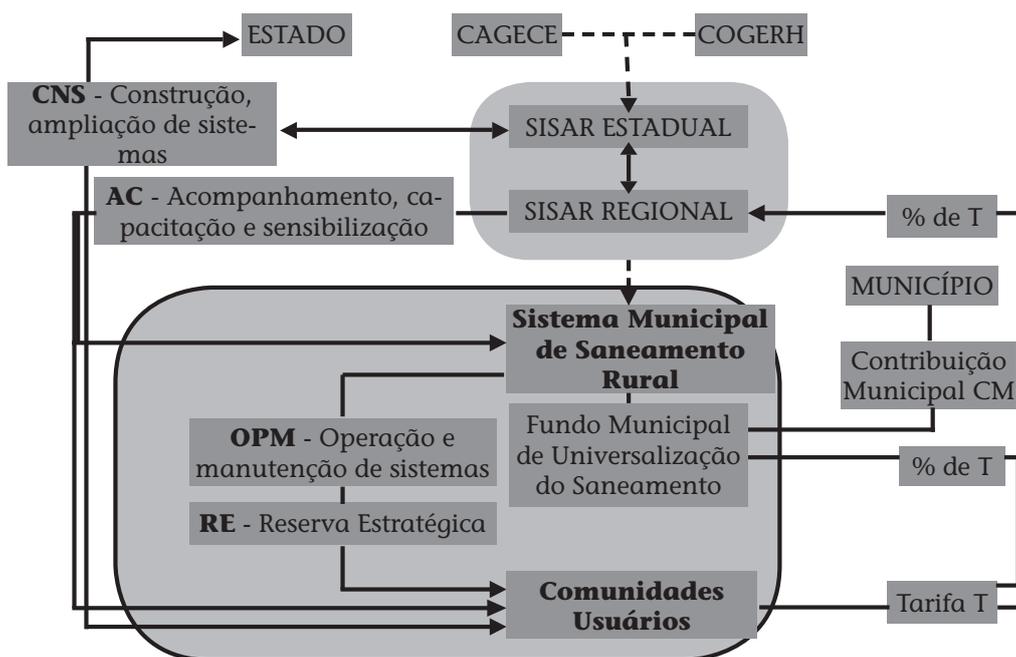
A capacitação, orientação, monitoramento e acompanhamento dos sistemas municipais são de responsabilidade do Sisar Regional.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Será da responsabilidade do Estado financiar a construção e/ou a ampliação de novos sistemas, financiar outras ações para aumentar a disponibilidade hídrica (por exemplo ações hidroambientais). Neste contexto, as ações do governo estadual em prol do abastecimento da população rural devem ser integradas a uma política global, embasada no princípio de uma visão territorial, a fim de não deixar vazios hídricos perto de comunidades abastecidas.

Para isso, será centralizada no Sisar Estadual, a supervisão da construção de novos sistemas. Os planos de construção para novos sistemas deverão passar pelo Sisar Estadual, quer as verbas sejam municipais, estaduais ou federais, para avaliação e parecer final, objetivando garantir a integração territorial das ações, o respeito ao padrão de qualidade técnica, social e ambiental e a participação da comunidade a ser beneficiada, garantindo a sustentabilidade da gestão dos sistemas de abastecimento. Nenhum novo sistema será construído pelo Estado se não se adequar aos padrões e se o município não se inserir no novo modelo de gestão de abastecimento rural.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FINANCEIRA DO MODELO DE GESTÃO PROPOSTO

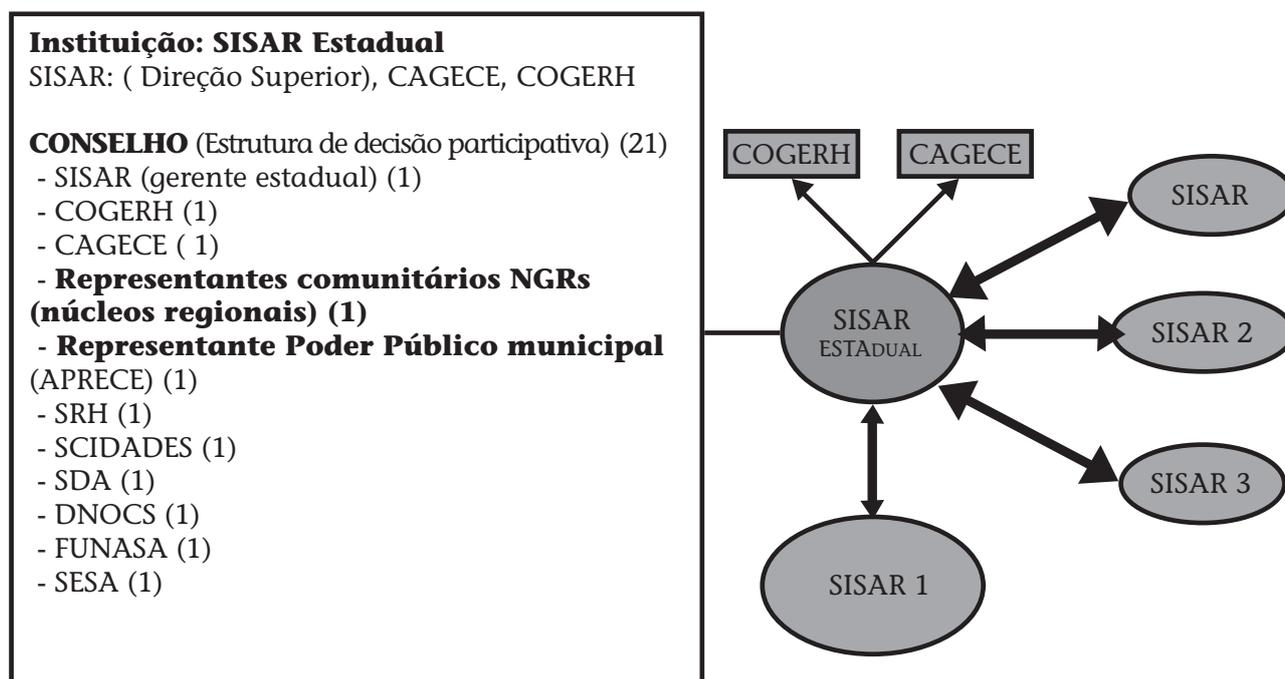


COMPOSIÇÃO DOS ENTES DO SISTEMA SISAR ESTADUAL

O Sisar Estadual será composto de uma gerência operacional e de um conselho (estrutura de decisão máxima, participativa).

- Composição da gerência: Sisar (Direção Superior), Cagece, Cogerh.
- Composição do conselho: 21 membros.
- 1 gerente estadual do Sisar Estadual; 1 representante da Cogerh; 1 representante da Cagece.
- 11 Representantes comunitários nos Sisar Regionais (1 em cada bacia).
- 1 Representante do Poder Público Municipal (Aprece).
- 1 representante de cada instituição (SRH, SCidades; SDA; DNOCS; Funasa; Sesa).

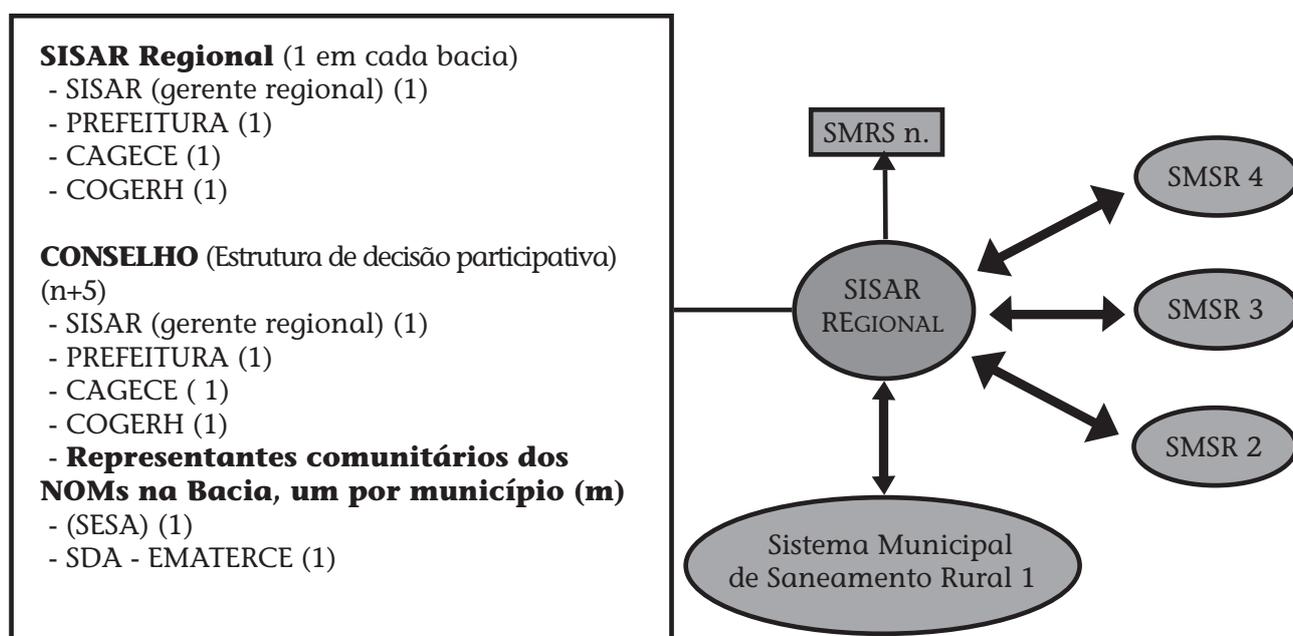
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AO NÍVEL ESTADUAL



SISAR REGIONAL

- O Sisar Regional será composto de uma gerência operacional e de um conselho (estrutura de decisão máxima, participativa).
- Composição da gerência: 1 Sisar (Direção Superior), 1 representante da Cagece, 1 Representante da Cogerh, 1 representante das n Prefeituras Municipais.
- Composição do conselho: 'n'+6 membros.
- 1 gerente regional do Sisar.
- 1 representante das Prefeituras.
- 1 representante da Cogerh; 1 representante da Cagece.
- 'n' Representantes comunitários dos n Sistemas Municipais de Saneamento Rural (1 em cada Município).
- 1 Representante do Poder Público municipal (Aprece).
- 1 representante da SDA (Ematerce local); 1 representante da Sesa.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AO NÍVEL REGIONAL



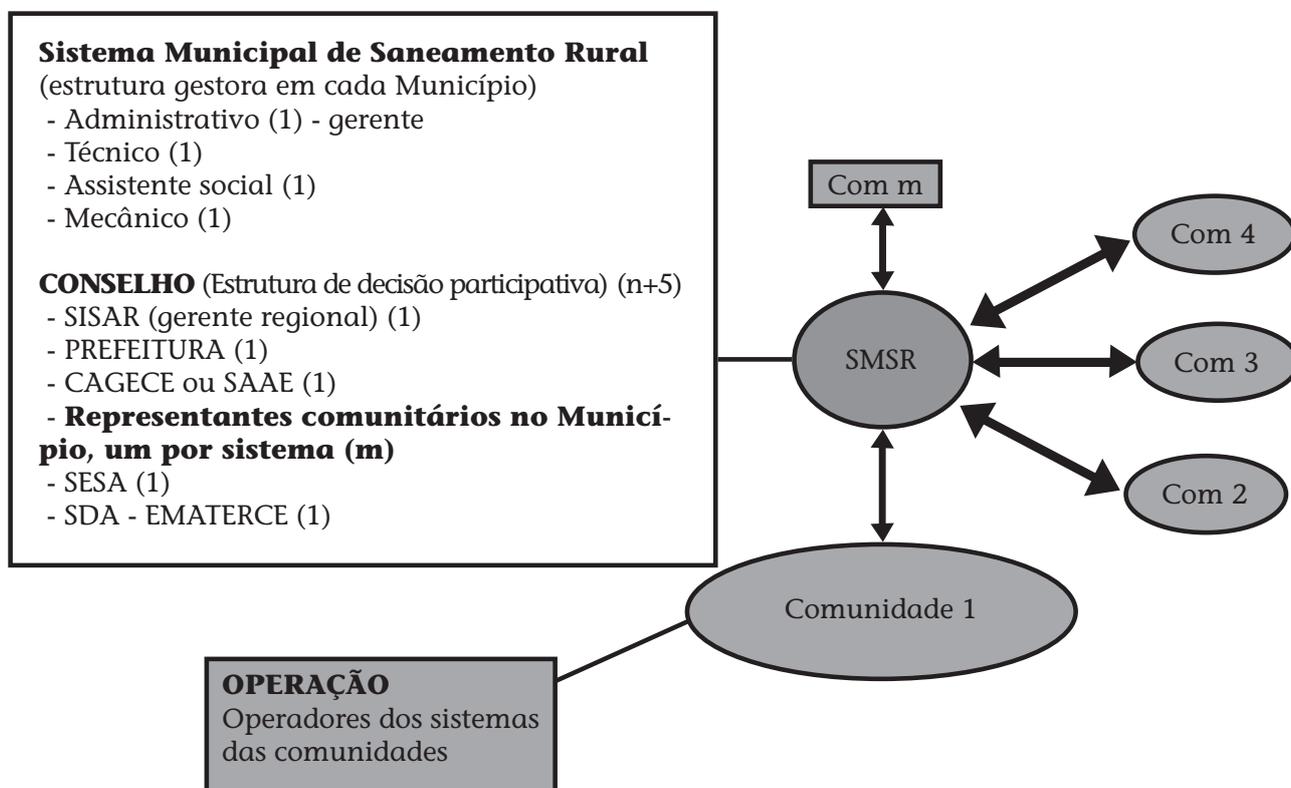
SMSR MUNICIPAL

O SMSR será composto de uma gerência operacional e de um conselho (estrutura de decisão máxima, participativa).

- Composição da gerência: 1 administrativo (gerente), 1 técnico, 1 assistente social, 1 mecânico (composição mínima indicativa).
- Composição do conselho: 'm'+ 6 membros.
- 1 gerente municipal; 1 representante da Prefeitura; 1 representante da Cagece ou SAAE.
- 'm' Representantes comunitários dos 'm' Sistemas Municipais de Abastecimento Rural (1 em cada comunidade).
- 1 Representante do Poder Público Municipal (Aprece); 1 representante da SDA (Ematerce local); 1 representante da SESA.

A operação dos sistemas de abastecimento nas comunidades é feita por operadores as próprias comunidades assalariados pela Prefeitura.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AO NÍVEL MUNICIPAL



CONCLUSÃO

Caberá a uma comissão multidisciplinar construir, a partir desta primeira proposta, um modelo universal, em nível do Estado, que contemple todos os tipos de sistemas de abastecimento humano (domiciliar, simplificado, sistema), garantindo o respeito às particularidades locais e o envolvimento forte de representantes dos usuários e do poder público municipal.

Somente assim, com uma estratégia participativa e descentralizada, poderá se viabilizar a construção de um modelo economicamente e sócio-politicamente viável, com a aceitação de todos.

ANEXO 2. RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPRESENTANTES QUE PARTICIPARAM DO PACTO PELA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO CEARENSE

23/09/2010 - Oficina Temática	“O papel da educação, das mídias e das políticas culturais na afirmação de uma cultura de convivência sustentável com o Semiárido Cearense”
15/10/2010 - Oficina Temática	“Desenvolvimento e Difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos para uma convivência sustentável com o Semiárido Cearense”
22/10/2010 - Oficina Temática	“Recuperação e Prevenção de Áreas em Processos de Desertificação e de Relevante Interesse Ambiental”
18/11/2010 - Oficina Temática	“Ampliar e Adequar o Acesso aos Serviços Básicos à População das Áreas Rurais e Pequenas Localidades”
30/11/2010 - Oficina Temática	“O Contexto Econômico do Semiárido Cearense”

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
1	Abdias Monteiro Filho	Ematerce								
2	Adahil P. Sena	Cogerh								
3	Adriana Madja dos Santos	Seduc								
4	Afrânio Maia Gurgel	Nutec								
5	Airley Freire Silva	SISAR/BME - Cagece								
6	Alessandro Antonio Lopes Nunes	Consea								
7	Alexandre Caetano da Silva	Arce								
8	Alexsandro Holanda de Oliveira	Ass. Cooperação Agrícola do Estado do Ceará								
9	Almino Tavares Medeiros	UFC								
10	Amanda Nogueira	Catavento								
11	Ana Cecy Braga Pontes	Conpam								
12	Ana Larisse de Medeiros Barros	Creas								
13	Ana Luiza de Andrade e Sousa	MDA								
14	Ana Luiza Maia	Nutec								
15	Ana Márcia Diógenes Paiva Lima	Unicef								
16	Ana Maria Lebre Soares	Funceme								
17	Ana Maria Guedes da Costa Bezerra	Ematerce								
18	Ana Paula Nunes de Lima Costa	Cagece								
19	Ana Paula S. Oliveira	PDHC								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
20	André Caminha	Abin								
21	André Macêdo Facó	Cagece								
22	Ândrea Carla Chaves Napoleão	Crede 9								
23	Ândrezza Neves da Cruz	SDA/Caucaia								
24	Angela Kúster	Fund. Konrad Adenauer								
25	Angelo Barroso	Prefeitura Municipal								
26	Antonia Claudia Guerra Almeida	Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos - Itatira								
27	Antonia Coêlho Ferreira	Crede 13								
28	Antônio Heleno dos Santos Monteiro	2ª CRES - Caucaia								
29	Antonio Alves Araújo	CBH Salgado								
30	Antônio Alzemar de Oliveira	Ematerce								
31	Antonio Evandro F. Lima Júnior	Cagece/SISAR								
32	Antônio Glauber Ribeiro Régis	Cagece								
33	Antonio Glaudenir Brasil Maia	UVA								
34	Antonio Ivan da Silva	MST								
35	Antônio José Praciano Sampaio	Ematerce								
36	Antonio Oliveira de Almeida	Ematerce								
37	Antonio Orlando de O. Nogueira	CRAS								
38	Antônio Renato Lima Aragão	Fiec								
39	Antônio Tibúrcio Eduardo da Silva	Câmara Municipal de Ererê								
40	Antonio Wilson de Pinho	P. M. Madalena								
41	Aurelino Barbosa da Silva	Sec. de Ag., Pec., Abastecimento e Meio Ambiente da P. M. Orós								
42	Auto Filho	Secult								
43	Bárbara Cyomara Fernandes Dutra	Sec. de Educação - Caridade								
44	Beatriz Malta	UFC								
45	Benício Diógenes da Silva	Ematerce - Baixo Jaguaribe								
46	Bráulio de Sá Magalhães	ADAO								
47	Cândido B. C. Neto	Secult								
48	Carla Maria Sales dos Santos	IPC								
49	Carlos Alberto Chaves de Araújo	BNB								
50	Carlos Dean Teixeira Barros	Cagece								
51	Carlos Eduardo Pires Sobreira	Casa Civil								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
52	Carlos Henrique Martins Ximenes	Cetrede								
53	Célia de Sousa Silva	DCECA								
54	Cícera Cristiany F. Tavares	Crede 19								
55	Claudemir Silva	SMA/Paraipaba								
56	Claudia Maria Rodrigues	Crede 3								
57	Cláudia Valéria Silva Melo	Sisar/BME - Cagece								
58	Clesley Maria Tavares	Encine								
59	Cristiane Cavalcante Alves	Sec. Ação Social/P.M. Ibicuitinga								
60	Danrley Cavalcante da Silva	Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Horizonte (Cj. Olho D'água)/EEM Raimundo Nogueira - Horizonte - CE								
61	Deputado Leonardo Pinheiro	Alce/Subcomissão do Semiárido								
62	Deputado Lula Morais	Alce								
63	Daniel Dantas Moreira Gomes	Ipece								
64	Daniel Raviolo	Comunicação e Cultura								
65	Daniel Sanford Moreira	SRH								
66	Daniel Vasconcelos Rocha	Sefor/Seduc								
67	Deiziane Lima Cavalcante	UFC								
68	Djalma Paiva Filho	Ibama								
69	Edinaldo Pinto de Souza	Sec. de Ag., Pec., Abastecimento e Meio Ambiente de Orós								
70	Ednardo Queiroz de Carvalho	Cagece								
71	Eduardo Gonçalves Lima	Cedec								
72	Eduardo Monte	Projeto SITIMI								
73	Edmundo Olinda Filho	S. Cidades								
74	Eduardo José Nunes Veloso	Funceme								
75	Eduardo Sávio Martins	Funceme								
76	Edward Sidney Andrade da Silva	Defesa Civil do Estado								
77	Elaine Cristina de Moraes Pereira	Fiec								
78	Elaine Lima Paiva	Aprece								
79	Eliene Leite Araújo Brasileiro	Aprece								
80	Elisa de Castro M. Ribeiro	Ipece								
81	Elizio Sampaio da Silva	FGV								
82	Elza Maria Goerch Accioly	Nutec								
83	Emanoel Cezar de Souza Alencar	Cagece								
84	Emanuel Itamar Lemos Marques	SDA								
85	Ênio Giuliano Girão	Embrapa/CNPAT								
86	Eraneide Andrade Maia	Cagece								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
87	Erlane Muniz de A. Martins	3ª Crede / Acaraú								
88	Etiênia Araújo da Silva	Projeto Dom Helder Câmara								
89	Eugênio Paccelli Maciel Albuquerque	Alce/CMS								
90	Expedito Fernando Carvalho Diógenes	Prefeitura Municipal de Jaguaribe								
91	Fábio Rodrigues de Miranda	Embrapa								
92	Fátima Feitosa	Fundação Bernardo Feitosa								
93	Felipe da Silveira Gadelha e Silva	Cagece								
94	Felipe Souza Pinheiro	Cetra								
95	Fernanda Maria Pindo Deres	P. M. Barroquinha								
96	Fernanda Marcos Barros	Cagece								
97	Fernão R. A. Sampaio	P. M. Guaramiranga								
98	Flávia Araújo Alves	Aprece								
99	Florence Mary Cavalcante Mourão Lobo	Idace								
100	Francisca Cristina do Nascimento	ASA/Cetra								
101	Francisca das Chagas Andrade de Moraes	Secult								
102	Francisca de Fátima da Silva	STDS								
103	Francisca Devani Medeiro	Secretaria do Meio Ambiente/ P.M. Brejo Santo								
104	Francisca Irene de Souza Mourão	Crede 1								
105	Francisca Jeanne Sidrim de Figueiredo	Urca								
106	Francisca Maria Oliveira Andrade	Unicef								
107	Francisco A. Marcelino Gonçalves	Instituto Agropolos do Ceará								
108	Francisco Alves de Souza	Ematerce								
109	Francisco Ari Maia Júnior	Uece								
110	Francisco Carvalho	Secitece								
111	Francisco Cartaxo Melo	Secretaria de Agricultura - Mauriti								
112	Francisco Celestino de Melo Júnior	BNB								
113	Francisco Clerto Alves da Silva	Crede 7								
114	Francisco das Chagas Soares	Adece								
115	Francisco de Almeida Chaves	Cogerh								

Participante	Instituição	Eventos									
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual	
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10			
116	Francisco de Assis Bezerra Leite	AEAC/Crea									
117	Francisco de Assis Castelo Branco de Lima	P. M. Redenção									
118	Francisco de Matos Arraes	Secult - Antonina do Norte									
119	Francisco Dermeval Pedrosa Martins	Ibama									
120	Francisco Edson Costa	Sec. Agr. Palhano									
121	Francisco Eliseu Andrade Joca	Prefeitura Municipal									
122	Francisco Everton de Farias Sousa	Cagece									
123	Francisco Ewerton Pimentel	Cagece									
124	Francisco Ferreira Pinho	Asses. do Colegiado Território da Cidadania dos Sertões do Canindé									
125	Francisco Franco de Abreu Pereira	UFC/Cetrede									
126	Francisco Furtado Guedes	Fed. das Assoc. E Entidades Comunitárias de Lavras da Mangabeira									
127	Francisco Henderson da Silva	Cagece									
128	Francisco Jardel Rodrigues da Paixão	Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceara - Centec									
129	Francisco João M. Juvêncio	Ibama									
130	Francisco José da Silva	Uece									
131	Francisco José Gomes do Nascimento	Sesa									
132	Francisco José Mendes Gifoni	Seplag/Ce									
133	Francisco Luís Gonçalves	Arce									
134	Francisco Luiz Ribeiro Neto	Alce									
135	Francisco Lomar Napoleão Ximenes	P. M. Maracanaú									
136	Francisco Márcio Cavalcante Pinheiro	CBH Acaraú									
137	Francisco Mardo Martins Parente	Sec. Mun. de Agricultura / P. M de Santa Quitéria									
138	Francisco Maurício Barbosa	CBH Salgado									
139	Francisco Maurício Teles Freire	Fundação SOS Chapada do Araripe									
140	Francisco Moraes	Secretaria de Saúde do Estado / 2ª Cres - Caucaia									

Participante	Instituição	Eventos											
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual			
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10					
141	Francisco Paulo Campos Lima	P. M. Palmácia											
142	Francisco Pérciles Correa Lima	SDA											
143	Francisco Reginaldo Costa Fernandes	P. M. Jaguaribe											
144	Francisco Rodrigues Passos dos Santos Júnior	Cogerh/Crateús											
145	Francisco Sérgio de Almeida Pinheiro	FAFIDAM											
146	Francisco Sérgio Carneiro Fontenele	P. M. Viçosa do Ceará											
147	Francisco Sérgio Palhano	P. M. Caucaia											
148	Francisco Teixeira	Cogerh											
149	Francisco Wellington Vieira	Ematerce											
150	Francisco Willames Arruda	Conpam											
151	Franco Martins	PDHC											
152	Gaudêncio Napoleão Meireles	Cagece											
153	George Êmerson Pereira Farias	Cagece											
154	Geová Camurça Rabelo Júnior	SASC											
155	Germilina Sousa Guimarães	Cagece											
156	Gerusa Maria de Sousa Fernandes	CMDS/Caridade											
157	Gianni Peixoto B. Lima	Cogerh											
158	Gilson Araújo dos Santos	Caritas/Crateús											
159	Gilmar Lopes Ribeiro	IFCE/CEFET											
160	Giovane Antonio Pina	P. M. Coreaú											
161	Gisa de Paula Rebouças Chagas	Semace											
162	Goretti de Fátima Ximenes Nogueira	SRH											
163	Glaíra Matos Cavalcanti Santos	Ematerce											
164	Glauber Gomes de Oliveira	SPA											
165	Gláucia Maria Reis de Norões	Sesa/Coprom/Nuvan											
166	Gleuba Carvalho	Funceme											
167	Glória Marinho	Cagece											
168	Guilherme Bittencourt Zimpeck	Cagece											
169	Helder dos Santos Cortez	Cagece/Sisar											
170	Helenildo de Oliveira Francelino	Cáritas Diocesana de Crato											
171	Heliane Aragão Pereira	Câmara Municipal do Crato											

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
172	Hélio Mesquita Filho	STDS								
173	Heloísa Maria M. Sousa	CMA								
174	Henrique Matias de Paula Neto	SDA								
175	Higo Carlos Nobre Cavalcante	Cagece								
176	Hildene Leonia de O. Bezerra	CRAS								
177	Hilmar Sérgio Pinto da Cunha	Alce/Subcomissão do Semiário								
178	Humberto de A. Fragoso	Ibama								
179	Isabelle de L. Alencar Noronha	Urca								
180	Irma Velasco	IDER								
181	Ivan Correia Sales	P. M. Caucaia								
182	Ivania Dal Pine	IDER								
183	Ivo Roniere Araújo Teixeira	Cagece								
184	Jaqueline Meneses de Andrade	SRH								
185	Jardiliny Lorainy Aristide Lucas	Aprece								
186	Jeniffer Almeida Silva	Cagece								
187	Jeruza Feitosa de Matos	Nutec								
188	Joana Marinho e Silva	Cagece/Sisar								
189	João Alves Torres	Cagece								
190	João B. O. Figueiredo	UFC								
191	João Batista Vianey Silveira Moura	Unifor								
192	João Bastos Bitu	Sec. Mun. de Agricultura e Recursos Hídricos / P. M. de São Benedito								
193	João Bosco de Oliveira	SDA								
194	João Gomes Assunção	SDA								
195	João Hélio Torres D'Ávila	UFC/CCA								
196	João Lúcio Farias de Oliveira	Cogerh								
197	João Prata Gil Pereira de Araújo	Embrapa								
198	Joãozinho Paz de Oliveira	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da P. M. de Russas								
199	Joaquim Favela Neto	SRH/Sohidra								
200	Joaquim Moreira Viana	Inovagri								
201	Jomávia Lacerda Correia	Cagece								
202	Jorge Kalil Neto	Cagece								
203	José Alberto de Almeida	DNOCS								
204	José Alexandre G. Lima	SFPA/MPA/CE								
205	José Amilton Odorico	BNB								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
206	José Augusto de Menezes	Alce/Gab. Dep. Lula Morais								
207	José Átila Autregésimo Telles	Cagece								
208	José Bartolomeu Cavalcante	SDA								
209	José César Pontes Moreira	UFC								
210	José Edmilson Gomes	P.M. Ibicuitinga								
211	José Edmilson Soares	FETRAF - CE								
212	José Edmundo Araújo Oliveira	P. M. Morada Nova								
213	José Ednart A. Carvalho	STDS								
214	José Edvaldo Silva	Pastoral da Criança								
215	José Euclides Pimentel Gomes	Cagece								
216	José Francisco de Matos	Crede 5								
217	José Gerardo Beserra de Oliveira	UFC								
218	José Humberto Pereira Da Silva	P. M. Nova Olinda								
219	José Ismar Parente	Secitece								
220	José Iraguaçu Teixeira Filho	Conpam								
221	José Ivo Santos Viana	Senge/CE								
222	José Jandui Maia	Prefeitura Municipal								
223	José Juracy Mota Lima	Crede 15								
224	José Lima Castro Júnior	SDA/CODEA								
225	José Luciano Sales	Inovagri								
226	José Maria da Costa	UVA								
227	José Maria de Carvalho	Seduc								
228	José Maria Freire	AEAC								
229	José Maria Marques de Carvalho	BNB								
230	José Milton Café de Lima	Cagece								
231	José Milton de Oliveira Filho	Cagece								
232	José Nilton Moreira	Embrapa								
233	José Otamar de Carvalho	Goeconômica - Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade								
234	José Pereira Rodrigues	Fetraece								
235	José Roberto P. Cavalcante	SDA								
236	José Sérgio Baima Magalhães	Adece								
237	José Willian Aquino de Sousa	Ematerce								
238	José Vicente Ferreira									
239	Josiel Siqueira Nunes Machado	P. M. Itaitinga								
240	Josualdo Justino Alves	Ematerce								
241	Juliana Maria Lima Correia	Cagece								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
242	Julien Burte	UFC/DENA								
243	Karala Rocha	Instituto Sheila Napoline								
244	Karina Kelly Sousa Dourado	SMTDS Jaguaruana								
245	Karla Karenina Sales Fernandes	Secult								
246	Kátia Guimarães Nepomuceno	Secretaria das Cidades								
247	Kleiton Rocha Saraiva	UFC								
248	Klézio Silva Monte	Cagece								
249	Laécio Bruno Costa Bezerra	Cagece								
250	Leão Humberto M. Santiago Filho	Sohidra								
251	Leilá de Souza Lopes	P M de Redenção								
252	Leila Maria da Silva Barbosa	Cagece								
253	Lene Peixoto	Secítece								
254	Liana de Holanda Nogueira	IFCE								
255	Licurgo Nakasu	UVA								
256	Liduína Carvalho Costa	SRH								
257	Lindalva Costa da Cruz	Seduc								
258	Lindinalva Oliveira da Cunha	Cáritas Croatá								
259	Lindomar Clayton de Sousa Freitas	Cagece								
260	Lucas Antonio de Sousa Leite	Embrapa								
261	Luciana F. de Sousa	Cogerh								
262	Luciana de Oliveira Rodrigues	Ipece								
263	Lúcio Franklin de Nóbrega Sousa	Cagece								
264	Lucivânia Figueiredo	Cogerh								
265	Liege Lima de Moraes Fracalossi	DNOCS								
266	Luís Alberto Aragão Saboia	Arce								
267	Luís Carlos Bastos Freitas	CPRM								
268	Luiz Carlos Rocha da Mota	SRH								
269	Luiz Correia Filho	Sesa								
270	Luiz de Gonzaga Bastos da Costa	SDA								
271	Luiz de Sousa Filho	Prefeitura de Maracanaú								
272	Luiz Pragmácio Telles Ferreira de Sousa	Aprece								
273	Luiz Vicente de Oliveira	CDTS								
274	Luiza Marilac Alves de Brito Silva	Alce								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
275	Magnólia Pinheiro Noronha	Ação Social Quixeramobim								
276	Manoel Cezario Peixoto	Alce/Com. de Meio Ambiente								
277	Manoel Saraiva Sobrinho	Prefeitura Municipal								
278	Manuel Bartolomeu Gomes de Almeida	Cogerh								
279	Manuel Chagas Ramos	AMA								
280	Manuel Rodrigues de Freitas Filho	Funceme								
281	Manoel Nazareno de Souza Torres	Seduc/Palmácia								
282	Marcello Di Felipe	IPC-Instituto de Permacultura do Ceará								
283	Marcel Oliveira Timbó	Cagece								
284	Márcia de Negreiros Viana	Nutec								
285	Márcia Lessa Fernandes	Sesa								
286	Marcílio Caetano de Oliveira	Cogerh								
287	Marco Aurélio D. Bonfim	Embrapa								
288	Marcos Antonio Vieira de Castro	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural								
289	Marcos Ferreira do Nascimento	Cagece								
290	Marcos Vinicius Assunção	SDA								
291	Marcondes Oliveira Silva	Ematerce								
292	Marden Rangel Oliveira	Cagece								
293	Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho	Funceme								
294	Margarida Pinheiro	Cetra								
295	Maria A. Marques	Crede 3								
296	Maria Aldemisia Gadelha	Funceme								
297	Maria Arlene Pessoa da Silva	Urca								
298	Maria Aurivania Teixeira da Rocha	Crede 7								
299	Maria Auxiliadora Silva Lima	P. M. São Gonçalo do Amarante								
300	Maria Célia Soares Mota Dias	Conselho Municipal de Educação								
301	Maria Cristina Pontes Vieira	Ematerce								
302	Maria da Conceição da C. Sila	Semace								
303	Maria Dalva Gomes de Almeida Carneiro	Crede 13								
304	Maria das Dores A. Feitosa	Incra								
305	Maria de Fátima Araújo	P.M Coreau								
306	Maria de Fátima Domingos da Silva Guedes	Conselho Mun. de Des. Sustentável (CMDS) de Lavras da Mangabeira								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
307	Maria de Lourdes Coêlho A. Barreto	Sesa/20ª CRES								
308	Maria do Céu Ramos Colares Ferreira	Cogerh								
309	Maria do Socorro Lopes Teles	Urca								
310	Maria do Socorro Almeida	Superintendência de Meio Ambiente -Tauá								
311	Maria do Socorro Moreira Araújo	DAE								
312	Maria Dolores de Andrade Feitosa	Fundação Bernardo Feitosa								
313	Maria Edileuda A. Moreno	STDS								
314	Maria Evilene de Sousa Abreu	ADEL								
315	Maria Glória Carvalho	Cáritas Regional								
316	Maria Hosana Magalhães Viana	Seduc								
317	Maria José de Freitas Oliveira	Ematerce								
318	Maria Irls de O. Mayorca	UFC								
319	Maria Micheliana da Costa Silva	Ipece								
320	Maria Neuma Clemente Galvão	Urca								
321	Maria Niceas Oliveira França	Crede 6								
322	Maria Palmira S. Mesquita	UVA								
323	Maria Roseneide Furtado Oliveira	Crede 9								
324	Maria Tereza Bezerra Farias Soares	Conpam								
325	Maria Vanderli Cavalcante Guedes	Ematerce								
326	Mariana Nunes Ferro Gomes	Sesa								
327	Marcília Chagas Barreto	Secitece								
328	Marília Mendes do Amaral	ONG Terrazul								
329	Mariniz Gurgel de Magalhães	Alce								
330	Marister Pereira de Oliveira Guimarães	Pastoral da Criança								
331	Marleine Gomes Alves	CRAS								
332	Martha Cileda Santos Teixeira	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude								
333	Marly Monteiro da Cunha	P.M. Guaramiranga								
334	Mauro Cezar Nogueira	UFC								
335	Mércia Cristina Sales	SDA								
336	Mônica Maria Bezerra Farias	BNB								

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
337	Mônica Maria Mendes Sá	SDA								
338	Morgana Pinto Medeiros	Uece								
339	Múcio Lacerda Botelho	P. M. Caririaçu								
340	Nábson Weyne Silva Sales	Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Horizonte (Cj Olho D'água)/EEM Raimundo Nogueira - Horizonte - CE								
341	Nazareno Almeida Gomes	Secretaria de Desenvolvimento, Economia Agropecuária e Meio Ambiente de Pindoretama								
342	Nertan Cavalcante Gonçalves	Cagece								
343	Nice Maria da Cunha Cavalcante	SRH								
344	Nicolas Fabre	SDA								
345	Nigeria Maria Cândida Alves Diniz	Cagece/CESAR								
346	Nivaldo Soares de Almeida	SEMAC/Crato								
347	Norma Paula Moreira	Secult								
348	Odilo Neto Luna Coelho	Incra								
349	Omar Jesus Pereira	OCA/UFC								
350	Osmar de Sá Pontes Júnior	UFC								
351	Otaciana Ribeiro Alves	Cagece								
352	Oyrton Azevedo de Castro Monteiro Júnior	Unifor								
353	Patrícia Mendes Dutra	16ª Cres - Camocim								
354	Paula Maria Silveira	FA7								
355	Paulo Giovanni A. Rodrigues	RESAB								
356	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa	Conpam								
357	Paulo Marcos	Alce								
358	Paulo Miranda Pereira	Cogerh								
359	Paulo Roberto Gaudêncio Noronha	Centec								
360	Paulo Sérgio Mariz Santos	P. M. de Paramoti								
361	Pedro F. de Queiroz	UVA								
362	Pedro Idelano Felício	FUNTELC								
363	Perseu Bessa Madeira	Alce								
364	Plínio Pires de Paiva	P. M. Itapipoca								
365	Priscylla Lima de Aguiar	UFC								
366	Raimunda Helena de Lima Menezes	Sohidra								
367	Raimundo Amadeu de Freitas	Incra								
368	Raimundo Augusto Sobrinho	Câmara Municipal								

Participante	Instituição	Eventos										
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual		
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10				
369	Raimundo Jovenildo do Nascimento	Cagece										
370	Raquel Cristina B. V. Pontes	DNOCS										
371	Ravenna Mandu Rocha	Cagece										
372	Regina Régia Rodrigues Cavalcante	Ematerce										
373	Renata Mendes Luna	UFC										
374	Renata Paz C. Chaves	ASA										
375	Renato Aragão	FIEC										
376	Rene Barreira	Sec. de Ciência e Tecnologia										
377	Ricardo de Lima Brandão	CPRM										
378	Ricardo Pinto Porto	Abratur/CE										
379	Rinaldo Cavalcante Magalhães	P.M. de Santa Quitéria										
380	Robeisia Herbênea Miranda de Holanda	DNOCS										
381	Roberto Capelo Feijó	Side Pacatuba										
382	Roberto Virgíneo e Sousa	SDA										
383	Roberto Wander Aquino Nuvens	Prefeitura Municipal										
384	Robson Magalhães Barreira	Cagece										
385	Rossana Barros Silveira	IFCE										
386	Rômulo Rami de Araújo Costa	Cagece										
387	Rosa da Conceição Nascimento	Abas/ASA										
388	Rosélia Maria Soares Mesquita	Sesa/5ª CRES										
389	Rosete Alves dos Santos	Sesemar										
390	Rubens da Cunha Rodrigues	SRH										
391	Rubens Sonsol Gondim	Embrapa										
392	Sabino Alano Magalhães Bizarria	Ematerce										
393	Samara Cristina O. Melo	BNB										
394	Samara de Paula Miranda da Silva	Ematerce										
395	Sâmia Nazib Maluf	Unilab										
396	Samuel Victor da Silva Portela	Associação dos Proprietário de RPPN do Estado do Ceará – Asa Branca										
397	Sandra Luna	STDS										
398	Sandra Oliveira Gomes	Instituto Agropolos do Ceará										
399	Sandra Silva de Araújo	P.M.F. (SERV)										
400	Sandra Ivia M. Pinheiro	Seduc										
401	Sérgio Menezes Ponte	Cagece										
402	Sérgio Oliveira da Silva	Faec/SENAC										

Participante	Instituição	Eventos								
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10		
403	Sérgio Ricardo Maia Isaías	Conpam								
404	Sheila Cavalcante Pitombeira	MP - CE								
405	Silvio Carlos Ribeiro Vieira Lima	Inovagri								
406	Socorro Azevedo	Conpam								
407	Sonia Barreto Perdigão de Oliveira	Funceme								
408	Sylvio Ramos	Sinduscon								
409	Tarciely Lima Oliveira	Cagece								
410	Tarcísio Cruz Saraiva	P.M. Maracanaú								
411	Tatiane Cruz da Costa	Crede 8								
412	Tereza Cristina Rebouças Rocha	Secretaria da Educação Cultura e Desporto								
413	Telma Maria Bezerra Braga Peixoto	1ª Cres - Fortaleza								
414	Tercia Maria Pinheiro Martins	S. Cidades								
415	Terezinha Gomes	SMS - Ed.								
416	Thaidys de C. Lima do Monte	Crede 13								
417	Tibério Rômulo Romão Bernardo	Banco do Nordeste								
418	Túlio Luciano Aquino de Sousa	Cagece								
419	Ubirajara Patrício da Silva	Cogerh								
420	Valdeci de Sousa França	P. M. Araripe								
421	Valdenice B. Gomes	Seduc								
422	Vanda Lucia de Oliveira Souza	STDS								
423	Vanessa Menezes	1ª CRES								
424	Vanda Anselmo Braga dos Santos	P. M. Aracati								
425	Vanda Lucia Roseno Batista	Urca/Geopark Araripe								
426	Vânia Maria Simões Rodrigues Teixeira	PGE/Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente								
427	Valdiana Ribeiro dos Santos	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA								
428	Viviane Gomes Monte	Conpam								
429	Vicente Afonso do Nascimento Neto	Instituto Agropolos do Ceará								
430	Vicente Barbosa Soares	Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas								
431	Vicente Lopes Frota	Cogerh / Gerência de Sobral								
432	Victor Ygor Bonfim de Melo	SRH								
433	Vitor Azin Sarrione Cavalcante	Cagece								

Participante	Instituição	Eventos									
		Seminário de Abertura	Oficina de Planej.	Oficinas Temáticas					I Encontro Estadual	II Encontro Estadual	
				23/9/10	15/10/10	22/10/10	18/11/10	30/11/10			
434	Vitor Hugo de Oliveira	Embrapa									
435	Walmir Severo Magalhães	Ematerce									
436	Wilmar Bezerra dos Santos	Seplag/Ce									
437	Yussef Feitosa Bezerra Braga	Instituto Agropolos do Ceará									
438	Zilnice Maria Lebre Soares	Funceme									

**Conselho de Altos Estudos e
Assuntos Estratégicos**

Titulares

Lula Morais (*presidente*)

Dedé Teixeira

Sérgio Aguiar

Eliane Novais

Professor Teodoro

Roberto Mesquita

Heitor Férrer

Suplentes

Augustinho Moreira

Fernanda Pessoa

Ronaldo Martins

Carlomano Marques

Júlio César Filho

Professor Pinheiro

Idemar Citó

**Mesa Diretora
2011-2012**

Deputado Roberto Cláudio
Presidente

Deputado José Sarto
1º Vice-Presidente

Deputado Tin Gomes
2º Vice-Presidente

Deputado José Albuquerque
1º Secretário

Deputado Neto Nunes
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Teo Menezes
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**